UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA

RENATA LACERDA CAMPOS

**Populações humanas na Mata Atlântica: a longa duração de manejos e cultivos
agroflorestais na região do Alto Ribeira - SP**

São Paulo
2019

RENATA LACERDA CAMPOS

**Populações humanas na Mata Atlântica: a longa duração de manejos e cultivos
agroflorestais na região do Alto Ribeira - SP**

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 22 de novembro de 2018. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração:

Mudança Social e Participação Política

Orientador:

Profa. Dra. Andréa Viúde Castanho

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)
CRB 8 - 4936

Campos, Renata Lacerda

Populações humanas na Mata Atlântica: a longa duração de manejos e cultivos agroflorestais na região do Alto Ribeira - SP / Renata Lacerda Campos ; orientadora, Andrea Viúde Castanho. – 2019.
128 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, em 2018

Versão corrigida

1. Florestas - Conservação - São Paulo. 2. Mata Atlântica - Conservação - Alto Ribeira (SP). 3. Manejo ambiental. 4. Etnohistória - Mata Atlântica. 5. Agroflorestas. 6. Agricultura de subsistência - Mata Atlântica. 7. Florestas antropogênicas. I. Castanho, Andrea Viúde, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 577.34098161

Nome: CAMPOS, Renata Lacerda

Título: Populações humanas na Mata Atlântica: a longa duração de manejos e cultivos agroflorestais na região do Alto Ribeira - SP

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração:

Mudança Social e Participação Política

Aprovado em: 22/11/2018

Banca Examinadora

Prof. Dr. Diamantino Alves Correia Pereira

Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Prof. Dr. Marcos Bernardino de Carvalho

Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Prof. Dr. André Felipe Simões

Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Gestão Ambiental.

Prof. Dr. Roberto Donato da Silva Júnior

Universidade de Campinas. Faculdade de Ciências Aplicadas.

A minha mãe Maria de Sousa Campos e avó Hanorina Rocha de Sousa, nossa raiz Tupinambá. Aos Mestres Raimundo Irineu Serra e José Gabriel da Costa e as plantas mestras do saber ancestral amazônico Chakrona e Mariri. Ao meu companheiro amado de toda uma vida Denis Robson Rodrigues e ao meu filho amigo e parceiro Henrique Lacerda Campos Ferreira. Com amor dedico a todos este trabalho.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Pachamama, a Mãe Terra, pelo alimento e pelo sopro de vida e aprendizado neste planeta. Agradeço aos meus pais, Maria de Sousa Campos e João Lacerda Campos, por terem sido o princípio e a origem que permitiu a minha trajetória de vida. Ao meu filho Henrique Lacerda Campos pelo apoio, presença e parceria constante, me ensinando a cada dia o segredo da maternidade. Agradeço ao meu companheiro Denis Robson Rodrigues pela longa caminhada amorosa de crescimento como Ser humano. A Kelly Jardim, irmã de sonhos e esperanças sou grata ao espírito de irmandade, conexão e amor.

Agradeço a Hanorina Rocha de Sousa e Alvino Rodrigues de Sousa, Isabel Rocha de Sousa, Alaide Rocha de Sousa, Norberto Lacerda Campos, Marlene Rocha de Sousa, Eliana Rocha de Sousa (*in memoriam*) e Elisangela Rocha de Sousa (*in memoriam*); avós, tias, irmão e primas, minha matriz espiritual e geracional, agradeço o elo que nos une e sempre nos unirá.

Agradeço as professoras Andréa Viúde Castanho e Soraia Ansara pelo acolhimento no grupo de pesquisa em Memória e Discursividade da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, possibilitando a oportunidade de desenvolvimento deste trabalho. Agradeço ao curso de extensão em língua Guaraní ministrado pelo professor Almir da Silveira no Departamento de Letras da USP nos anos de 2013 e 2014, pelo aprendizado e pela importância do ensino e fortalecimento de uma língua indígena resistente no Brasil e América do Sul. Agradeço também as valiosas aulas das línguas Tupi e Nheengatu também ministradas no Departamento de Letras pelo professor Eduardo de Almeida Navarro. Agradeço ao curso de Agroecologia e Desenvolvimento Humano ministrado pelo professor Andreas Attila de Wolinsk Miklós no Departamento de Geografia Física da USP. E ao grupo de pesquisa em Dimensão Socioambiental e Mudanças Sociais na EACH dos professores Diamantino Alves Correia Pereira, Sidnei Raimundo e Marcos Bernardino que contribuiu de maneira significativa na conclusão deste trabalho.

Agradeço aos amigos e parceiros do EPARREH (Estudos e Práticas Agrícolas para o Reencantamento Humano) pelos princípios de respeito ao próximo, as inúmeras vivências e ações coletivas sempre semeando novas possibilidades e realidades. Aos amigos Lucas Blaud Ciola, Bruno Cutinhola Cavalcante e André Luis Gomes pela busca comum de um mundo mais belo e igualitário.

Agradeço a Maria Marcia dos Santos da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) de Juquitiba (sede Registro) pela amizade, parceria e aprendizado nos trabalhos de

ação comunitária e fortalecimento dos agricultores locais, populações indígenas e quilombolas. Agradeço ao coletivo de apoio aos povos do Vale do Ribeira formado por moradores locais no contexto de luta pela conservação das águas e dos remanescentes florestais da região. Agradeço a Silvana Arruda por me mostrar na prática que não existem fronteiras para o amor e a solidariedade. Agradeço ao coletivo das abelhas mansas e nativas formado pelos apicultores de São Lourenço da Serra e Juquitiba e aos preciosos ensinamentos do apicultor Sr. João Martins sobre “o imenso trabalho realizado pelas abelhas” na polinização da floresta e na polinização das roças humanas.

Agradeço à Tekoa Guarani Peguao Ty do Vale do Ribeira pelos três anos de vivência e aprendizado que em muito inspirou e me motivou no percurso desta pesquisa. Agradeço à Maria Esther Pallares pela presença e “ativismo xamânico” nas tekoa Guarani presentes no Vale do Ribeira. Ao apoio dos amigos Duílio de Souza, Maurício Menendez e Aida Haux. Agradeço aos muitos amigos da “caminhada xamânica” e das tradicionais medicinas da floresta pelo sentido comum de respeito e gratidão aos seres da natureza.

A todos agradeço a oportunidade de aprendizado e crescimento.

“Percebemos que os fenômenos biológicos e sociais apresentavam um número incalculável de interações, de inter-retroações, uma fabulosa mistura [...] O método da complexidade pede para pensarmos nos conceitos, sem nunca dá-los por concluídos, para quebrarmos as esferas fechadas, para restabelecemos as articulações entre o que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade da realidade [...]”.

MORIN, 1999, p. 179.

“A floresta é de *Omama*, e por isso tem um sopro de vida muito longo, que chamamos *urihi wixia*. É a sua respiração. O sopro dos humanos, ao contrário, é muito breve. Vivemos pouco tempo e morremos depressa. Já a floresta, se não for destruída sem razão, morre nunca. Não é como o corpo dos humanos. Ela não apodrece para depois desaparecer. Sempre se renova. É graças à sua respiração que as plantas que nos alimentam podem crescer”.

KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 472.

“Agrofloresta é um termo novo para uma prática muito antiga”

GAVAZZI, 2012, p. 47

RESUMO

CAMPOS, Renata Lacerda. **Populações humanas na Mata Atlântica**: a longa duração de manejos e cultivos agroflorestais na região do Alto Ribeira – SP. 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2018. Versão Corrigida.

A dissertação trata de interfaces do antigo relacionamento entre os seres humanos e a Mata Atlântica na região do Alto Ribeira (Serra do Paranapiacaba) e Vale do Ribeira, hoje áreas remanescentes no estado de São Paulo. Dentro de princípios teórico-metodológicos que visam uma perspectiva interpretativa multidisciplinar, buscamos dialogar com conhecimentos da história, antropologia, ecologia e ciências afins para se referenciar a longuíssima duração de interações e contribuições dos seres humanos para a manutenção e diversificação da vida vegetal no interior das florestas. Primeiramente, alguns dos trabalhos da arqueologia brasileira realizados nos últimos anos, numa abordagem multidisciplinar, sobre as antigas populações dos sambaquis litorâneos e fluviais (no Vale do Ribeira) e suas atividades de manejo e cultivo de espécies (alimentos, medicinas, etc.) desde ± 5000 AP, dentro de uma dimensão de interação com a natureza muito diversa do que concebemos no presente. O estudo destes sítios por pesquisadores de diversas áreas também evidenciam “trânsitos”, indícios de intercâmbio e o assentamento de povos de origens diversas (do planalto, serra, costa e florestas equatoriais) como as populações de origem Jê (desde ± 3500 AP) e de origem Tupi (os Guarani, desde ± 2000 AP, e desde ± 1500 , os Tupinambá), povos que incorporaram nas florestas atlânticas espécies vegetais originárias de outros biomas, sendo muitas destas espécies utilizadas até os dias de hoje. Entretanto, no imaginário nacional se sedimentou camadas de apagamento da presença e do legado ambiental das populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e caiçaras nas áreas florestais brasileiras. Assim, o predomínio da tradição colonial persistiu na “escrita da história do Brasil” e nas instituições do estado brasileiro também manifesta na proibição das atividades de roça no interior de áreas florestais que se tornaram Unidades de Conservação integral. Situação que contribuiu em “quebras” nos processos envolvidos para a manutenção e diversificação de espécies de roça, da interação com espécies silvestres e consequentes perdas nas variedades alimentares e medicinais tradicionais. As proibições promoveram desenraizamentos no relacionamento com a “natureza” e conflitos que repercutem na degradação da floresta atlântica, contribuindo na erradicação da memória nativa local. Podemos afirmar que o discurso colonial que se manteve na sociedade brasileira

levou à rejeição do saber das populações da floresta promovendo, inclusive, o apagamento da longevidade dos povos ameríndios resistentes no presente.

Palavras-chave: Etnohistória da Mata Atlântica. Memória nativa brasileira. Florestas antropogênicas. Roças indígenas. Roças brasileiras.

ABSTRACT

CAMPOS, Renata Lacerda. **Human populations in the Atlantic Forest:** the long duration of management and agro forestry in the region of Alto Ribeira - SP. 2019. 128 f. Dissertation (Master of Science) - School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, 2018. Corrected Version.

The dissertation deals with the interfaces of the ancient relationship between humans and the Atlantic Forest in the region of Alto Ribeira (Serra do Paranapiacaba) and Vale do Ribeira, nowadays the remaining areas in the state of São Paulo. Within the theoretical and methodological principles that aim at a multidisciplinary perspective, we look into the knowledge of history, anthropology, ecology and related sciences to refer to the very long interactions and contributions of human beings for the maintenance and diversification of plant life within forests. First, some of the works of Brazilian archeology carried out in recent years, in a multidisciplinary approach, on the ancient populations of the coastal and river sambaquis (from the Ribeira Valley) and their management and cultivation of species (food, medicine, etc.) since ± 5000 BP, within a dimension of interaction with nature very different from what we conceive nowadays. The study of these sites by researchers from different areas also reveals "transits", signs of interchange and settlement of peoples of diverse origins (from the plateau, mountains, coast and equatorial forests) and populations of Jê origin (from ± 3500 AP) and of Tupi origin (the Guarani, since ± 2000 BP, and since ± 1500 BP, the Tupinambá), people who incorporated in the Atlantic forests vegetal species originating from other biomes, many of these species being used until the present day. However, in the national imagination, memory have been erased of those born in Brazil about the presence and the environmental legacy of the indigenous, quilombola, ribeirinhas and caiçaras populations in the Brazilian forest. Thus, the predominance of the colonial tradition persisted in the "writing of the history of Brazil" and in the institutions of the Brazilian state also manifested in the prohibition of agricultural activities within forest areas that became Integral Conservation Units. This situation contributed to "breaks" in the processes involved in the maintenance and diversification of crops species, the interaction with wild species and consequent losses in traditional food and medicinal varieties. The prohibitions caused uprooting in the relationship with "nature" and conflicts that have repercussions in the degradation of the Atlantic forest, contributing in the eradication of the local native memory. We can affirm that the colonial discourse that remained in the Brazilian society led to the rejection of the population's

knowledge of the forest promoting, even, the extinction of the longevity of the resistant Amerindian peoples in the present.

Keywords: Ethnohistory of the Atlantic Forest. Native brazilian memory. Anthropogenic forests. Indigenous roots. Brazilian roots.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Princípios e procedimentos teórico-metodológicos.....	24
2	POPULAÇÕES HUMANAS NA MATA ATLÂNTICA: UM ESBOÇO SOBRE UM RELACIONAMENTO MILENAR.....	39
3	A CONQUISTA COLONIAL EUROPEIA: O USO E O APAGAMENTO DO CONHECIMENTO NATIVO PARA O <i>DOMINIUM</i> DAS TERRAS.....	63
4	POPULAÇÕES CAPIRAS E CABOCLAS: MODOS DE VIDA E O CULTIVO DE ALIMENTOS NA MATA ATLÂNTICA.....	80
5	A “EROSÃO” DOS AMBIENTES NATURAIS E DAS CULTURAS LOCAIS: A AGRICULTURA MODERNA E AS RESTRIÇÕES À AGRIULTURA NATIVA.....	92
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
	REFERÊNCIAS.....	119

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe refletir aspectos da relação ser-humano-natureza no contexto das “Florestas do Sul” brasileiro, mais precisamente a Mata Atlântica presente no Alto do Ribeira (Serra do Paranapiacaba) e Vale do Ribeira, áreas florestais remanescentes no Estado de São Paulo. Com base em estudos multidisciplinares ¹ que trazem uma nova abordagem e reflexão dos aspectos sociais e culturais que vieram interagindo com essas florestas no passado deixando “marcas” de um tempo tão longínquo quanto à própria floresta.

Nestes estudos, a verificação do manejo de espécies vegetais comestíveis (ou utilizáveis) no interior das florestas por sucessivas gerações de seres humanos, por milênios, vem se tornando outra referência e concepção da origem e da continuidade das atividades agrícolas nas florestas tropicais da América, muito diferente da agricultura predatória instaurada com a colonização ².

Essas referências e a interação de conhecimentos da história, antropologia e ecologia permitem também refletir sobre o *apagamento* dos povos das florestas no discurso histórico que construiu a História da formação do Brasil e das instituições do Estado brasileiro, inclusive ignorando e marginalizando estas populações.

Nestas áreas remanescentes, mesmo após séculos de colonização europeia ainda se fazem perceber no presente reminiscências da “interação com a natureza” nas atividades de moradores de sítios e chácaras. No contexto da história local das florestas do Ribeira e regional ³ da Mata Atlântica as atividades destes sitiantes, apesar de distantes de um modo de vida “camponês” ou caipira (BIASE, 2010), se manifestam também como camadas recentes de um trabalho humano de *longa duração* ⁴ (BALÉE, 2006, 2008) em áreas florestais habitadas desde a “pré-história” (OLIVEIRA, 2007). Nesse longo percurso o manejo agrícola – a produção de alimentos – mesmo sendo hoje um complemento eventual na mesa da maioria

¹ Que serão referenciados a seguir.

² Caio Prado Jr. (1956) se refere ao tipo de agricultura praticada pelos colonizadores europeus como essencialmente predatória, “[...] de uma forma geral, toda costa brasileira presta-se ao cultivo da cana de açúcar. É nesta base portanto que iniciará a ocupação efetiva do Brasil. [...] Com a grande propriedade monocultural instala-se no Brasil o trabalho escravo” (p. 34). Gilberto Freyre (2004), ao realizar “uma tentativa de estudo ecológico do Nordeste do Brasil” (p. 37), observa também que a “monocultura latifundiária e escravocática” [com a derrubada definitiva da mata, abriu] “na vida, na paisagem e no caráter da gente as feridas mais profundas”, [a região] “esterilizada por ela em algumas de suas fontes de vida e de alimentação mais valiosa e mais pura; devastada nas suas matas; degradada nas suas águas” (p. 38-39).

³ O uso da palavra regional, como um deslocamento semântico, é aqui utilizado para exprimir uma interpretação histórica da presença de sociedades humanas no bioma Mata Atlântica.

⁴ Conceito de *longa duração* de Fernand Braudel (1978) muito evocado pela *nova história*, aqui se torna elemento da ecologia histórica como “arqueologia das paisagens”, suas durações e transformações através dos tempos, uma etnohistória do relacionamento entre ambientes naturais e culturas humanas num processo muito recuado no tempo.

dos sitiantes desta região, tem sido também um dos “elos” de interação com a “rede viva” em que estão inseridos.

Em se tratando da Mata Atlântica, no decorrer dos séculos de colonização, a presença de diversas sociedades indígenas no interior das “matas do sul” como participantes e corresponsáveis na fisionomia e manejo destas florestas por um tempo muito longínquo foi, geralmente, ignorada pela historiografia. As florestas litorâneas e dos sertões foram consideradas “terras vazias” (*terra nullius*)⁵, desocupadas e sem passado humano relevante. Desta premissa, e com base no registro escrito⁶, tornou-se senso comum considerar a chegada dos colonizadores europeus como marcador inicial da História oficial destas extensas áreas, que se tornaram território colonial e posteriormente território do Estado brasileiro.

Os remanescentes de Mata Atlântica que encontramos no Estado de São Paulo, na Costa Atlântica e suas imediações, são quase que totalmente desenvolvimentos secundários (OLIVEIRA, 2007). Situação, entretanto, muito comum em todas as florestas do mundo: não há ambiente terrestre que não tenha sido influenciado, mesmo que indiretamente, pela ação humana⁷ (BALÉE, 1998, 2000, 2006). Hoje, quando observamos o legado ambiental que nos chega ao presente, podemos também observar estes locais como sobreposições da interpenetração da história social e ambiental em variadas escalas de tempo (OLIVEIRA, 2007) que antecedem e transcendem o foco da descrição historiográfica da formação do Estado brasileiro.

Outro aspecto importante, ao se evidenciar as florestas em constante interação com as sucessivas gerações de populações humanas que por ali passaram, observamos que as ações dos seres humanos, desde períodos e épocas muito recuados, não possuíam um caráter essencialmente negativo. Diversamente dos resultados degradantes das civilizações expansionistas, as ações humanas na história da Terra também foram capazes de contribuir direta e indiretamente com a expansão de formas diversas de vida, vegetais e animais nos mais complexos ambientes gerando a *agrobiodiversidade*⁸, um imenso acervo de espécies e sementes (BALÉE, 2008; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

⁵ Com referência o artigo de William Ballé (2008), “A indigeneidade das florestas”.

⁶ O documento histórico, segundo algumas tendências da historiografia é um dos centros sob o qual orbita o ofício do historiador.

⁷ Aqui a ideia de florestas influenciadas pelas ações humanas em todo mundo não conota uma visão em que as atividades humanas (o trabalho) transformaram ou civilizaram os ambientes a ponto de deixarem de ser ambientes naturais, ao contrário, a concepção de florestas antropogênicas ou “humanizadas” advém da percepção de que as atividades humanas (em especial, os povos indígenas) por sucessivas gerações, desde um tempo muito longínquo, também contribuíram na manutenção e até na ampliação de florestas ao ponto de muitas destas áreas mesmo com inúmeras espécies manejadas por seres humanos terem a aparência de áreas “intocadas”.

⁸ O termo agrobiodiversidade é aqui utilizado no contexto da diversidade genética agrícola gerada por populações humanas desde milênios como legado da humanidade no presente e para as gerações futuras no

A Mata Atlântica e o Cerrado são biomas reconhecidos como *hotspots*⁹ devido à mega-diversidade e endemismo de espécies (MYERS et al. 2000). Embora a diversidade biológica seja constituída de plantas e animais silvestres, torna-se fundamental reconhecer o papel desempenhado pelos organismos domesticados e semi-domesticados, uma vez que estes configuram a contribuição dos seres humanos para a diversidade natural.

Em algumas regiões do mundo, a domesticação de espécies de plantas e animais pode ter ocasionado um aumento em rede no número total de espécies presentes [...]. A América contribuiu com mais que uma centena de espécies de plantas para o inventário mundial de plantas domesticadas (BRÜCHER¹⁰, 1989, p. 156 apud BALÉE, 1998, p. 19, tradução nossa).

A diversidade de manejos, cultivos e formas agrícolas desenvolvidas no mundo por milênios gerou não só uma enorme variedade de espécies de plantas e animais domesticados, mas também novas variedades que, juntas, levaram a um aumento considerável da biodiversidade, apenas de batata, por exemplo, se reconhecem, localmente, cerca de 12 mil variedades; do arroz, são cerca de 10 mil, de milho 11 mil (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). O milho, a batata e a mandioca são três das muitas espécies cujas variedades se expandiram pela América através de migrações e encontros, redes de troca diversas de sementes, frutos, manivas¹¹ e histórias entre povos moradores dos mais diferentes domínios naturais com os quais vieram desenhando uma multiplicidade de culturas e saberes (CARVALHO, 2003). Assim, os cultivos humanos de espécies nativas ou migrantes adaptadas que foram sendo diversificadas podem ser considerados uma contribuição para a diversidade atual do mundo.

No caso da Mata Atlântica os exemplos são muitos, desde variedades de ervas ou verduras como a taioba (*Xanthosoma sp*) que também pode ser utilizada como tubérculo e fonte de amido; o mesmo com a taboa (*Typa domingensis*) que, além da raiz comestível, a inflorescência é fonte de proteína, variedades de carás e inhames (*Discorea sp*), frutos e palmitos de variedades de palmeiras (*Arecaceae/Palmaceae*) e ainda os frutos e usos diversos do jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), sementes e castanhas como a araucária (*Araucária angustifolia*) e a sapukai (*Lecythis pisonis*), e uma infinidade de espécies com frutos carnosos

contexto de luta contra a privatização das sementes. Com referência MACHADO et al. (2008) “A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas”. E também CARVALHO (2003) “Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade”.

⁹ Hotspots: são “áreas que apresentam concentração excepcional de espécies endêmicas que estão sob grande influência de perda do seu habitat” (MYERS et al. 2000).

¹⁰ BRÜCHER, H. **Useful plants of Neotropical origin and their wild relatives**. Berlin: Springer Verlag, 1989. 296 p.

¹¹ Rama (clone) da mandioca utilizado no replantio.

das grandes famílias das *Myrtaceae*, *Anonaceae*, *Rubiaceae* e *Sapotaceae*. Foi entre as culturas sul-americanas, transeuntes e habitantes de florestas, que se expandiu uma maior diversidade de espécies frutíferas do que em todo o restante do mundo (CARVALHO, 2003).

Historicamente, do interior das florestas tropicais estes recursos e conhecimentos gerados milenarmente tornaram-se a base de muitos alimentos e medicamentos que consumimos em todo o planeta (CARVALHO, 2003). Esta diversidade agrícola gestada pelas comunidades humanas nunca deixou de interagir com a diversidade silvestre.

Nesta pesquisa procuramos superar uma visão que dissocia a trajetória dos elementos da paisagem florestal conservada (presente nos remanescentes de Mata Atlântica mencionados) das intervenções humanas ocorridas em escalas diversas de tempo que contribuíram para as condições ambientais e históricas do presente. A opção por uma visão e interpretação que sublinhe a profunda e antiga interação entre processos geológicos, históricos e ecológicos visa ampliar as possibilidades de se perceber que os seres humanos não são fundamentalmente nocivos às outras formas de vida do planeta, mas que suas ações em processos de pequena, média, longa e longuíssima duração podem também contribuir sensivelmente com a diversificação das estratégias de continuidade da vida.

Por outro lado, o predomínio da construção ideológica ocidental amparou-se numa narrativa histórica que “apaga” a natureza do passado social humano. Tal narrativa veio suprimindo a capacidade, a percepção e a sensibilidade dos seres humanos “civilizados” de reconhecerem sua origem “natural” e as múltiplas formas de interação experimentadas e apreendidas, há sucessivas gerações, como coparticipantes de uma complexa rede viva.

Antes de sermos seres sociais, fomos, somos e continuaremos a ser uma espécie biológica a mais dentro do rol da diversidade natural composta por milhões de organismos, pois à nossa essência animal foi adicionada, sem substituí-la, o traço social. Nós, humanos, somos essencialmente *seres sociais* que continuam existindo não apenas por seus vínculos societários, mas também por seus vínculos com a natureza, uma dependência que é tão universal quanto eterna. Na perspectiva do tempo geológico, que se mede em períodos de milhões de anos, toda espécie sobrevive em função de sua capacidade de continuar a aprender com a sua experiência adquirida ao longo do tempo [...] a espécie humana ainda precisa, para sobreviver e superar seus desafios atuais, de uma memória que lhe informe sobre sua passagem pelo planeta durante os últimos milhões de anos (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 27, grifo nosso).

Atualmente, o contexto das relações capitalistas nas áreas rurais e as condições para o plantio de alimentos conduziram à privatização das sementes através dos pacotes e das patentes de grandes corporações do agronegócio. Esta situação vem contribuindo em

gradativos processos de perda da biodiversidade em todo planeta. O predomínio do modelo industrial capitalista, entretanto, produziu a *erosão genética*¹² da biodiversidade e da agrobiodiversidade produzida com a homogeneização de amplos espaços de produção agrícola (as monoculturas) que se ampliam por cima da destruição ambiental e da perda da biodiversidade alimentar em nível mundial. Dentro deste contexto “a biotecnologia e a revolução genética na agricultura e na indústria florestal ameaçam agravar as tendências à erosão da diversidade” (SHIVA, 2003, p. 16).

No mundo pós-moderno se reduziu drasticamente a variedade alimentar; das 3000 mil espécies de plantas consumidas localmente há 150 anos se reduziu para apenas 19 espécies que atendem hoje 90% dos alimentos de origem vegetal padronizados pelo setor corporativo de alimentos para o consumo mundial, principalmente entre as populações metropolitanas (CARVALHO, 2003; PORTO-GONÇALVES, 2006; SARAVALLE, 2010).

A perda da diversidade genética veio se manifestando, também, conforme se diluía um modo de vida que interagiu com os ciclos vivos de germinação, cultivo e produção de alimentos compreendendo suas consequências na vida terrestre. Com a solidificação da civilização ocidental e sua concepção de mundo dissociada da natureza, gradativamente, foi se abrindo mão, principalmente entre as populações cosmopolitas, “de uma consciência da espécie que é ao mesmo tempo uma consciência histórica baseada em uma característica que vai além do fenômeno humano e alcança todas as dimensões da realidade do planeta” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 28).

Reconhecendo o profundo valor deste elo planetário, de maneira alguma poderíamos compreender a antiga origem ou o desenvolvimento da agricultura, e as múltiplas variantes em estratégias de produção de alimentos por diferentes contextos socioambientais, prescindindo da muito antiga percepção humana do valor e significado dos seres vivos nos

¹² O termo erosão genética utilizado em autores que tratam das sementes tradicionais e da perda da diversidade genética como Vandana Shiva (2001, 2003) e da conservação de Bancos de Sementes como A. Almeida Cordeiro (1993) e A. Faria Cordeiro (2002). Carvalho (2003) define que “[...] a *erosão genética* envolve a perda das variedades locais [...] provocada pelos monocultivos transgênicos e o controle oligopólico das sementes pelas transnacionais” (p. 11, grifo nosso). Segundo esse autor, “No final dos anos de 1970, estimávamos que a *erosão genética* das colheitas – extermínio genético – pelo menos entre os principais cultivos alimentares, estava ocorrendo de 1 a 2% ao ano e que mais da metade da diversidade genética dos cultivos do mundo já estava extinta. Nós também especulávamos que as companhias de agrotóxicos teriam sucesso em eliminar, ou em assumir, a maioria das companhias de sementes do mundo, e que, usando algo que mais tarde se tornou conhecido como ‘engenharia genética’, os produtores de químicos moveriam estratégias de reprodução em direção ao desenvolvimento de variedades de cultivos que poderiam tolerar herbicidas” (p. 192, grifo nosso). Este termo também é utilizado por pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) como, por exemplo, Dias et al. (2014) e Londres et al. (2014). Tal tema foi trazido pela Via Campesina desde 1993 (SARAVALLE, 2010, p. 16).

ciclos reprodutivos naturais. Ciclos que contribuem, inclusive, para a existência dos seres humanos.

No âmbito científico, a observação dos ciclos reprodutivos naturais, entre outros aspectos, levaram muitos pesquisadores da origem da agricultura a atribuírem sua descoberta ou desenvolvimento às mulheres (LÉON, 2003). Compreende-se que as condições da gestação, amamentação e cuidados com as crianças pequenas deram possibilidades de observação *in situ* dos ciclos reprodutivos naturais e de ocorrências que se manifestavam na coleta de grãos, frutos e sementes para a armazenagem e consumo como alimentos ¹³. A atividade de plantar é também a continuidade e desenvolvimento na espécie humana *quase* que *mimética* de uma prática de muitas espécies animais (aves, mamíferos, répteis, insetos, entre outros) de proteger espécies vegetais mantendo-as e dispersando seus frutos e sementes pelos diferentes ambientes naturais ¹⁴.

A diversidade de populações nativas e migrantes que se estabeleceram na Mata Atlântica desde épocas ou eras que remetem a uma “longuíssima duração” (BALÉE, 2008), até o período marcado pela expansão ocidental pós-colonial, gerou nestas florestas distintas resultantes ecológicas (OLIVEIRA, 2007). A composição florística da Mata Atlântica possui as “marcas” de grandes processos paleoclimáticos e paleoambientais e da interação dos seres humanos. Assim, existem nas florestas espécies indicadoras da presença humana representando vestígios da memória de espaços e usos no passado próximo ou muitíssimo distante, que suscitam outras possibilidades de reinterpretação histórica do uso e manejo dos espaços florestados por populações humanas e suas resultantes ambientais. Os espaços, seus usos e significações dão origem ao que autores como Oliveira (2007) chamou de *paleoterritórios*, concebidos como “camadas” de presença humana que se sobrepuseram por longos ciclos ou períodos de tempo, desde os mais antigos paleoambientes habitados até as condições ambientais e sociais mais recentes. Para “os estudos de sucessão ecológica o legado

¹³ Com referência a conhecida obra de Lewis Mumford (1965), no capítulo, “Santuário, Aldeia e Fortaleza” (do primeiro volume), se indica o papel das mulheres no desenvolvimento da agricultura. Na América do Sul, observa-se que a “cultura agrícola” na antiga tradição Una (associada às famílias Jê) que ocuparam e transitaram em áreas de cerrado e no litoral sudeste desde ± 3500 AP, Feltran-Barbieri (2010) observa que “a semeadura dava-se com a perfuração rasa do solo com paus pontiagudos ou com os próprios dedos, atividade atribuída às mulheres” (p. 333).

¹⁴ Os Fulni-ô, povo de uma das famílias do Tronco Jê, falantes da língua *Yatê* (RODRIGUES, 1986), possuem entre as suas narrativas a que conta a origem da árvore pau-brasil (*Caesalpinia echinata*). Toé (‘fogo’), membro da Terra Indígena Fulni-ô no município de Águas Belas em Pernambuco, narrou que muito antigamente só existia a semente e não a árvore, mas que a semente sendo muito dura não germinava, um dia um pássaro da mata bicou a extremidade de uma semente que estava no solo, fazendo uma pequena abertura na casca vermelha que expôs uma sobrecasca branca, a semente ficou ali um tempo até que do orifício esbranquiçado germinou uma pequena planta que se transformou numa imensa árvore. Desde então os Fulni-ô aprenderam a escarificar (raspar ou furar) a extremidade das sementes de pau-brasil antes de plantá-las (Informação pessoal, 24 mai. 2018).

humano com o passar do tempo se sobrepõe nestes paleoterritórios preme de efeitos sinérgicos até a influência do último uso feito nos ecossistemas” (OLIVEIRA, 2007, p. 13).

Sobre as interfaces da interação ser-humano-natureza em sociedades produtoras de alimentos no interior das florestas, contribuições significativas têm sido consideradas nas pesquisas realizadas através de intercâmbios entre disciplinas científicas, em especial as diversas áreas biológicas ou das ciências da natureza com os estudos da história e da antropologia. Neste contexto, desenvolveram-se trabalhos com comunidades tradicionais que sublinham a importância do reconhecimento das atividades milenares de cultivos e manejos humanos como responsáveis pela ampliação e manutenção de ambientes como as florestas tropicais (POSEY, 1999; DESCOLA, 1998, 2000; BALÉE, 2000, 2006, 2008; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009, 2015).

Estas evidências acerca das florestas tropicais serem também florestas manejadas e cultivadas pelos seres humanos ganhou cada vez mais campo entre muitas equipes multidisciplinares organizadas na Amazônia e na Mata Atlântica (NEVES, 1999-2000; NOELLI, 1999-2000; BALLÉ, 2000, 2006; WESOŁOWSKI et al. 2007; TENÓRIO, 1991, 2003, 2004; DE BLASIS et al. 2007; SCHEEL-YBERT et al. 2003; KNEIP, 2009). Nos sítios florestais vieram se estudando as condições dos solos antropogênicos, solos manejados também conhecidos como “terra preta de índio” ¹⁵, resultante do manejo vegetal em populações que ocuparam as florestas por milênios. Das pesquisas é possível também se refletir sobre a antropogênese de áreas florestais em interação desde períodos muito recuados com os processos biogênicos ¹⁶ que contribuíram na formação dos solos e, consequentemente, das florestas remanescentes que observamos no presente.

As pesquisas em sambaquis fluviais (sítios arqueológicos) no Alto do Ribeira (Serra do Paranapiacaba) e Vale do Ribeira e sambaquis litorâneos em remanescentes de Mata Atlântica nas regiões Sul e Sudeste indicam interfaces de natureza-cultura na estrutura, fisionomia e biodiversidade destas florestas há alguns milênios. Um exemplo é a abordagem multidisciplinar realizada por Wesolowski, Souza, Reinhard e Ceccantini (2007) com o estudo de vestígios de alimentos cultivados em cálculos dentários humanos exumados

¹⁵ Em se tratando da Amazônia os estudos acerca das “terras pretas de índio” tem se avolumado desde os resultados do trabalho de Smith (1980) na área de pedologia sobre a presença de solos antropogênicos, solos manejados “por baixo” das florestas formados por camadas sucessivas de atividades humanas por milênios (NEVES, 1999-2000). “[...] acumulam-se evidências de que várias zonas fora da várzea possuem solos mais férteis do que se imaginava, e que algumas delas foram objeto de ocupação pré-histórica intensa e prolongada, como atestam os sítios de ocorrência de solos antropogênicos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2013, p. 325).

¹⁶ A antropogênese em interação com a biogênese dos solos na floresta, isto é, o papel dos manejos dos solos florestais por seres humanos e sua interação com o amplo trabalho dos seres vivos na composição dos solos da floresta atlântica. Sobre a biogênese dos solos com referência o artigo de Miklós (2012).

(sambaquieiros habitantes da Mata Atlântica), e também o estudo multidisciplinar dos autores Scheel-Ybert, Eggers, Wesolowski, Petronilho, Boyadjian, De Blasis e Guimarães (2003) ao se verificar indícios de manejo e cultivo de vegetais e da presença contemporânea das mesmas espécies vegetais nos sítios em que foram encontrados resíduos carbonizados datados, aproximadamente, entre 5000 anos AP a 4000 anos AP. Tenório (1991) também indica o manejo de espécies vegetais como o meio de cultivo das populações sambaquieiras que estiveram presentes no litoral sudeste. O mesmo podemos verificar na análise de Kneip (2009) realizada com base em resultados de “pesquisas arqueológicas e interdisciplinares desenvolvidas em sítios arqueológicos tipo ‘sambaqui’”, em que se correlacionam “tipos de cobertura vegetal (botânica) e unidades de paisagem (geologia)” com o objetivo de “compor o quadro paisagístico contemporâneo às ocupações humanas” (p. 203). Estas pesquisas dentro de perspectivas multidisciplinares também observam que o retorno paulatino da umidade no clima e a expansão de áreas florestais nestes longos períodos também coincidem com o adensamento populacional humano nos sambaquis fluviais e litorâneos. Esses assentamentos se formavam e se mantinham por sucessivas gerações em mosaicos vegetacionais interagindo com diversos povos transeuntes das serras e do interior. Tenório (2003, 2004), Figutti (2004) e De Blasis et al. (2007) também indicam o Vale do Ribeira como área de transição entre o planalto (paulista), as serras e a costa que facilitava as migrações e os intercâmbios de populações humanas de diversas origens.

As florestas “humanizadas” ou “antropogênicas” conotam uma prática antiga por sucessivas gerações, o que Braudel (1978) chamou de “durações” que persistem e se renovam no transcurso do “rio do tempo”. Tal processo envolveu mudanças na composição das florestas, a fim de criar “jardins florestais” por meio do manejo das espécies arbóreas e da introdução de ervas e arbustos úteis.

Estes indícios de horticultura e manejo agroflorestal sendo praticados há milênios em florestas como a Mata Atlântica tendem a indicar o que as investigações das etnociências vêm sublinhando.

Há uma variedade de paisagens ao redor do mundo que são resultado da interação dinâmica com a natureza desenvolvendo manejos e processos de desenvolvimento agrícola e incluem modificações feitas em florestas, selvas, pradarias, desertos e semidesertos, pantanais e áreas costeiras. As mudanças abrangem toda uma série de alterações na estrutura no funcionamento e na evolução dos ecossistemas. Três desenhos se destacam de forma especial em escala mundial: a agricultura irrigada, os terraços e as florestas manejadas como sistemas agroflorestais em regiões intertropicais (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 29).

Portanto,

[...] é evidente que os processos históricos, em diferentes épocas, ou ainda, eras mais recuadas no tempo, alteraram os padrões de biodiversidade [...] estes aspectos têm também influenciado muitos estudos sobre a gênese da alta diversidade das florestas buscando compreender os mecanismos envolvidos (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

A história da Terra tem sido, em geral, uma história bastante longa de diversificação, movimentação e transformação entre as múltiplas manifestações de formas de vida que vem se produzido em diferentes escalas, ritmos e períodos de tempo. Em se tratando da biodiversidade ¹⁷ gerada nos processos de interação e diversificação de espécies vivas, “[...] podemos na atualidade identificar no planeta ao menos dois tipos principais de diversidade, a biológica e a cultural, as quais juntas dão origem a pelo menos outros dois tipos: a diversidade agrícola e a diversidade paisagística” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 29).

Muitos modelos de conservação *in situ* ¹⁸ têm sido desenvolvidos, assim como os bancos de germoplasma são uma das estratégias e estão espalhados por todo o mundo. Modelos de conservação *in situ* geralmente são fundamentados na criação e gestão de unidades de conservação ao redor do mundo, mas estratégias de conservação *in situ on farm* vêm apresentando-se como efetivas estratégias para a conservação não apenas de cultivos e parentes relativos, mas também para florestas e seus ecossistemas associados (VICENTE, 2014, p. 32).

Hoje estamos diante do inegável desafio de “reconexão” da memória humana aos laços e vínculos que zelem pela continuidade da vida. Esta “reconexão”, no sentido empregado pelo biólogo e ecólogo Toledo e pelo antropólogo e geógrafo Barrera-Bassols (2009, 2015), se manifesta seja por reminiscências que reverberem a trajetória dos nossos antepassados e ancestrais seja pelo alerta que nos anuncia a inconsequência presente com o futuro. Como legado da humanidade, e não de setores privados da sociedade, a agrobiodiversidade resiste

¹⁷ Biodiversidade é um termo que pode ser definido como “a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas” (MMA, 2000, p. 9).

¹⁸ Conservação *in situ* é a “conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais” (MMA, 2000, p. 9). Conservação *in situ on farm* conserva o germoplasma (ou sementes) em seus ecossistemas em integração ao manejo comunitário da agrobiodiversidade. Assim, a conservação *on farm* corresponde ao cultivo e manejo contínuo de populações de plantas no sistema tradicional realizado por comunidades locais e povos indígenas. Por permitir a conservação dos processos evolutivos e de adaptação, fornece novos materiais genéticos, sendo uma estratégia complementar à conservação (DIAS et al. 2014; LONDRES et al. 2014).

nos cultivos das populações indígenas do mundo e das famílias do campo, principalmente, nas áreas naturais mais conservadas (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

[...] a Etnoecologia ¹⁹ tem a singular tarefa de decifrar a ‘memória da nossa espécie’, isto é, a memória biocultural, reivindicando e revalorizando a quem a mantém [...] modalidades de articulação com a natureza de estirpe pré-moderna, ou se preferir, pré-industrial, encontram-se embebidas nas cerca de 7000 culturas não ocidentais (os povos indígenas) que ainda existem no início do novo milênio nas áreas rurais daquelas nações que, por resistência ou por marginalidade, conseguiram resistir ou evitar a expansão cultural e tecnológica do mundo industrial (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009, p. 32).

A resistência destas populações não está dissociada dos remanescentes florestais que encontramos no presente. Podemos observar na trajetória destas populações em seus ambientes que a multiplicidade de espécies alimentares cultiváveis que resistem nas roças e cultivos advém da profunda e antiga ligação entre natureza-cultura capaz de reproduzir e manter fontes diversas de alimentos. A herança deste antigo relacionamento ganha importância fundamental perante a grave crise ambiental e humana.

1.1 Princípios e procedimentos teórico-metodológicos

A crise ambiental planetária evidenciada com a devastação industrial contemporânea manifestou-se com tonalidades mais intensas para a nossa sociedade em meados do século XX; a cada geração, porém, vieram se renovando as tecnologias e “utilidades” para o mundo moderno. Nesta nova dimensão o avanço do poder da técnica tornou-se referência da capacidade humana em transformar a natureza; esta capacidade, entretanto, se estruturou em um nível de percepção incapaz de reconhecer que a “natureza” é a fonte primordial na trajetória que possibilitou o incremento das ferramentas e criações humanas. Com o passar de poucas décadas ou anos ia diluindo-se a percepção da antiquíssima interação que havia se tornado o legado essencial da continuidade dos seres humanos entre os demais seres vivos da Terra.

O *apagamento* ²⁰ dos saberes transmitidos de geração a geração foi se dando conforme desaparecia a presença da floresta e de outros ambientes naturais do cotidiano social. Os

¹⁹ Os autores definem a etnoecologia como “nova disciplina híbrida, transdisciplinar e pós-normal” que busca “os conhecimentos milenares dos povos indígenas e rurais do planeta” (p. 31).

²⁰ O termo *apagamento* utilizado por historiadores como Monteiro (2001) indica o tratamento dado às narrativas e “memórias” indígenas na tradição historiográfica brasileira desde a sua construção no século XIX. Em Boaventura de Sousa (2002, 2007) o *apagamento* ou *silenciamento* foi a conduta que permitiu os *epistemicídios* de saberes não-ocidentais.

saberes tradicionais, que resistiam em áreas florestais ou naturais ainda não devastados, foram sendo ao longo da história da conquista de territórios coloniais, ignorados e inferiorizados perante o saber técnico científico que se tornou hegemônico e incorporado ao modelo socioeconômico vigente.

No sólo aparecen los ya familiares disturbios del ambiente natural provocados a gran escala por las prácticas industriales y agrícolas modernas. Cerca del corazón mismo de la ciencia tenemos los nuevos ‘experimentos’, de escala incluso regional, que resultan en una interferencia destructiva con la naturaleza causada por la tecnología (FUNTOWICZ; RAVETZ, 2000, p. 27).

A ciência moderna ocidental, sua tendência cartesiana e iluminista ²¹ que se tornou predominante e inspirou muitos cientistas brasileiros, nasceu de uma ruptura em relação à antiga visão do mundo e fundamentou-se na ideia de uma separação total entre o indivíduo conhecedor e a realidade, tida como completamente independente ao indivíduo que a observa. A eficácia da física clássica para as intenções de progresso e modernização do mundo contribuiu para a instauração de um paradigma científico de *simplificação* da natureza, que se tornou predominante no mundo ocidental (SANTOS, 2002). “O universo foi subitamente dessacralizado e sua transcendência jogada nas trevas do irracional e da superstição [...]. O cientificismo nos legou uma ideia persistente e tenaz: a da existência de um único nível de realidade” (NICOLESCU, 1999, p. 5-6). Dentro desta dimensão, a realidade convencionou-se como uma construção social e no consenso de uma coletividade, um acordo político operando em muitos âmbitos e níveis sobre cada indivíduo humano e sobre a natureza considerada conquistada e civilizada (PORTO-GONÇALVES, 2006; SANTOS, 2007).

²¹ Para Descartes [1637] (2001) o corpo e toda natureza se decompõe em pequenas partes estanques, *objetos* da razão implícita no “homem” civilizado de “[...] dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas parcelas quantas fosse possível e necessário para melhor resolvê-las” (p. 41). Descartes complementa que seu método pretende “[...] conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos [...] o que mais me contentava nesse método era que por meio dele tinha a certeza de usar em tudo minha razão [...] ademais, sentia, ao praticá-lo, que meu espírito acostumava-se pouco a pouco a conceber mais nítida e distintamente seus objetos” (p. 42). No iluminismo mesmo entre as correntes sensualistas ou do empirismo radical em que “[...] na ordem natural, tudo vem das sensações” (CONDILLAC, [1754] 1993, p. 240) o pensar ou as faculdades do intelecto que constroem o “conhecimento teórico [possuem] ordem e classificação [enquanto] os conhecimentos práticos, pelo contrário, são ideias confusas” (p. 211). Este enquadramento distingue os “homens limitados [dos que] estudam os objetos e formam diferentes classes [para poder observar] o número de suas noções abstratas [...]” (p. 218). Neste horizonte a razão (e a capacidade de abstração) é destacada como entidade *superior* e dissociada dos domínios do corpo associado à natureza, implícita neste horizonte como *objeto* da razão humana. A “realidade” é compreendida com o “parcelamento” (separação) dos objetos em partes determináveis e “fixas” num código comunicativo, entretanto, desconsidera-se a interrelação entre os mesmos e suas inúmeras metamorfoses não determináveis pela razão humana. Com referência Bohr (1995).

Os seres humanos, que viam a si próprios separados da natureza, se tornaram alheios e inconscientes da sua presença; criou-se um mundo próprio e fechado dentro de uma concepção inesgotável, aprisionando do “lado de fora” a natureza em leis objetivas e deterministas. O indivíduo humano dessacralizou-se como “ser natural” e em um mundo sem sentido pôde também ficar à deriva, ao ponto de permitir a intervenção cega e desequilibrada nas entranhas da Terra e do seu ser biológico. “Pela primeira vez em sua história, o ser humano pode manipular o patrimônio genético de nossa espécie” (NICOLESCU, 1999, p. 3) e interferir em toda rede viva planetária em nome de uma tecnociência autoritária e alienada, da qual a humanidade se tornou também prisioneira (FUNTOWICZ; RAVETZ, 2000).

A consagração desta tendência hegemônica na ciência moderna nestes últimos quatrocentos anos cristalizou a explicação do real, a ponto de não podermos conceber o real senão nos termos por ela propostos. O pensamento científico que se tornou predominante quando prescreveu uma única maneira de conhecer, possível apenas com o distanciamento dos próprios sentidos, já gerava uma abstração sofisticada criando uma realidade hipotética ou “virtual” que hoje possibilita a atrofia interior para a manipulação das consciências em escala planetária. Mas, “como podemos sonhar com uma harmonia social baseada na aniquilação do ser interior?” (NICOLESCU, 1999, p. 6).

A ruptura e a displicência com o Ser interior tornaram-se as bases de um modelo de comportamento global, enquanto a racionalidade científica predominante se tornava um modelo de conhecimento totalitário negando o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautassem pelos seus princípios e regras epistemológicas (SANTOS, 2002).

O domínio global da *ciência moderna* como conhecimento-regulação acarretou consigo a destruição de muitas formas de saber, sobretudo daquelas que eram próprias dos povos que foram objeto do colonialismo ocidental. Tal destruição produziu silêncios que tornaram impronunciáveis as necessidades e as aspirações dos povos ou grupos sociais cujas formas de saber foram destruídas. Não esqueçamos que sob a capa dos valores universais autorizados pela razão foi de fato imposta a razão de uma ‘raça’ de um sexo e de uma classe social (SANTOS, 2002, p. 88, grifo nosso).

A promessa de dominação da natureza pela tecnociência, e do seu uso para o suposto benefício comum da humanidade, conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos denominados “recursos” naturais levando a catástrofes ecológicas e à ameaça nuclear sem precedentes.

Desta forma, o profundo e complexo conflito gerado pela crescente e notória queda da qualidade socioambiental em inúmeros povos, com a expansão de empreendimentos e monoculturas na mesma medida em que se amplia a crise alimentar mundial, contribuiu para que algumas condutas científicas também fossem sendo digeridas. Apesar de presenciarmos a persistência de um modo de ser preso e submerso na indiferença e desvalor da vida, iniciativas vieram reagindo e denunciando a insensatez de uma vida social presa à escravidão econômica que segue como que “em transe” o cortejo de um modelo de mundo inconsequente e devorador.

Os procedimentos e a postura do mundo ocidental globalizado perante a natureza é a manifestação de sua própria essência quase inerte e silenciada pelo esquecimento – a abstração que racionalizou a vida tornou-se tão real que a capacidade de sentir se tornou invisível e em alguns casos inadmissível. A rigidez das ideologias e dos padrões disciplinares, com o transcorrer do século XX, racionalizava uma concepção hegemônica da realidade que se mostrava, porém, inapropriada para a conservação da vida.

A imposição desta racionalização, todavia, não é livre de perturbações. Os limites paradigmáticos que a crise dos padrões predominantes da ciência moderna engendra “abrem” compreensões da realidade para o campo das possibilidades (SANTOS, 2002). Percebia-se, então, que a possibilidade da “certeza científica” em um mundo em que a incerteza é um dos fundamentos da realidade ²² implica na compreensão de que não existe método científico soberano (CLIFFORD, 2011) capaz de explicar a realidade. A aceitação e compreensão da existência de níveis diferentes de realidade, entretanto, é afirmada e vivida em muitas culturas e tradições no mundo de matriz não-ocidental, onde persistem meios que possibilitam “frestas” para a autonomia humana nos rincões onde o espaço econômico capitalista não se realiza em sua plenitude, onde todas as esferas da vida não foram mercantilizadas.

Nesta interação irrompem de um passado ancestral, ou da recriação de vínculos e princípios, possibilidades de conhecimentos para além deste modo secular de se “fazer” ciência. É extremamente notável, quando observamos a natureza, o reconhecimento de uma imensa e inesgotável fonte do desconhecido que justifica, inclusive, a própria existência da ciência. É por isso que no interior das produções científicas emergem novas percepções indicando que também é presente um processo de abertura para a compreensão do mundo, manifestando-se como um processo de compreensão do que é essencial para a própria humanidade. Faz parte deste processo que concepções teóricas clássicas sejam conferidas e

²² Com referência Bohr (1995) e o *princípio de incerteza* compreendido pelos teóricos da física quântica.

testadas diante da complexidade de fenômenos que se evidenciam e atravessam a realidade em que vivemos. Nestas movimentações reivindicam-se nas consciências contemporâneas a importância de sermos cuidadosos com as futuras gerações e a fundamental importância do mundo vegetal e animal para a permanência dos nossos descendentes neste planeta.

Os estudos multidisciplinares vieram ganhando campo em temas que evidenciam a relevância de uma mudança paradigmática numa ciência fundamentada na separação do conhecimento científico em campos específicos e estanques. A dissociação entre o ser humano e a natureza se tornou premissa na clássica concepção do conhecimento científico, manifestado na imagem do sujeito conhecedor *versus* o objeto analisado com a pressuposição de distanciamento e neutralidade. Nas ciências humanas a natureza é também *objetificada*, geralmente participando dos dramas das civilizações como contingência ou como provedora inata de meios de subsistência e expansão sem limites da exploração dos “recursos” naturais.

O surgimento das etnociências demonstra exemplos de movimentos multidisciplinares que buscam operar na interação entre disciplinas ou áreas científicas com o saber geracional de muitos povos e culturas de matriz “não-ocidental” (POSEY, 1999; DESCOLA, 2000; BALÉE, 2000, 2006, 2008), contextualizados nessa complexidade em ciências exatas e humanas (FUNTOWICZ; RAVETZ, 2000).

A ecologia histórica²³ e os estudos de florestas antropogênicas se desenvolveram nas décadas de 1980 e 1990 das interações promovidas pelas etnociências em áreas naturais associadas à presença de populações indígenas. Enquanto isso novas matrizes disciplinares que reivindicavam interação entre as áreas científicas como, por exemplo, a Agroecologia já vinha se desenvolvendo desde a década de 1970 com o ecólogo Gliessman (2001) e, posteriormente, o estudo agrônomo de Altieri (1999, 2004) e sociológico de Sevilla Guzmán (2001, 2002). Todos estes trabalhos foram quase simultâneos à ampliação dos movimentos de defesa ambiental, com o surgimento de princípios essencialmente opostos ao modelo da atividade produtiva moderna. Surgia e recriavam-se concepções de interação agrícola não-impactante inspirando-se nas agriculturas tradicionais e dinâmicas de cultivo que interagem positivamente com os ambientes naturais (CAPORAL et al. 2010; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). Assim, estas dinâmicas de cultivo ou manejos agroflorestais passaram a ser percebidas a partir de interações entre as áreas científicas abdicando dos pressupostos de

²³ A ecologia histórica pode ser definida como uma linha de pesquisa que visa estudar a interação entre os seres humanos e o meio ambiente no transcurso do tempo e do espaço com o intuito de atingir uma compreensão mais completa dos efeitos cumulativos das ações humanas (BALÉE, 2006).

separabilidade das ciências “normais” (FUNTOWICZ; RAVETZ, 2000), buscando superar a dissociação implícita dos padrões disciplinares.

Em se tratando do relacionamento natureza-cultura, compreendemos a importância de *diálogo* entre as pesquisas de diversas áreas científicas que confluíram numa “ruptura” com o paradigma estabelecido, na perspectiva de superar o “abismo” comunicativo da rigidez de binômios conceituais como homem²⁴ e natureza, sedentários e nômades, agricultura e coleta, civilizado e primitivo que fundamentam e validam as ideologias presentes no conhecimento científico. Estes conceitos carregam o discurso de uma concepção “evolutiva” da técnica que edifica os pressupostos do ideal civilizatório associados a homem²⁵-sedentário-agricultura-civilizado e, conseqüentemente, evocam a superação da natureza-nômade-coletor-primitivo. A história humana nascida, nesta concepção, da visão eurocêntrica e, antes de tudo, antropocêntrica de mundo estaria destinada e munida do poder da técnica para racionalizar a natureza.

Portanto, o fator relevante destas pesquisas multidisciplinares é justamente a mudança de concepção ao prescindir de modelos que concebem o ambiente de florestas, como a Mata Atlântica, pobre em recursos alimentares e impossibilitado para o modelo de agricultura conhecido pelos europeus²⁶. Assim, estabeleciam-se nas teorias, na maioria dos casos, a caça, a pesca e a “coleta” como as únicas ou principais fontes de alimentos dos povos nativos. Com referência à história da agricultura em florestas tropicais, conceitos inapropriados como os de agricultores-sedentários, nômades-coletores ou caçadores-coletores se revelam abstrações que destoam essencialmente do tipo de manejo agrícola vivenciado nessas florestas por milênios, assim como associações consideradas óbvias entre cultura material (produção de cerâmicas) e a prática de agricultura extensiva (NEVES, 1999-2000; WESOŁOWSKI et al. 2007; FELTRAN-BARBIERI, 2010). Muitas das construções teóricas sobre as populações e as florestas tropicais da América, na maioria das vezes, se baseavam em crônicas e documentos de origem colonial carregados de discursos e estereótipos que distorcem o modo de vida dos povos da floresta. Cada vez mais se evidencia a percepção de um tipo de manejo das espécies vegetais em sintonia a uma “agricultura itinerante” de povos caminantes que interagem com as sazonalidades dos domínios naturais em que transitavam (LADEIRA, 2008; OLIVEIRA, 2010).

²⁴ Aqui utilizamos o gênero “homem” como *sujeito* para reforçar o sexismo presente nos binômios conceituais mencionados sendo que o termo “natureza” (*objetificada*) é sempre associado ao gênero feminino (SANTOS, 2000; FUNTOWICZ; RAVETZ, 2000).

²⁵ Idem.

²⁶ Em todo o continente americano, inclusive entre os estadunidenses, o modelo de agricultura intensiva e extensiva concebido foi trazido pela colonização europeia.

Estas concepções se edificaram nas tradições científicas com base no que Boaventura de Souza (2007) conceituou como *epistemicídios*, atos que silenciaram conhecimentos de povos “não-ocidentais” apagando saberes culturais que de maneira alguma se enquadrariam no princípio de *separabilidade* que regula e ordena as especialidades científicas.

Neste sentido, estas pesquisas colocam em evidência que as florestas e outros biomas, longe de serem concebidos previamente como ambientes “intocados”, são percebidos também como manifestação da antiga inter-relação de natureza-cultura. O que se evidencia, ao contrário dos modelos da agricultura extensiva, é que *a origem da atividade agrícola nas florestas tropicais não se deu com a supressão da floresta, mas com a sua manutenção*. O manejo florestal e os cultivos em clareiras no interior da mata dependiam das sazonalidades e da interação das espécies vegetais e animais da floresta.

Das pesquisas em etnobotânica realizadas por Darrell Addison Posey (1999) e William Balée (1998, 2000, 2006), entre outros pesquisadores, se evidenciou que a ideia de florestas intocadas pelos seres humanos só existiam no imaginário ocidental. As pesquisas de campo em florestas tropicais verificaram que nestas paisagens havia “indigeneidade ao longo de um lapso de tempo de *longue durée*” ²⁷ (BALÉE, 2008, p. 11). Os estudos de Posey (1999) e Balée (1998, 2000, 2006) registraram diversas plantas encontradas nos trabalhos de identificação nas áreas dos Ka’apor (no Cerrado brasileiro). Com base na origem e processos de interação destas plantas Balée (1998) afirma que: “Várias dessas espécies só ocorrem em áreas que tenham sido alteradas por praticas de manejo florestal indígena na região dos Ka’apor” (p. 21). Foi se tornando comum verificar nas roças tradicionais espécies específicas ou variedades locais fruto do manejo cultural geracional, marcando um tipo de agricultura ou cultivo apropriado em interação com as florestas.

Uma pesquisa etnobotânica realizada numa aldeia de índios Kayapó, no Pará [...] Foram registradas pelos pesquisadores cerca de 58 espécies por roça, em sua maioria representadas por diversas variedades. Esses índios cultivam pelo menos 17 variedades de mandioca e macaxeira, 33 variedades de batata doce, inhame e taioba, sempre de acordo com condições microclimáticas bastante específicas. Além disso, o modo como interferem na estrutura das roças ao longo do tempo parece seguir um modelo que se baseia na própria sucessão natural dos tipos de vegetação, cultivando inicialmente espécies de baixo porte, seguidas por bananeiras e frutíferas e, por fim, introduzindo espécies florestais de grande porte ²⁸. É interessante a constatação, feita pelos autores da pesquisa, de que o caráter esporádico e a estrutura da

²⁷ A longa duração destas atividades aqui é compreendida como “articulações que atravessam eras e tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações” (BRAUDEL, 1978, p. 49).

²⁸ “Este é um princípio básico de implantação dos SAF – Sistemas Agroflorestais” (CAPORAL et al. 2010, loc. cit.).

plantação, semelhante à da vegetação natural, fizeram com que o manejo das capoeiras pelos Kayapó só fosse detectado recentemente. Isso levou os pesquisadores a concluir que “muitos dos ecossistemas tropicais até agora considerados naturais podem ter sido, de fato, profundamente moldados por populações indígenas” (ANDERSON; POSEY ²⁹, 1987, p. 46 apud CAPORAL et al. 2010, p. 17).

A “longa duração” evocada por esses autores se refere aos indícios de que os ambientes naturais e a sociedade humana, sem exceção, são essencialmente construções histórico-ecológicas que perduram, não como presenças imutáveis, mas em constante transformação ³⁰. Assim como todas as culturas humanas do mundo, as florestas não são intocadas ou “puras”, mas interagem com tudo o que se manifesta a elas no cotidiano. *Ao invés do enfoque sobre a adaptação de seres humanos ao meio ambiente, se considera a interpenetração entre cultura e meio ambiente.* Em outras palavras, “a relação entre natureza e cultura é concebida como diálogo e não como uma dicotomia” (BALÉE, 1998, p. 14, tradução nossa). Este relacionamento entre *sujeitos* é também um dos princípios dos povos da floresta, na medida em que muitas tradições, a natureza não é *objetificada*, mas compreendida como uma entidade viva e multidiversa portadora de *consciência* e por isso mesmo pode ser compreendida como sujeito de direitos ³¹.

Deste modo se reintera a importância de “analisar o valor e discutir como essas paisagens – em realidade, sítios arqueológicos atualmente ocupados por pessoas que também usam antigas tecnologias – podem ser melhor conservadas, protegidas e restauradas” (BALÉE, 2008, p. 11).

No dialogo com a natureza, os povos da floresta, em suas manifestações de interação com as florestas, ao considerarem espécies representativas do sagrado praticam e desenvolvem parâmetros fitossociológicos ³² que organizam a distribuição espacial das espécies numa dada área. Isto é evidenciado pela presença de espécies-chaves culturais que indicam o histórico ecológico de áreas povoadas, onde a agricultura foi presente (BALÉE, 1998, 2000; OLIVEIRA, 2007).

²⁹ ANDERSON, A. B.; POSEY, D. A. Reflorestamento indígena. *Ciência Hoje*, v.6, n.31, p.44-50, 1987.

³⁰ Além dos autores das etnociências, com referência o trabalho da arqueóloga brasileira Marcia Guimarães (2007) sobre as relações intersociedades no litoral sudeste entre populações de sambaquis, populações tupinambá e os povos conhecidos como tradição una “tendo por base o pressuposto da continuidade e da mudança” que “influenciaram o processo de transformação sociocultural verificado entre os grupos sambaquis”.

³¹ Sobre as constituições do Equador e da Bolívia em que a Terra (*Pachamama*), toda a natureza é sujeito de direitos. Com referência Gussoli (2014).

³² Fitossociologia é o estudo das causas e efeitos da coabitação de plantas em dado ambiente, do surgimento, constituição e estrutura dos agrupamentos vegetais e dos processos que implicam sua continuidade ou em sua mudança ao longo do tempo (FELFILI et al. 2011).

Deste modo, percebemos e compreendemos que *o patrimônio florestal também se desenvolve segundo o patrimônio imaterial da cultura* – que se traduz em resultantes ecológicas concretas num largo quadro de ações de manejo dos ambientes. As atividades de roça e manejo desenvolvidas por populações que viveram no interior das áreas florestais demonstram usos diferenciados e interações complexas que podem gerar distintas manifestações florísticas e vegetacionais em um mesmo horizonte de tempo sucessional ³³ (OLIVEIRA, 2007). Dentro deste horizonte sucessional de regeneração das florestas, novas percepções desvelam aspectos variados acerca da complexidade envolvida na relação natureza-cultura e das interações sutis que podem ter contribuído com a diversidade em áreas florestais. Tornaram-se frequentes, nas últimas décadas, trabalhos de pesquisadores como o de Alves e Metzger (2006), que observam no interior de uma reserva de proteção integral – a Reserva Florestal do Morro Grande (RFMG) entre Cotia e Ibiúna – em áreas com florestas mais antigas consideradas “intocadas”, ou com baixa perturbação antrópica, a ocorrência de uma taxa menor de biodiversidade (animais, árvores e plântulas) do que em áreas secundárias que tiveram no passado maiores atividades de manejo agrícola ³⁴.

Assim, ao nos remetemos às áreas remanescentes de Mata Atlântica presentes no Alto Ribeira e no Vale do Ribeira, como antigas áreas de transição e circulação de povos de origens diversas desde o holoceno, perdurando após séculos de colonização europeia, compreendemos que é pertinente considerar a longa duração (milénar) das interações sutis entre natureza e cultura. Em outras palavras, a longa duração das florestas culturais que repercutiram nos padrões de biodiversidade das florestas do presente.

Portanto, esta pesquisa procurou dimensionar dentro de um viés multidisciplinar uma reflexão histórica, antropológica e ecológica acerca de duas questões que se destacam do longo percurso percorrido por populações humanas na Mata Atlântica tendo como exemplo essa região: 1. Em áreas florestais as ações antrópicas (agricultura, atividades de manejo florestal) podem contribuir com a diversificação de espécies vegetais e consequentemente com a ampliação da ocorrência da fauna? 2. A construção de um discurso histórico oficial, desde o processo de colonização europeia, que sobrepôs “camadas” de *apagamento* (MONTEIRO, 2001) e *silenciamento* (SANTOS, 2002) da memória nativa dos povos da floresta (indígenas, quilombolas, ribeirinhos e caiçaras) e do modo de vida na floresta, é fator relevante para considerarmos a ampla degradação das florestas nos últimos séculos?

³³ Tempo sucessional trata-se dos diversos “estágios” de crescimento e interação entre as espécies na renovação das florestas.

³⁴ As conclusões dos autores Alves e Metzger (2006) acerca das taxas de biodiversidade na Reserva Florestal do Morro Grande (SP) são discutidas no capítulo 5.

Estas e demais questões que remetem do relacionamento entre as populações humanas e os ambientes como as florestas – no tocante aos diversos manejos agrícolas e conhecimentos desenvolvidos nesta interação – trazem reflexões importantes acerca da conservação das florestas, da antiquíssima interação das atividades antropogênicas com a biogênese da Mata Atlântica (em solos e vegetações), da produção de alimentos em florestas, dos povos da floresta e o legado ambiental do presente, e dos limites paradigmáticos das ciências “normais” (FUNTOWICZ; RAVETZ, 2000) para se adentrar nestas questões sem promover o *apagamento* ou *silenciamento* de epistemologias indígenas ou não-ocidentais (SANTOS, 2002).

Na construção da presente abordagem, o percurso percorrido evidenciou as questões acima como parte do estudo das florestas tropicais e da história das sucessivas gerações de populações humanas habitantes de florestas. O interesse nos remanescentes de Mata Atlântica presentes no Vale do Ribeira e na Serra do Paranapiacaba surgiu da experiência local como moradora e educadora na região há catorze anos. A vivência com populações tradicionais, em especial indígenas ³⁵, que reivindicam outra narrativa acerca da sua presença nas florestas brasileiras desde antes da construção da história do Brasil oficial, me influenciou diretamente no estudo da história local e do *apagamento* dos povos da floresta no discurso histórico e da memória instituída nos municípios locais. Assim, foi desta experiência que a necessidade de busca por fontes sobre as populações (em especial indígenas) que habitaram as florestas da região se tornou um foco de pesquisa. Deste modo é possível afirmar que os *métodos* de pesquisa utilizados também surgiram se inspiraram ou se orientaram a partir do vivenciado (ANDROSINO, 2012). Nesse sentido, além do levantamento bibliográfico foram de fundamental valor as vivências com os antigos moradores nestes catorze anos que também moro na região ³⁶.

As consultas ao arquivo histórico presente no Museu da Memória de Itapecerica da Serra ³⁷ também possibilitou perceber que a presença de populações indígenas no sertão de Itapecerica (Serra do Paranapiacaba) reivindicando direitos de terras nas áreas florestais ocorria desde pelo menos o século XIX e que prevaleceu a política imperial de não reconhecimento destas populações como descendentes indígenas. Entretanto, como já foi expresso, os documentos históricos produzidos desde o período colonial e a historiografia

³⁵ Na região do Vale do Ribeira estão presentes treze *tekoa* Guarani e nove comunidades Quilombolas.

³⁶ Mesmo estas vivências não tendo uma preocupação acadêmica de campo, mas pessoal, elas inspiraram muitas das questões propostas neste trabalho.

³⁷ O museu é mantido pela prefeitura de Itapecerica, o primeiro município da região do Alto Ribeira que se originou do aldeamento jesuíta que capturou (com as bandeiras) populações indígenas de diversas etnias no século XVII (PETRONE, 1995; CORRÊA, 1999).

brasileira de uma maneira geral tendem a reforçar o *apagamento* das populações indígenas na construção da história nacional como etapa natural do processo civilizatório, do mesmo modo que as florestas tropicais brasileiras se consolidaram no imaginário nacional como ambientes desabitados e intocados por seres humanos. Imaginário também consolidado nas Unidades de Conservação Integral existentes atualmente no Vale do Ribeira que não reconhecem os direitos dos povos tradicionais da floresta no presente ³⁸.

Assim, a reflexão acerca do percurso dos povos que habitaram e que habitam a Mata Atlântica alia necessariamente conhecimentos da antropologia e, também conhecimentos das áreas das ciências naturais que estudam as florestas tropicais. Tornou-se também importante considerar áreas de pesquisa que investigam a origem da alta biodiversidade em florestas tropicais como, por exemplo, Paulo Sodero Martins (2005) da Escola Superior de Agronomia Luis de Queiróz (ESALQ-USP) que estuda a genética das espécies vegetais encontradas nas roças de populações tradicionais, inclusive em remanescentes florestais no Vale do Ribeira, ou o trabalho em recursos genéticos de Nicole R. Vicente (2014) da UFSC que estuda a biodiversidade das roças itinerantes na floresta atlântica presente em Biguaçu – SC. Pesquisas nestas perspectivas sublinham o papel das roças na diversificação de variedades de espécies vegetais realizadas pelo cultivo e manejo dos seres humanos por sucessivas gerações. Trazem evidências de que a exclusão de populações tradicionais de áreas remanescentes contribui direta e indiretamente com a degradação ambiental.

Similarmente, a percepção dos intercâmbios expressos no desenvolvimento das etnociências trouxe para esta pesquisa uma nova compreensão do longo percurso dos povos indígenas nas florestas tropicais brasileiras. A presença de inúmeros sítios arqueológicos nos remanescentes de Mata Atlântica e em especial os presentes no Vale do Ribeira ganharam ênfase a partir de uma nova interpretação trazida pela ecologia histórica a respeito do legado ambiental de inúmeros povos que habitaram e transitaram nas florestas por sucessivas gerações há milênios. Por esse viés, a consulta e o estudo das mais recentes publicações acadêmicas em sítios arqueológicos no Vale do Ribeira e litoral sul-sudeste revelaram a influência das etnociências e da ecologia histórica na arqueologia brasileira nas últimas décadas. Neste contexto, confluíram-se pesquisas multidisciplinares dentro de uma abordagem que também dimensiona interfaces do antigo relacionamento entre populações humanas e a Mata Atlântica.

³⁸ Refiro-me as Unidades de Conservação, Parque Estadual Jurupará (PEJU), Parque Estadual Intervales (PEI) e o Parque Estadual do Alto Ribeira (PETAR), e as questões fundiárias relacionadas aos povos indígenas e populações ribeirinhas presentes nestas Unidades de Conservação integral.

Por fim, procuramos neste trabalho trazer estas reflexões desenvolvidas nos capítulos subsequentes a esta introdução, que apresentamos resumidamente a seguir.

O *Capítulo 2, “Populações humanas na Mata Atlântica: um esboço sobre um relacionamento milenar”* trás um esboço sobre a complexidade histórica da floresta atlântica, da interação de plantas e animais em “estratégias” que contribuem para a continuidade da floresta. A formação da Mata Atlântica, continuamente renovada na interação vegetal-animal por milhões de anos, influenciou vivencialmente a presença de populações humanas em seus mosaicos vegetacionais há alguns milênios. Ao contrário de uma visão social dissociada da “história natural” da floresta, trazemos uma narrativa da presença de populações humanas nos últimos milênios imersas na “rede viva” que renova e “regula” o funcionamento sistêmico da floresta. Os vínculos sociais são vistos neste trabalho como parte integrante deste processo planetário maior, o objetivo aqui também é narrar para as sociedades humanas a inevitabilidade de “uma dependência [da natureza] que é tão universal quanto eterna”, da qual não podemos nos dissociar ou nos recortar socialmente como fenômeno a parte. Assim compreendemos que a narrativa sobre a origem da floresta atlântica tem posteriormente na presença humana sua continuidade como “uma espécie biológica a mais dentro do rol da diversidade natural composta por milhões de organismos” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 27).

Nas últimas décadas pesquisas multidisciplinares foram desenvolvidas em sambaquis fluviais (no Alto Ribeira e Vale do Ribeira) e sambaquis litorâneos que reconheceram evidências de manejo agrícola e de horticultura na Mata Atlântica há pelo menos 5000 AP (WESOLOWSKI, 2000; TENÓRIO, 2003; DE BLASIS et al. 2007; SCHEEL-YBERT, 2003, 2009; KNEIP, 2009). A presença de sociedades humanas de origens diversas (das serras, dos planaltos e litorais), que manejavam espécies vegetais nas clareiras da floresta, indicam prováveis contribuições destas populações na diversificação de espécies vegetais alimentares (entre outros usos) e até na ampliação da ocorrência destas vegetações no interior da floresta atlântica contribuindo tanto para a biodiversidade quanto para a fisionomia florestal. O estudo destes sítios arqueológicos também analisa nos milênios posteriores a presença das populações de origem Jê (do planalto, ± 3500 AP) e de origem Tupi (da Amazônia, ± 2000 AP) que migraram e se movimentaram por estas vegetações incorporando nas florestas atlânticas espécies originárias de outros biomas, em especial espécies frutíferas e de uso medicinal (NOELLI, 1999-2000; TENÓRIO, 2003, 2004; DE BLASIS et al. 2007; GUIMARÃES, 2007; SCHEEL-YBERT et al. 2009). Muitas destas espécies alimentares são utilizadas e

manejadas por agricultores locais até os dias de hoje (SCHELL-YBERT et al. 2009; KNEIP, 2009).

No *Capítulo 3, “A conquista colonial europeia: o uso e o apagamento do conhecimento nativo para o dominnium das terras”*, procuramos refletir como a diferença na concepção de mundo europeia transformou profundamente o relacionamento humano (dos colonizadores e dos indivíduos nascidos na nova colônia) com as florestas nativas. A construção da identidade nacional se fez também com o *apagamento e desenraizamento* da ligação ancestral com os povos, as terras e toda natividade (das florestas tropicais e outros ambientes). O apagamento desta ligação se deu de maneira traumática. A extrema violência colonial propiciou nas gerações seguintes a ruptura da interação com as natividades da terra e a sedimentação da visão de mundo ocidental manifesta num comportamento alheio e indiferente à natureza local. O forte tolhimento e repúdio ao modo de ser das culturas dos povos ameríndios eram práticas cotidianas para a negação da presença indígena e efetivação de uma civilização imposta (MONTEIRO, 1994, 2001; DEAN, 2004). A conquista colonial promoveu tamanha devastação que as migrações dos povos indígenas para o interior das florestas mais distantes do foco colonizador, somadas a mudanças de hábito e adoção de novos etnôminos, se tornaram meios de resistência e distanciamento da nação brasileira em formação como algo dissociado e ameaçador. Observamos nesta reflexão que para as populações indígenas e posteriormente para as populações afrodescendentes (quilombolas) a floresta tende a ser uma “proteção” e ampliá-la uma estratégia de resistência (CICCARONE, 2011).

O *Capítulo 4, “Populações caipiras e caboclas: modos de vida e o cultivo de alimentos na Mata Atlântica”* traz uma breve reflexão sobre as populações de lavradores mestiços de ascendência indígena (as famílias caipiras) que fugindo ou migrando dos aldeamentos jesuítas ³⁹ foram ocupando as áreas de Mata Atlântica dos arredores das vilas paulistas e, posteriormente as áreas remanescentes que não sofreram os avanços das monoculturas de café e cana (PETRONE, 1995). As populações caipiras fizeram “o uso comunal da terra” há muitas gerações. O “sertão” era um território autônomo gerido pelos próprios nativos, havia uma sociabilidade de ajuda mutua e o mutirão, prática de origem indígena de sociabilidade, se manifestava como reforço dos vínculos comunitários de solidariedade (QUEIRÓZ, 1973; CANDIDO, 1979). Neste modo de vida está presente a “herança” milenar acumulada pelos povos indígenas tanto no traquejo do manejo de espécies alimentares e medicinais da floresta quanto na sintonia dos “ritmos” cíclicos da floresta para uma base ética de conservação das

³⁹ Os aldeamentos paulistas receberam indígenas das mais diversas etnias “descidos dos sertões”.

vegetações e dos animais (SANTIAGO, 2010). As populações caipiras que perduraram até meados da década de 1970 na região do Alto Ribeira ⁴⁰, praticavam a conservação das espécies florestais e manejos agrícolas nas roças por séculos em terras consideradas impróprias para as monoculturas (ou para a agricultura extensiva), faziam roças sem sinais de esgotamento do solo e assoreamento de rios, não utilizavam fertilizantes e pesticidas, possuíam variedades de espécies agrícolas selecionadas por centenas de anos a partir das melhores sementes e ramos (clones) (QUEIRÓZ, 1973; SANTIAGO, 2010). Na concepção destas populações roceiras que viviam na mata, a agricultura não se dissociava da floresta, fazia sim parte de uma das suas etapas (SANTIAGO, 2010). O manejo do solo, da diversidade de espécies vegetais exigia a manutenção da floresta em seus diferentes estágios. Nas áreas destas populações as capoeiras (roças em pousio) observamos uma alta diversidade de espécies vegetais medicinais e também de alimentos variados que também alimentam a fauna (MARTINS, 2005; PARDINI, 2012). As atividades antropogênicas das populações caipiras nas áreas de Mata Atlântica (e em especial nas áreas remanescentes) *deram continuidade em um relacionamento de longuíssima duração entre populações humanas e estas florestas*.

No Capítulo 5, “A ‘erosão’ dos ambientes naturais e das culturas locais: a agricultura moderna e as restrições à agricultura nativa”, observamos que no transcorrer do século XX em boa parte do Estado de São Paulo as atividades de roça e os princípios de interação com as florestas foram sendo profundamente descaracterizados. Procuramos descrever a rápida expansão de monoculturas no Estado de São Paulo, enquanto a região do Alto Ribeira, antigo sertão de Itapecerica, resistia florestada, mas gradativamente sofria uma confluência de interferências de medidas do Estado e das condições de progresso e desenvolvimento urbano-industrial, que impunham os seus ritmos para áreas rurais como fonte de recursos diversos para a vida urbana. Este é o caso da atividade carvoeira. Dentro deste contexto e sob uma base científica de especialização e racionalização dos territórios submetidos ao Estado, o surgimento de Unidades de Conservação e regulamentação de áreas protegidas pela legislação desde meados da década de 1970 (como as áreas de mananciais) contribuíram para limitar o desmatamento através de medidas restritivas e punitivas.

Entretanto, as restrições à exploração de carvão vegetal, que atendiam a interesses exógenos de aumento das demandas urbanas por recursos naturais, foram estendidas à roça das famílias caipiras, em áreas que se tornavam Unidades de Conservação, (SANTIAGO, 2010). Como parte de uma “herança” colonial a visão etnocêntrica nas instituições do estado

⁴⁰ Sobre o sertão de Itapecerica (Alto do Ribeira) até a década de 1970.

se expressa no tratamento dado às populações nativas e as áreas remanescentes de florestas. Estas restrições contribuíram para a ruptura dos processos culturais de manutenção e diversificação (genética) das roças em interação com a diversificação das espécies silvestres (MARTINS, 2005; VICENTE, 2014) e perda da agrobiodiversidade nestas áreas. Desta forma, o agravamento da questão fundiária entre as populações indígenas e tradicionais com a sobreposição das UCs de proteção integral contribuiu também para o efetivo desenraizamento das populações locais no relacionamento com a terra e as florestas.

A rememoração dos processos que induziram ao desenraizamento e silenciamento das populações da floresta no passado e no presente, inclusive as que coíbem praticas de roça nas áreas florestais, expressa também interfaces de uma realidade complexa muitas vezes ignorada pelas instituições da sociedade dominante.

Entretanto, quando nos referimos à interação milenar entre seres humanos e natureza para a produção de alimentos, chamamos a atenção para o reconhecimento da profunda e antiga interdependência entre humanos e os outros seres naturais. Esta reminiscência está no conteúdo simbólico de muitas culturas tradicionais resistentes ⁴¹ no presente em áreas remanescentes. A resistência dos povos da floresta e das sabedorias tradicionais reivindica o reconhecimento de sua trajetória. Compreendemos que o reconhecimento passa pela compreensão da longa história humana de *mimese* e colaboração com o mundo natural.

⁴¹ Um exemplo de resistência é a língua guarani conservada como língua materna nas *tekoa* (aldeias), inclusive nas *tekoa* em áreas urbanas como a *tekoa itakupe* (conhecida no mundo não-indígena como aldeia do Jaraguá-SP). É comum entre os membros da comunidade que as conversas sejam em guarani enquanto o português é a língua para falar com os *juruá* (“os brancos”). Cada indivíduo da *tekoa* possui dois nomes, o nome no documento em português, útil para sobreviver na sociedade dominante, e o “nome verdadeiro” em guarani recebido no *Tery Nhemongarai* rito de “troca de nomes” ou “batismo guarani”.

2. POPULAÇÕES HUMANAS NA MATA ATLÂNTICA: UM ESBOÇO SOBRE UM RELACIONAMENTO MILENAR

A presença humana nas “cicatrizes” da floresta é um fenômeno histórico e geológico que de maneira alguma se reduz aos fenômenos culturais e espirituais da nossa época. O percurso humano no planeta já deu mostras de uma imensa capacidade de transformar a realidade, do mesmo modo que culturas humanas muito antigas, ou renascidas do desejo de renovação do mundo, resistem e destoam de um modelo predatório de relacionamento com a natureza.

As atividades humanas nas florestas também contribuíram para a diversificação da vida gerando novas espécies e variedades através do manejo e assimilação dos ciclos reprodutivos por interações continuadas de geração a geração com uma infinidade de seres vegetais e animais (BALÉE, 1998; POSEY, 1999; DESCOLA, 2000; PARDINI, 2012; VICENTE, 2014; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). A grande diversidade ecológica e cultural existente no Vale do Ribeira pode ter como uma de suas raízes mais profundas esta interação milenar⁴².

Nestas florestas com paisagens variadas, distribuídas em uma “área de transição” entre as planícies costeiras, as regiões serranas e o planalto paulista, um mosaico de vivências e memórias podem ser percebidas. A região do Vale do Ribeira se apresenta neste século como uns dos poucos redutos que se mantêm florestados no Estado de São Paulo.

A região é compreendida como uma composição desenhada em três subáreas: Alto Ribeira, Médio Ribeira e Baixo Ribeira (DE BLASIS, 1988; DIEGUES, 2007). O *Alto Ribeira* é marcado pela presença da Serra do Paranapiacaba por onde passa o rio Ribeira, cujas nascentes e afluentes nascem e se encontram no interior de uma paisagem montanhosa e florestada. Estes mananciais fazem parte da Bacia do rio Ribeira de Iguape e também alimentam a Bacia do Guarapiranga. “O Alto Ribeira está não apenas contíguo, mas integrado a região planáltica, apesar das diferenças fisiográficas que apresenta em relação àquelas áreas” (DE BLASIS, 1988, p. 16). No *Médio Ribeira* é marcante a presença do rio que recebe vários afluentes como os rios Juquiá e Jacupiranga onde se situam cidades como Eldorado, Sete Barras e Registro. Já o *Baixo Ribeira* possui terras mais planas e inundáveis, onde o rio desce em meandros até desembocar na região litorânea próxima a Iguape (DIEGUES, 2007).

⁴² Com base nas pesquisas que serão referenciadas a seguir.

A Mata Atlântica predomina nas paisagens da região. Nos atuais municípios serranos do Alto Ribeira (Serra do Paranapiacaba) se conservam uma média de 60% a 70% da vegetação florestal ⁴³ descendente de uma antiquíssima flora e fauna primitiva. Nas margens dos rios, nas profundezas dos vales e nos topos das serras, a Mata Atlântica por milhões de anos veio expandindo sua biodiversidade através de uma complexa rede de interação e cooperação de suas espécies.

O surgimento destas florestas remonta às profundas transformações geológicas ocorridas durante o Cretáceo (Era Mesozoica), há 140 milhões de anos, quando movimentos tectônicos geraram lentamente a separação da América do Sul e da África originando o Oceano Atlântico. Posterior a este processo, o soerguimento da crosta oceânica deu forma às cordilheiras andinas e às escarpas da Serra do Mar presentes na geografia litorânea da região sudeste do Brasil (TONHASCA Jr., 2005), enquanto a biota do antigo continente Gondawana, que era seca em seu interior, ao se separar tornou-se litorânea e influenciada pela umidade do novo oceano.

A floresta ocorreu ao longo dessa costa devido ao relevo, regimes de vento e correntes oceânicas. [...] Contra essas barreiras sopra, na maior parte do ano, um constante vento alíseo de leste carregado de umidade do morno mar equatorial. À medida que a corrente de ar se eleva, esfria-se e libera sua umidade como chuva, num total de cerca de 1500 milímetros por ano (DEAN, 2004, p. 25).

Confluía com as drásticas mudanças ocorridas no Cretáceo o processo de ampliação no planeta da reprodução das plantas angiospermas, produtoras de flores, frutos e sementes, e a ocorrência cada vez maior de uma nova fauna endêmica integrada aos novos processos cíclicos vegetacionais. “Nos vales intermontanos, foi se estabelecendo uma floresta serrana estrutural e florísticamente impressionante quanto à da planície costeira” (DEAN, 2004, p. 26).

O historiador e botânico Warren Dean (2004) descreve a abundante evidência da coevolução de plantas e animais na polinização e dispersão das sementes e, até, na defesa de plantas presentes no “funcionamento sistêmico” da floresta. Algumas dessas plantas, por exemplo, oferecem abrigo e néctar a formigas que as protegem da predação e cortam plantas que concorrem com seus brotos. Dean descreve a floresta como um sistema vivo de complexidade extrema.

⁴³ Segundo os dados de FUNDAÇÃO SOSMA; INPE (2018). Disponível em: <<http://sosma.org.br>> e <www.inpe.br>. Acessado em: 14 jun. 2018.

O domínio da mata se estende ao longo de cursos d'água, onde cinturões de floresta de galeria, mais abertos e salpicados de palmeiras, serpenteiam rumo a oeste em faixas de até algumas centenas de metros de largura [...] A folhada caída das árvores costuma ser duas vezes mais pesada que a das florestas temperadas e é rápida e continuamente mineralizada por cupins, fungos e bactérias. A sombra densa da floresta fornece condições ambientais para a formação de uma camada fértil de húmus. Assim, a floresta cresce e se espalha sobre um substrato orgânico gerado por ela mesma (DEAN, 2004, p. 26-27).

A expansão de florestas tropicais no continente sul-americano teve que interagir com as perturbações geradas por movimentos tectônicos e climáticos por longuíssimos períodos. As movimentações tectônicas vieram lentamente alterando as estruturas continentais que mobilizaram condições paleoambientais para um intenso processo de diversificação de formas de vida na América do Sul (HAFFER, 1992; HAFFER; PRANCE, 2002).

Estas transformações continentais e o isolamento do Oceano Atlântico devido à elevação do istmo do Panamá, desde pelo menos 3 milhões de anos, incentivaram transformações no clima mundial, na ecologia e biodiversidade (BACON et al. 2015; O'DEA et al. 2016). O istmo do Panamá possibilitou a comunicação entre o sul e o norte da América com a ampliação da migração de muitas espécies vegetais contribuindo, desde então, com o surgimento de boa parte das espécies hoje encontradas na várzea das florestas tropicais da América Central, integradas a uma intensa migração faunística de ambos continentes (BACON et al. 2015; O'DEA et al. 2016).

O mesmo é possível se dizer para muitas espécies vegetais hoje encontradas nas cordilheiras sul-americanas que têm suas raízes nas vegetações do norte da América. Muitas famílias e gêneros de animais presentes nos ambientes sul-americanos também são originários dos membros de grupos migrantes do norte do continente e vice-versa. Os processos de perturbação geológica e interação ampliada entre os continentes que formaram a América possibilitaram tanto o desaparecimento de espécies endógenas quanto uma intensa comunicação e diversificação de seres vivos (BACON et al. 2015).

Verifica-se nos amplos processos e ciclos vivenciados no planeta que a atuação da fauna sempre foi essencial para a expansão e restauração dos ambientes naturais. Os animais prestam grandes serviços para a manutenção da vida nos domínios naturais (JORDANO et al. 2000). O geólogo e paleoecólogo Maclester (1988) considera que “na natureza é mais comum o processo de simbiose do que o de luta pela vida” (p. 54).

Em florestas como a Mata Atlântica minhocas, cupins, formigas e raízes vegetais configuram os principais agentes na organização e dinâmica dos solos. Entre as espécies de minhocas existem as “incorporadoras de matéria orgânica” (um exemplo é a *Pheretima havaiana*) que ingerem 50% da matéria orgânica (serrapilheira) e 50% da matéria mineral e as minhocas “estruturadoras” (*Pontoscolex corethrurus* é um exemplo endógeno) que ao ingerirem 10% de matéria orgânica e 90% de matéria mineral de 50 cm a 1 m de profundidade dejetam solo mineralizado na superfície ⁴⁴. São nesses montículos das minhocas que muitas mudas florestais se desenvolvem, fenômeno também observado em cupinzeiros e formigueiros de saúvas (*Atta sp*) abandonados, estes animais que compõem a fauna dos solos contribuem com a formação e estruturação dos solos florestais e também amparam o crescimento de novas espécies vegetais (MIKLÓS, 2012).

As populações animais vêm adquirindo uma nova visibilidade em suas relações e interações comunitárias nos ambientes pelos quais transitam. Da miríade de estímulos a que estão expostos muitas espécies tendem a selecionar da memória os eventos mais relevantes para interagir no interior das florestas (ADES, 1986, 1987).

Muitas espécies animais possuem estratégias de comunicação que mantêm os grupos no habitat florestal. Insetos possuem estratégias de comunicação e orientação variadas, as abelhas, por exemplo, “dançam” para informar a distância e a direção de fontes de alimentos.

Na avifauna a vocalização, a interação social e a memorização são observadas em papagaios, maritacas e araras possibilitando distinguir os indivíduos por sons específicos, podendo encontrá-los no meio de infinidades de parentes ou em qualquer ponto do dossel florestal. O mesmo se atribui aos muriquis, símios cujo habitat é a Mata Atlântica que se comunicam emitindo sons específicos atribuídos à identificação de cada indivíduo do bando. Os sons são apreendidos pelos filhotes e tornam-se estratégicos na socialização e sobrevivência dos indivíduos na floresta (ADES, 1986, 1987; PALERMO NETO; ALVES, 2010).

Em florestas tropicais, a fauna está presente e atuante em grande parte das estratégias reprodutivas das plantas (JORDANO et al. 2000). De insetos polinizadores (abelhas, vespas, mariposas, besouros, borboletas) a aves e mamíferos dispersores de sementes (jacus, jacutingas, tucanos, araçaris, araras, morcegos, antas, micos, tatus, caxinguelês, guaxinins, gambás, tamanduás, pacas, cotias, capivaras), a interação de formas de vida animal com

⁴⁴ Segundo Miklós (2012), “Ao construir suas moradias, cupins e formigas transportam solo de baixo para cima, formando montículos de terra na superfície. Com as chuvas as estruturas biológicas abandonadas são desmanteladas e a terra é nivelada com a superfície topográfica; trata-se de um processo de inversão vertical do solo” (p. 200).

espécies vegetais se deu num processo de longuíssima duração tão antigo quanto à idade geológica das mais antigas formações vegetais.

Na Mata Atlântica, as antas (*Tapirus terrestris*), descendentes da mega-fauna primitiva, abrem caminhos e picadas pelas matas muito semelhantes às trilhas de seres humanos, além de serem um dos mais eficientes dispersores de sementes, assim como a cotia e outros mamíferos frugívoros terrestres (TÓFOLI, 2006).

A interação envolvendo também animais dispersores secundários é chave na garantia da germinação de novas plantas. Pesquisadores verificaram, por exemplo, que formigas (*Atta sp*) removem o arilo que envolve a semente de camboatá (*Cupania vernalis*, da família *Sapindaceae*), após elas serem dispersas por aves. O aspecto relevante é que “Sementes limpas raramente são predadas ou sofrem o ataque de fungos e testes em laboratório mostram que germinam mais facilmente. Em áreas de floresta, as sementes de camboatá caídas no chão são limpas pelas formigas” (JORDANO et al. 2000, p. 11).

Este fenômeno se verifica em todo mundo, pois muitas espécies vegetais produzem frutos e sementes adaptados ao consumo e dispersão por animais. A dispersão de sementes pode ser considerada como um fenômeno percussor da migração de espécies vegetais para diferentes espaços e ambientes naturais, quando frutos e sementes – uma vez disseminados pelo vento, água ou ação de animais – germinam, crescem se desenvolvem e se estabelecem em novos espaços, permitindo a movimentação e o intercâmbio de material genético dentro e fora das populações continentais (MANTOVANI et al. 2003).

Durante o Pleistoceno (Quaternário), porém, as estratégias de interação e manutenção das populações vegetais e animais tiveram que se transformar drasticamente quando as fases glaciais coíbiavam a expansão das populações de seres vivos, submergindo os continentes do hemisfério norte em baixíssimas temperaturas enquanto que nas áreas tropicais se expandiam o domínio de secas severas (HAFFER, 1992; HAFFER; PRANCE, 2002).

Configurou-se um paleoambiente oposto em que as áreas mais úmidas foram desaparecendo de áreas de maior altitude ou que se tornavam mais secas. Segundo Ab'Saber (1977) entre os 18 e 12 mil anos AP nos espaços onde hoje se situa a América do sul uma ampla mudança vegetacional ocorreu com o predomínio de plantas resistentes a aridificação (xerófitas) devido às secas severas que minguaram as áreas florestadas para pouquíssimos refúgios onde se mantinham microclimas amenos, como por exemplo, as vegetações que se mantinham no curso de rios e as que se mantinham em “reservas” de umidade devido a morfologia das paisagens como, por exemplo, nas serras litorâneas e nos planaltos interiores.

Durante as longas secas se reduzia, ou se “recolhia”, de maneira gradativa as vegetações da América do Sul (HAFFER, 1992; HAFFER; PRANCE, 2002).

Nos milênios posteriores com o transcorrer do Holoceno em condições paleoambientais menos severas os seres vivos podiam migrar para novas ocupações quando estas condições indicavam oferta de alimentos. Enquanto as condições de umidade retornavam mobilizavam-se ciclos de expansão da floresta tropical. Segundo Haffer (1992, 2002) estas perturbações climáticas corroboravam em ciclos de média, longa e longuíssima escala de tempo, numa pujante especiação de formas de vida a partir destes refúgios paleoclimáticos de vegetação florestal e vida animal.

Dentro de um processo geológico gradual as condições climáticas de umidade só foram se estabilizando entre os últimos 5000 e 4000 anos AP quando a Mata Atlântica foi adquirindo a fisionomia que conhecemos hoje (SHELL-YBERT et al. 2009; KNEIP, 2009). *Um período em que as florestas e outros domínios naturais da América do Sul já eram habitados e transitados por populações humanas há milênios.* Populações que desde o pleistoceno habitavam e transitavam nas áreas de refúgio florestal presentes nos longos períodos de seca no sul do continente.

As populações humanas estavam em interação com a flora e a fauna dos mais diversos domínios naturais da América do Sul desde pelo menos a transição entre a última glaciação pleistocênica que proporcionava a expansão e predomínio de um paleoclima mais seco e no retorno progressivo da umidade nos milênios posteriores.

No meio científico, novas abordagens acerca destas populações se desenharam com a influência de perspectivas teórico-metodológicas que buscavam outras possibilidades de se lidar com realidades complexas como as dos sambaquis costeiros e fluviais. Sob uma perspectiva multidisciplinar a influencia da ecologia histórica contribuiu no desenvolvimento de pesquisas promovendo o intercâmbio entre a arqueologia, geologia, bioantropologia, etnografia, entre outras áreas, sobre as diversas populações que habitaram a Mata Atlântica por milênios (NEVES; OKUMURA, 2005; WESOLOWSKI et al. 2007; DE BLASIS et al. 2007; SCHELL-YBERT et al. 2009).

Estas pesquisas têm permitido uma abordagem inovadora da prístina relação entre as populações humanas e as populações vegetais e animais criando condições de se inferir as consequências destas interações com o paleoambiente nestes sítios (KNEIP, 2009; SCHELL-YBERT et al. 2009), assim como faces da interação ser-humano-natureza na produção de alimentos e artefatos integrados a uma concepção simbólica de mundo muito diversa da que

concebemos no presente (TENÓRIO, 1991, 2003, 2004; DE BLASIS et al. 2007; SCHELL-YBERT et al. 2009).

As dimensões socioculturais anteriores à conquista colonial, e de períodos muito recuados no tempo, passam a ser compreendidos não como sistemas fechados e isolados, mas em graus variados, como sistemas abertos de interação social e cultural suscetíveis a profundas mudanças de curta e longa duração. Somando-se a isso as origens dos sítios pré-históricos presentes no interior e costa brasileira passaram a ser abordadas como múltiplas e em grupos culturais diversos (TENÓRIO, 2003, 2004; FIGUTTI, 2004; GUIMARÃES, 2007).

Referente às populações pleistocênicas que estiveram no continente americano, o antropólogo-físico, biólogo e arqueólogo Walter Neves (2005) propõe como modelo de ocupação das áreas centrais do continente sul-americano a ocorrência sucessiva de migrações de populações vindas do interior, de origem africanóide, talvez vindos da Oceania. As ossadas de indivíduos com traços africanóide foram encontradas no Brasil primeiramente em Minas Gerais (sítio Lagoa Santa) datado em 14 mil anos AP (NOELLI, 1999-2000) e no Vale do Ribeira (sítio Capelinha, Cajati – São Paulo) de 10 mil anos AP (FIGUTTI, 2004), são uns dos mais antigos vestígios de ossadas humanas no continente sul americano.

Estes antigos povos, mencionados na literatura como “caçadores-coletores”, moradores do planalto e de origem diversa aos habitantes da costa (de traços mongóis), foram identificados pela arqueologia brasileira como tradição Umbu com vestígios no Uruguai, no sul do Brasil e no Vale do Ribeira, sul de São Paulo (NOELLI, 1999-2000; FIGUTTI, 2004; DE BLASIS et al. 2007).

Os sítios com datações de aproximadamente 10 mil anos AP no Vale do Ribeira (há 100 km do mar, no município de Cajati – SP) recuaram no tempo a presença da tradição Umbu na região, assim como o provável início da adaptação ao ambiente marinho e o contato com grupos já acostumados a esse ambiente (FIGUTTI, 2004; DE BLASIS et al. 2007). Assentamentos destas populações encontrados no sul do Brasil indicam que estes povos não eram somente coletores, mas estavam associados aos sistemas de assentamento horticultores que foram nomeados de tradição Humaitá (DIAS ⁴⁵, 2003 apud GUIMARÃES, 2007).

Estas populações teriam descido das regiões planálticas em direção ao litoral sul-sudeste em busca de recursos ou através de intercâmbios. Os grupos relacionados a esta tradição

⁴⁵ DIAS, A. **Sistema de assentamento e estilo tecnológico:** uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto Vale Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia) – MAE, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

necessitavam de uma grande mobilidade e dispunham de um amplo território. “Essa alta mobilidade dos grupos possibilitaria a manutenção de vínculos sociais e fluxos de informações em nível regional” (GUIMARÃES, 2007, p. 71).

Em sítios mais recentes da tradição Umbu entre 2000 anos AP a 1000 anos AP estudados no sul se verificou também a proximidade com assentamentos da tradição Taquara, ancestrais do povo Kaingang (família Jê), o que poderia configurar relações de intercâmbio, parentesco e partilha de recursos (NOELLI, 1999-2000).

Segundo as indicações paleoclimáticas, as populações pleistocênicas que desciam do planalto e de regiões centrais do continente sul-americano também estavam em busca de regiões mais úmidas do continente com uma maior oferta de recursos alimentares em períodos de secas mais severas que marcaram muitos processos nos espaços interioranos do continente na transição para o Holoceno (HAFFER, 1992). O retorno paulatino da umidade nos milênios posteriores possibilitou um *optimum* climático por volta de uns 5000 anos AP influenciando diretamente o desenvolvimento e expansão das matas tropicais com as características atuais nos últimos 4000 anos AP. *Justamente neste período em que as florestas se ampliavam houve um adensamento populacional segundo o que indicam os sítios de sambaquis fluviais como os do Vale do Ribeira e os litorâneos, mais abundantes a partir deste período* (TENÓRIO, 2003, 2004; DE BLASIS et al. 2007; KNEIP, 2009; SCHEEL-YBERT et al. 2003).

As populações interioranas e costeiras desenvolveram uma intensa comunicação intercultural nos gradientes da floresta atlântica. As populações sambaquis deram continuidade por gerações sucessivas a padrões culturais de assentamento nos mosaicos vegetacionais da costa atlântica sul-americana, mas, ao mesmo tempo, interagindo e assimilando influências de diversos povos transeuntes e moradores das serras atlânticas e planaltos interioranos (NOELLI, 1999-2000; GUIMARÃES, 2007).

No Alto Ribeira (Serra do Paranapiacaba), em Miracatu, nas margens do rio Juquiá encontra-se um sambaqui fluvial, o sítio do Moraes, com datações superiores a 6 mil anos AP (NEVES; OKUMURA, 2005; FILIPPINI; EGGERS, 2005-2006; GUIMARÃES, 2007; TEIXEIRA et al. 2012). Segundo os pesquisadores das ossadas e dos componentes culturais, estas populações possuem parentesco biológico e cultural tanto nas populações de traços mongóis que habitavam a baixada Santista e em algumas áreas litorâneas da região sul, mas também entre os 36 indivíduos exumados dos sítios encontraram-se características africanóides semelhantes às encontradas no sítio de Cajati, indicando miscigenação (NEVES; OKUMURA, 2005; FILIPPINI; EGGERS, 2005-2006). Estes indivíduos provavelmente acessavam o Alto Ribeira pelo sul (litoral) através do percurso do rio Ribeira de Iguape

(TENÓRIO, 2003). Indicações semelhantes foram atribuídas ao sítio Cachoeira do França I, localizado no município de Juitiba no ano de 2011 durante prospecção arqueológica realizada no local para a construção de um empreendimento público-privado de grande envergadura, apesar dos artefatos líticos que foram encontrados neste local serem semelhantes ao do sítio do Moraes em Miracatu, não foram ainda devidamente estudados e datados (ZANETTINI, 2011).

Hoje são conhecidos no Vale do Ribeira vinte e nove sambaquis fluviais indicando caminhos de passagem destas populações, ligando o planalto e o litoral através de relevos amenizados que facilitavam as migrações e os intercâmbios de populações humanas no interior das florestas atlânticas por milênios (DE BLASIS, 1988; TENÓRIO, 2003; FIGUTTI, 2004).

Estes caminhos continuaram a ser utilizados por populações de etnias diversas até a consumação da conquista europeia, que anexou os *peabiru* ameríndios nas rotas das bandeiras e na civilização e padronização do espaço até o período pós-colonial (NOELLI, 1999-2000; PETRONE, 1995; PREZIA, 2010). As populações que vieram utilizando estas rotas e caminhos no Vale do Ribeira por longuíssimos períodos geracionais viviam entre a floresta e o mar. A longa duração destas ocupações deixaram marcas na paisagem por milênios ⁴⁶ demonstrando uma forte ligação mantida geracionalmente com os espaços ligando-os aos seus ancestrais (TENÓRIO, 2003; DE BLASIS et al. 2007).

[...] as evidências disponíveis apontam, claramente, para um cenário onde ocorrem essencialmente atividades rituais relacionadas ao culto aos mortos, aos ancestrais. [...] pode-se dizer que os sambaquis preservam a memória dos ancestrais. [...] estes sítios sagrados, reiteradamente sacramentados através de cerimônias funerárias fortemente ritualizadas, constituem referências de profundo significado simbólico para seus construtores, significado este que não apenas dimensiona esferas de influência social e territorial como, por seu caráter longo, perpetua uma visão de mundo própria da cultura sambaquieira (DE BLASIS et al. 2007, p. 49)

Os sítios das tradições mais antigas do planalto, dos sambaquis fluviais das serras e dos sambaquis da costa possuíam modos de ocupação e de interação circular em que o epicentro das relações humanas era sempre uma lagoa ou corpo d'água significativo e abundante (TENÓRIO, 2003, 2004; DE BLASIS et al. 2007; GUIMARÃES, 2007).

⁴⁶ As populações sambaquieiras ocuparam os mosaicos florestais da Mata Atlântica aproximadamente entre 7000 AP a 1000 AP, um período de seis milênios.

A forma circular dos sítios litorâneos e fluviais do Vale do Ribeira indicam cosmologias rituais que não dependiam de estruturas ou hierarquias socioeconômicas (DE BLASIS et al. 2007), semelhantes aos padrões sociais que encontramos em sociedades indígenas do presente como as que foram descritas por Pierre Clastres (2012) entre as décadas de 1960 e início da década 1970.

Estas paisagens ritualizadas conferem ordem e sentido ao mundo natural – as vegetações, a fauna e os corpos d’água – na forma de uma ligação intensa, atávica com um determinado espaço. São construções humanas que preservam a memória dos ancestrais conectados ao mundo natural e sobrenatural (TENÓRIO, 2003, 2004; DE BLASIS et al. 2007), indicam que ali estão camadas da memória social em interação com outros seres vivos (a flora e a fauna local) orientados por uma visão cosmológica macro-regional (SCHEEL-YBERT et al. 2003; WESOŁOWSKI et al. 2007).

Esta nova geração de pesquisas multidisciplinares endossa a complexidade da interação destas populações com as vegetações que compõe a Mata Atlântica, enquanto vem se pondo em questão concepções equivocadas no meio científico sobre o potencial alimentar das matas de restinga e florestas tropicais devido a modelos europeus que destoavam essencialmente da realidade vivida pelos povos nativos e da riqueza alimentar presente na vegetação local (KNEIP, 2009; SCHEEL-YBERT et al. 2009).

A construção de modelos explicativos a cerca das populações nativas com base em relatos de cronistas e outros documentos históricos de origem colonial, muitas vezes endossam discursos carregados de estereótipos sobre a flora, a fauna, as condições ambientais das terras conquistadas e as populações que ali habitavam ou habitam. Do mesmo modo, se verificou que os modelos arqueológicos europeus de oposição agricultores-sedentários e coletores-nômades se mostraram insuficientes por não darem conta de explicar as diversas formas de manejo agrícola em consonância as migrações destes povos pelos diferentes domínios naturais do continente.

A concepção dos “modelos” advém de uma visão eurocêntrica (e homogênea) de padrões para a agricultura, para o desenvolvimento de técnicas e utensílios em geral e para a interpretação de migrações e deslocamentos de populações humanas (HECKENBERGER, 1998). Estudos desenvolvidos em muitos sítios arqueológicos pelo Brasil sugerem que muitas culturas categorizadas de caçadoras-coletoras desenvolveram o cultivo e o manejo de diversas espécies vegetais séculos antes de conhecerem ou desenvolverem técnicas de cerâmica contradizendo associações óbvias entre agricultura e produção de cultura material (NOELLI, 1999-2000; SCHEEL-YBERT et al. 2003; GUIMARÃES, 2007).

As motivações ao fabrico de peças e ao cultivo de espécies vegetais, entretanto, não foram as mesmas. Os artigos cerâmicos devem sua provável origem às manifestações artística, mística e religiosa - como no caso dos sambaquis utilizados para sepultamentos – ou vingaram como instrumentos eficientes no cozimento de alimentos e reservatórios de água domiciliar. Já a Agricultura articulou-se pelo alargamento das possibilidades exploratórias por recursos alimentares. [...] Provavelmente, sua origem está na manipulação de espécies selvagens próxima às habitações, que acabou por conduzir à formação de pequenas jardineiras acidentais através do brotamento espontâneo de grãos e sementes (FELTRAN-BARBIERI, 2010, p. 331).

Os sambaquis se desenvolviam em meio à vegetação de restinga na proximidade dos mangues e das florestas costeiras, fluviais e serranas (DE BLASIS, 1988; TENÓRIO, 2003). Os ambientes da restinga e das florestas tropicais, ao contrário de serem pobres em recursos alimentares vegetais possuem uma intensa diversidade.

A restinga é um ecossistema característico da cobertura arenosa costeira formada no Quaternário compondo um mosaico de habitats desde as praias até o interior (DE BLASIS et al. 2007). O ambiente de restinga é extremamente rico de recursos alimentares, as análises arqueobotânicas do sudeste brasileiro apontam para uma ampla utilização de vegetais na alimentação com uma grande diversidade de frutos e sementes, disponíveis ao longo do ano todo (KNEIP, 2009; SCHEEL-YBERT et al. 2009). “A faixa litorânea apresenta-se como um espaço atraente para o assentamento de populações humanas devido a abundância e previsibilidade de recursos” (GUIMARÃES, 2007, p. 52). Também se consumiam muitos alimentos das matas de encosta, matas fluviais e do interior.

A dieta era ampla, incorporava uma grande variedade de plantas selvagens e variedades cultivadas. Os estudos antracológicos ⁴⁷ encontraram em todas as camadas estratigráficas em sítios do litoral sul do Brasil vestígios carbonizados de alimentos como tubérculos de monocotiledôneas ⁴⁸, presentes na vegetação da restinga. É comum nestas vegetações a ocorrência de muitas plantas tuberosas, fonte de amido como carás e inhames (*Dioscorea sp*), batata-doce (*Ipomoea batatas*), taboa (*Typa domingensis*), entre outras variedades não identificadas (KNEIP, 2009; SCHEEL-YBERT et al. 2009).

⁴⁷Antracologia é “o estudo dos fragmentos de carvão presentes nos sedimentos permite reconstituições paleoambientais e paleoclimáticas, além de fornecer inúmeras informações paleoetnológicas relacionadas à utilização da madeira e a alimentação de populações passadas [...] pode evidenciar diversos aspectos das relações entre o homem e o meio ambiente e do impacto antrópico exercido” (SCHEEL-YBERT, IX CONGRESSO QUATERNÁRIO, ca. 2002, p. 1).

⁴⁸As angiospermas foram subdivididas em duas classes: as monocotiledôneas e as dicotiledôneas. Planta cujo embrião tem, tipicamente, uma só raiz fasciculada (raízes ramificadas). Também chamadas raízes em cabeleira, elas formam numa planta um conjunto de raízes finas que têm origem num único ponto. Não se percebe nesse conjunto de raízes uma raiz nitidamente mais desenvolvida que as demais, todas elas têm mais ou menos o mesmo grau de desenvolvimento.

Os estudos de grânulos e fitólitos de amido em cálculos, confirmaram a presença dos vestígios do consumo de plantas amiláceas (alimentos ricos em amido) em esqueletos exumados de sambaquis litorâneos no litoral de Santa Catarina, onde existe um grande número de sítios destas populações (WESOLOWSKI et al. 2007). Sendo também encontrados grânulos sugestivos do milho (*Zea mays*), espécie dependente do cultivo humano para se reproduzir (CARVALHO, 2003).

Conforme indicam os vestígios nestes cálculos havia um uso amplo de tubérculos e alimentos ricos em carboidratos. Estudos dos cálculos dentários também “identificaram possíveis cristais de cálcio e estruturas sugestivas de epiderme vegetal, além de fibras de vários tipos” (WESOLOWSKI et al. 2007, p. 200). A conservação de fragmentos de tubérculos nos sítios, levando em consideração as difíceis condições de preservação destes resíduos em florestas tropicais extremamente úmidas é um dos indicativos de que eles tenham sido largamente utilizados (WESOLOWSKI et al. 2007; KNEIP, 2009; SCHEEL-YBERT et al. 2009). Wesolowski et al. (2007) também evidenciam a frequência no uso destes alimentos.

A presença de grânulos de amido e suas concentrações médias semelhantes em todas as séries esqueléticas, independentemente da presença de cerâmica nos sítios, indica que vegetais ricos em carboidratos faziam parte da dieta dos grupos de construtores dos sambaquis estudados [Importante verificar que] o consumo desse tipo de alimento não se relacionava com a disponibilidade de artefatos cerâmicos, sendo regular nestes grupos considerados pescadores-coletores (p. 203).

O mesmo se verifica para a presença do pinhão, semente de *Auracaria angustifolia* e a presença de palmeiras (*Arecedaceae/Palmaceae*) e os vestígios de sementes queimadas de butiás (*Butia sp*), jerivás (*Syagrus romanzoffiana*) são abundantes nos sítios de muitas tradições indicando o amplo consumo destas espécies (WESOLOWSKI et al. 2007; SCHEEL-YBERT et al. 2009). Com base em informações etnográficas e etnobotânicas as espécies de palmeiras são utilizadas desde os frutos e sementes, como também em gomas para fazer pão (amido extraído do tronco), seiva para fazer vinho, matéria-prima para moradias e abrigos entre outros artefatos (NOELLI, 1999-2000). Havia também as espécies de famílias produtoras de frutas *Myrtaceae*, araçás, pitangas, gabiobas, cambucis, cambucás, entre outras, além de *Annonaceae*, araticuns, e espécies produtoras de tipos variados de madeira e herbáceas medicinais reforçando o uso de vegetais e as indicações de manejo e horticultura nestes sítios (WESOLOWSKI et al. 2007; KNEIP, 2009; SCHEEL-YBERT et al. 2009).

No caso das plantas produtoras de tubérculos – presentes nas restingas e nos estratos herbáceos em áreas florestais – suas mudas podem ser sistematicamente replantadas após a colheita do mesmo modo que queimadas controladas podem ser utilizadas para favorecer o crescimento de certas espécies alimentares. Como observam muitos pesquisadores, é possível que estas populações cultivassem estas espécies em hortas próximas a seu local de moradia (KNEIP, 2009; SCHELL-YBERT et al. 2009), condições e situações culturais semelhantes às práticas de cultivo de muitas culturas indígenas do presente nomeadas por pesquisadores de “quintais agroflorestais” (GAVAZZI, 2012).

Investigações antropológicas recentes têm mostrado o quanto é considerável o conhecimento de plantas pelos povos nomeados de pré-agrícolas e como é gradual sua passagem da coleta de produtos vegetais para o seu plantio e cultivo. Possuíam diversos usos para plantas além do alimentício – estimulantes, alucinógenos, afrodisíacos, tinturas da pele, contraceptivos [...]. Pode ter havido na região, portanto, algum período mais ou menos longo durante o qual plantas de ocorrência natural fossem protegidas ou disseminadas por iniciativa humana. [...] A prática agrícola pode ter resgatado populações de plantas silvestres que as recuperavam ao serem transferidas, como sementes ou mudas, fora dos seus domínios habituais. Os seres humanos se tornaram o principal agente da dispersão de tais plantas manejadas, inteiramente dependentes do cultivo para se propagarem. As florestas ofereciam benefícios para a propagação de espécies variadas (DEAN, 2004, p. 43).

Na dinâmica das florestas tropicais, as clareiras naturais são controladoras dos ciclos de renovação dos estratos florestais e os seus tamanhos são muito importantes no processo de restabelecimento das florestas. A queda de árvores velhas ou mineralizadas e infestadas por cupins abre amplos espaços nas florestas dos quais emergem tipos variados de vegetação (de herbáceas a arbóreas). As populações humanas, por várias gerações manejavam muitas espécies que eram oriundas de clareiras naturais e incrementavam estes ambientes com novas espécies trazidas de distâncias variadas.

A origem e a adição dos diferentes tamanhos de clareiras estão entre os responsáveis pelo surgimento da organização da comunidade florestal e das muitas diferenças na coexistência de plantas. As clareiras oriundas das coivaras, práticas humanas de uso controlado do fogo no interior de florestas, possibilitavam o cultivo de plantas manejadas de outros espaços e que passavam a interagir no processo de sucessão vegetacional com as florestas maduras. A utilização controlada do fogo com fins de disseminar policultivos é também, em escalas geracionais de cultivo, responsável por incrementar a interação e diversificação de espécies e variedades vegetais nos processos de sucessão vegetacional e

renovação das variedades genéticas das florestas (MARTINS, 2005), além das cinzas transmitirem ao solo fósforo, potássio e outros nutrientes facilitando a sua absorção (NOELLI, 1999-2000; TENÓRIO, 2003; DEAN, 2004).

[...] o uso da técnica de propagação do fogo utilizada pelos povos indígenas conduziu a um incremento na abundância de animais de caça por contribuir para o crescimento de novas gramíneas e leguminosas [...] Esses incêndios pode ter inclusive diminuído o risco de grandes incêndios florestais espontâneos, os quais tendem a ser mais destrutivos que construtivos com respeito aos novos habitats (BALÉE, 1998, p. 19, tradução nossa).

A interação dos cultivos com os ciclos naturais das florestas se manifesta de muitos modos. Se, por um lado, o processo de sucessão vegetacional e os ciclos reprodutivos de dispersão de sementes vão acrescentando novas variedades ao banco de sementes dos solos, enquanto a vegetação florestal se refaz dando origem a florestas secundárias, por outro lado, o aumento da luz e da temperatura com a abertura de roças em áreas de antigos cultivos contribui para a quebra da dormência de sementes armazenadas nos solos, possibilitando a germinação de novas plântulas variadas de herbáceas, arbustivas e arbóreas (NOELLI, 1999-2000; MARTINS, 2005; VICENTE, 2014).

Os efeitos da coivara na fisionomia e morfologia da vegetação nos processos sucessionais seguem o curso de regeneração das clareiras naturais e contribuíam para a incorporação de novas espécies e variedades nas florestas secundárias (BALÉE, 1998, 2000; MARTINS, 2005; PARDINI, 2012). Outro fator importante é que as espécies animais das florestas que circundam as áreas utilizadas para cultivos de subsistência, são comunidades de seres vivos que também interagem com as ações humanas que induzem o funcionamento sistêmico da Mata Atlântica às suas necessidades de utilização (NOELLI, 1999-2000; TENÓRIO, 2003, 2004; DE BLASIS et al. 2007; KNEIP, 2009; SCHEEL-YBERT et al. 2009).

Esses sistemas de cultivo e manejo possuem efeito ecológico sofisticado de médio, longo e longuíssimo prazo, produzindo adaptações e estratégias de conservação de recursos vegetais transmitidos de geração a geração por milênios. Conforme indicam os estudos de pedologia e de análises estratigráficas de “terras pretas indígenas”, a atividade de manejo realizada pelas populações da floresta produz solos nutritivos que formam “camadas” de atividades antropogênicas que remetem a práticas de longuíssima duração (NEVES, 1999-2000; DE BLASIS et al. 2007) em florestas também consideradas fruto de manejos culturais humanos. Em estudos de etnobotânica de roças tradicionais se encontram resultados de

cultivo e manejo semelhantes (POSEY, 1999; DESCOLA, 2000; BALÉE, 2000; PARDINI, 2012).

Nas análises antracológicas de resíduos carbonizados nos sambaquis costeiros se identificou plantas que eram usadas no passado e que se mantêm nas vegetações do presente. É o caso de uma espécie vegetal identificada em sambaquis do sul, observada em abundância nas imediações dos sítios estudados, citada pelas pesquisadoras Lina Kneip (2009) e Rita Scheel-Ybert (2003, 2009). Trata-se de uma planta arbustiva frutífera de restinga (*Sapotaceae Sideroxylon obtusifolium*) que possui também uso medicinal, e sua madeira utilizável para a confecção de canoas, entre outros artefatos. Sua presença abundante nas proximidades dos sítios indica que ocorreu manejo pelas populações antigas e essa espécie continua a ser utilizada no presente para o reparo de barcos por pescadores da região.

A intervenção humana teve consequências significativas na estruturação da vegetação atual, e estudos etnobotânicos mostraram que ainda existem, nas proximidades dos sítios arqueológicos, espécies vegetais cuja presença está ligada às atividades passadas dos habitantes destes sítios (SCHEEL-YBERT et al., 2003, p. 125).

A indicação de manejo e seleção de espécies alimentares, rituais e medicinais implica no conhecimento aprofundado dos ciclos de plantas e da estrutura vegetacional (SCHEEL-YBERT et al. 2003; KNEIP, 2009). Estes “saberes” são, inclusive, fundamentais para o uso de espécies que exigem conhecimento sutil no uso alimentar, como é o caso de plantas herbáceas e arbustivas como a taioba (*Xanthosoma sp*) e a mandioca brava (*Manihot sculenta*) que necessitam de beneficiamento adequado para eliminar substâncias venenosas antes de serem consumidas.

As populações dos mosaicos vegetacionais da Mata Atlântica (restingas, mangues, florestas fluviais e serranas) possuíam conhecimentos apurados sobre a potencialidade de plantas silvestres: manejo, trato, coleta e beneficiamento para produzir alimentos e também elementos para a cultura material e imaterial. Nos registros líticos dos sambaquis se encontram artefatos utilizados no processamento de alimentos de origem vegetal como moedores-trituradores, quebra-coquinhos, lâminas de machados, almofarizes e mãos de mó que indicam a importância da vegetação local na vida e na alimentação dos sambaquieiros (TENÓRIO, 2003, 2004; SCHEEL-YBERT et al., 2003; DE BLASIS et al. 2007). Nos sítios de conchas estudados na costa do Panamá, almofarizes com morfologia e padrões de uso

muito similares foram relacionados ao processamento de plantas ricas em amido, incluindo o milho, a partir de ± 7000 anos AP ⁴⁹ (TENÓRIO, 2003).

Os intercâmbios culturais contribuíram para desenvolvimentos e aperfeiçoamentos das práticas de cultivo e cuidados com espécies vegetais (SCHEEL-YBERT et al., 2009; KNEIP, 2009; GUIMARÃES, 2007). As práticas milenares de manejo agroflorestal identificados nestas populações que ocuparam as vegetações atlânticas não equivalem ao conceito ocidental e moderno de agricultura, mas a outra concepção agrícola ou de cultivo em que está implícita a interação com os domínios naturais, respeito a seus ciclos e ritmos, fruto de percepções geracionais sutis do comportamento de animais e da ocorrência e diferenciação dos vegetais.

A agricultura entre as culturas humanas da floresta acompanhava a escala natural de perturbação por explorar a área de forma temporária possibilitando que a floresta voltasse a crescer mantendo sua estrutura (SCHEEL-YBERT et al. 2003; PARDINI, 2012). Em termos práticos, o intervalo, entre trinta ou quarenta anos após a desocupação da área contribuía para isolar completamente o crescimento das ervas e restabelecer o equilíbrio entre pragas e seus predadores locais (DEAN, 2004). A capoeira que crescia após o fim do cultivo abrigava espécies úteis a humanos e não-humanos comuns à floresta secundária. Segundo o antropólogo Philippe Descola (2000), as consequências da antropização são significativas nas florestas “sobretudo no que diz respeito à taxa de biodiversidade, mais elevada nas porções de florestas antropogênicas do que nas porções de florestas não modificadas pelo homem” (DESCOLA, 2000, p. 150). A adaptabilidade das plantas aos ambientes no qual são inseridas, pode estar relacionada ao hábito de privilegiar espécies principalmente aquelas que alimentam a fauna silvestre, uma ampla distribuição de espécies animais “companheiras” de plantas e de populações humanas que também sobrevivem da caça (BALÉE, 2008; OLIVEIRA, 2010; PARDINI, 2012).

As florestas secundárias originárias de antigas roças transformadas em pomares pelo manejo agroflorestal humano são os habitats preferenciais de muitas aves e mamíferos que se alimentam dos frutos e disseminam as sementes.

Inúmeras árvores ‘selvagens’ eram transplantadas durante a fase de cultivo à medida que a floresta se recuperava. Havia as frutíferas, que davam goiaba, mamão, caju, araticum, jabuticaba, grumixama, araçá, cambuci, cambucá, sapucaia e pacova; palmeiras e coqueiros; árvores de madeira de canoa; e os apreciados jenipapo e urucum para tinturas (DEAN, 2004, p. 44).

⁴⁹ Origem do milho na península de Yucatán e do processo de diversificação de aproximadamente 11 mil variedades na América central e América do sul.

Estas tradições horticultoras estudadas pelas equipes de pesquisadores mencionados revelam que, ao contrário de sociedades estáticas e fechadas, as populações que ocupavam e transitavam por diversos domínios naturais sul-americanos promoviam o que a arqueóloga Marcia Guimarães (2007) chamou de “relação intersocietal” que de forma significativa desenvolve mudanças sociais e culturais. Estes intercâmbios culturais, por exemplo, criaram possivelmente condições para a adoção da cerâmica por populações sambaquis após contatos com povos ceramistas de outras regiões. Neste contato, “enquanto adotavam ou inventavam novas tecnologias como a cerâmica, em torno dos 2000 anos AP, se processavam profundos processos de transformação e mudança social e cultural” (GUIMARÃES, 2007, p. 86). Guimarães (2007) analisou as relações intersociais entre populações sambaquis e outros povos que migravam para a costa sudeste nos últimos três milênios em sítios lagunares e a absorção de técnicas e práticas advindas de outras culturas que migravam para o ambiente litorâneo.

[...] embora apresente características diferenciadas ao longo do espaço e do tempo, essas “relações motivaram profundos processos locais de mudança cultural, fusões intergrupais, emergência de novas unidades culturais ou, até mesmo, a manutenção de determinados núcleos originais” (ROBRAHN-GONZALEZ ⁵⁰, 1996, p. 205 apud GUIMARÃES, 2007, p. 87).

Há indícios do contato entre os povos sambaquis, populações horticultoras oriundas do cerrado identificada como tradição Una ⁵¹, que provavelmente haviam migrado através das serras, e também a presença dos povos Tupinambá, migrantes das planícies amazônicas desde pelo menos 2000 anos AP. Guimarães (2007) ao verificar a adoção de novos itens da cultura material de outros povos pelas populações sambaquis considera que,

[...] a cerâmica foi um elemento de contato, possivelmente de uma pequena rede de trocas, a julgar pela sua dispersão territorial, frequência e limite cronológico, as quais além do objeto, o sujeito teria uma participação ativa, principalmente considerando-se que *essas redes foram construídas a partir de alianças territoriais ao invés de conflitos* (GUIMARÃES, 2007, p. 21, grifo nosso).

⁵⁰ ROBRAHN-GONZALEZ, E. R. **A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil Central: origens e desenvolvimento.** 1996. Tese (Doutorado em Arqueologia) – MAE, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

⁵¹ A tradição Una é identificada nas populações horticultoras ceramistas do Cerrado desde ±3500 AP, cultivadoras do milho, mas segundo Feltran-Barbieri (2010) não cultivavam a mandioca, migravam também em direção ao litoral sudeste e estabeleceram assentamentos em ilhas entre as regiões de São Paulo e Rio de Janeiro (TENÓRIO, 2003; GUIMARÃES, 2007).

Nas cerâmicas encontradas estão presentes elementos das cerâmicas da tradição Una e também elementos das cerâmicas Tupinambá, mencionada pela arqueóloga Lina Kneip (2009) como tradição Tupi-Guarani. Segundo Prezia (2010) os Tupinambá encontraram no ambiente litorâneo condições para a manutenção da forte ligação que possuíam com as águas. Para as populações da família tupi-guarani, os grandes corpos d'água doce possuem função fundamental para a reprodução do modo de vida. Foi seguindo o curso de rios interioranos e costeiros que os povos de origem Tupi ⁵², os Tupinambá e os Guarani, se dispersaram rumo às florestas do sul-sudeste e litorâneas possibilitando o encontro com as populações sambaquis e com outras etnias e culturas habitantes da floresta e das vegetações atlânticas. Estas populações, muito antes da conquista europeia, ocupavam uma vasta região, sugerindo grandes deslocamentos populacionais, caracterizando migrações ao longo de um espaço de tempo considerável. As áreas tradicionais das populações ameríndias estão associadas ao tipo vegetacional de ocorrência de espécies tradicionais. Muitos dos indícios de antropogenia na composição florística da Mata Atlântica se devem às migrações de populações em diversos períodos de tempo (OLIVEIRA, 2010).

Os povos Tupinambá, como outros povos da família tupi-guarani, eram antigos praticantes da horticultura na Amazônia e, em se tratando dos Tupi originários (ou prototupi) suas praticas cultivadoras remontam à domesticação da mandioca brava (*Manihot sculenta*) há pelo menos 5 000 anos AP (LATHRAP, 1970) e à transmissão do cultivo do milho (*Zea mays*) na América do Sul, fruto dos intercâmbios com as populações mesoamericanas que também adquiriram das populações amazônicas o cultivo e beneficiamento da mandioca brava (TENÓRIO, 2003). Estas populações também cultivavam outras plantas tuberosas, grãos e amendoins fonte, além de dezenas de frutos da floresta coletados e manejados para a proximidade das moradias ou disseminados nas trilhas e caminhos mais próximos e em rotas interioranas em que se percorriam longas distâncias, conhecidos como rotas do *Peabiru* (NOELLI, 1999-2000; OLIVEIRA, 2010).

A pratica da horticultura de alimentos e ervas medicinais em canteiros próximos às moradias era atividade frequentemente realizada por mulheres, do mesmo modo que elas eram também responsáveis pela confecção de cerâmicas que abrigavam a farinha de peixe e mandioca tostados para que fossem conservados e estocados. A ligação feminina com o

⁵² O Tronco Tupi é formado por 12 famílias linguísticas das quais a família tupi-guarani é uma delas. Esta família é composta por 21 línguas entre elas o tupi antigo (língua falada até meados do século XVII pelos “tupi da costa”, os povos Tupinambá, Tamoios, Tupiniquins, Caetés entre outros), o nheengatu ou tupi “moderno” (ou ainda língua geral amazônica), o guarani (língua que no processo colonial com as influências do espanhol e do português surgiram variações regionais, respectivamente o guarani avañe’ẽ e o guarani mbyá, nas áreas tradicionais associadas às florestas e outras vegetações do sul e do litoral atlântico).

fornecimento de alimento para a comunidade está presente em muitas evidências dos ritos Tupinambá, como por exemplo, os domicílios centrados nas mulheres e também o costume de o caçador entregar a caça a sua mãe. Estes ritos podem ter sido transmitidos conforme as populações adotavam e incrementavam formas e técnicas de agricultura (DEAN, 2004; PEREIRA, 2009).

Os intercâmbios culturais também se tornaram uma tônica nos estudos realizados nos sambaquis fluviais do Vale do Ribeira. Paulo De Blasis (1988, 2007), pesquisador do MAE, com base em estudos estratigráficos em sítios no Alto e Médio Ribeira aponta a evidência de miscigenação étnica e uma grande variedade cultural dentro de um mesmo sítio, indicando interação e absorção de conhecimentos entre culturas diversas.

A presença de várias etnias pode ser explicada por uma ocupação formada por sucessivas levas populacionais vindas de diferentes pontos do planalto que também estão se misturando e sofrendo transformações durante o longo período de ocupação pré-ceramista no litoral, assim sendo é constante o fluxo de novas informações [...] Provavelmente existiam sítios à margem de lagunas cujos construtores estejam sendo confundidos com grupos que compartilhavam uma cultura marítima, onde há uma ênfase na identificação do indivíduo com o mar (DE BLASIS et al. 2007, p. 32).

Os caminhos percorridos por estas populações na floresta atlântica seriam os com o transito facilitado além de oferecerem alimentos silvestres já conhecidos e previstos pelos caminantes. Estes alimentos podiam ser originários da dispersão animal ou em muitos casos influenciados pelo manejo humano com o objetivo de ampliar a oferta de alimentos nos caminhos (NOELLI, 1999-2000). Há indícios tanto no litoral quanto nos sambaquis fluviais do Vale do Ribeira, de uma grande mobilidade e de uma extensa rede de contatos e da presença de diferentes culturas horticultoras (FIGUTTI, 2004; DE BLASIS et al. 2007).

A ocupação sambaquieira fluvial e outros assentamentos no Vale do Ribeira estaria relacionada ao deslocamento progressivo das populações litorâneas em direção ao planalto e vice-versa através deste “caminho” devido a “sua posição enquanto área de transição ecológica, o que se traduziria em uma ocupação humana com grande diversidade cultural, reconhecendo o vale como área de refúgio e/ou uma região periférica para ocupações que se desenvolvem em suas circunjacências” (GUIMARÃES, 2007, p. 61). Mesmo com uma estabilidade sociocultural, as mudanças entre as populações sambaquis ocorriam dentro do sistema, ocasionando processo de diferenciação interna. Esses mecanismos visam imprimir um ritmo tão lento às mudanças que, muitas vezes, dão a falsa ideia de imobilidade social.

Percepções semelhantes em torno de relações intersociais ou interculturais também são mencionadas pelo arqueólogo Francisco Noelli (1999-2000), com base em estudos estratigráficos faz referência as transformações indicadas na cultura material da tradição Umbu nos sítios mais recentes desta tradição entre 2500 anos AP a 1000 anos AP, somando-se a presença de aterros em áreas alagadiças conhecidas como *cerritos*. A indicação de atividades de manejo realizadas por estes povos sugere que talvez estes aterros poderiam atender a viabilidade de alguma prática de cultivo em áreas de ecossistemas úmidos. Neles também foram encontradas cerâmicas com formas simples indicando também contato e troca com populações ceramistas. A presença das tradições ceramistas Taquara e Itararé, respectivamente os povos Kaingang e Xokleng, da grande família Jê ⁵³ migrantes do planalto central e meridional desde pelo menos 3000 anos AP, e também das populações Guarani originárias das florestas tropicais amazônicas desde pelo menos 2000 anos AP indicam possíveis redes de troca e intercâmbio com as populações da tradição Umbu. Segundo Noelli (1999-2000) as características próprias da cerâmica Jê e Guarani foram encontradas em diversos *cerritos* da tradição Umbu na planície costeira atlântica.

[...] as vasilhas possuem algumas características próprias das cerâmicas feitas tanto pelos Jê do Sul quanto pelos Guarani, sugerindo indícios de trocas e contatos das populações da tradição Umbu com os povos que vieram de fora da Região Sul (NOELLI, 1999-2000, p. 236).

Nos sítios das tradições ceramistas Taquara e Itararé também são encontradas as sementes da araucária indicando seu uso nos períodos de migração sazonal para o planalto meridional durante o inverno. Wesolowski et al. (2007) verificaram nos três sítios sambaquis estudados em Santa Catarina que,

[...] a presença de cerâmica Itararé também aponta para contatos com o planalto. Ambas as séries, Itacoara e Enseada 1, apresentam datações sobrepostas ao momento de maior expansão da Mata de Pinhais, a qual se expandiu pela encosta da serra e pelas calhas dos rios ao redor de 1000 anos AP (Behling 1998, 2001) ⁵⁴. Analisando conjuntamente as coincidências de datações, a presença de grânulos de amido e fitólitos de pinhão exclusivamente nestas séries e os dados arqueológicos indicativos do contato

⁵³ São conhecidos historicamente como os povos Kaingang e Xokleng, da matriz cultural Macro-Jê, falantes de línguas distintas da família Jê e presentes nas grandes áreas de cerrado do Brasil. São povos distintos linguisticamente, biologicamente e culturalmente. Devido às migrações sazonais para o sul também ficaram conhecidos como os Jê do sul (NOELLI, 1999-2000, p. 240).

⁵⁴ BEHLING, H. Late quaternary vegetational and climatic changes in Brazil. **Reviews of Palaeobotany and Palinology**, 99, p. 143-156, 1998.

_____. Tropical rain Forest and climate dynamics of the Atlantic lowland southern Brazil, during the late quaternary. **Quaternary Research**, 56, p. 383-389, 2001.

com o planalto, é possível sugerir que ambos os grupos aproveitaram-se de um recurso dietético fortemente previsível (pois que sempre disponível no inverno) e abundante, que se tornara disponível naquele momento temporal (p. 205).

Alguns pesquisadores sugerem, com base em estudos antracológicos realizados nos sítios do sul e planalto meridional, que a expansão das florestas de pinhais presentes nestes ambientes também é resultado das práticas de manejo das populações originárias das famílias Jê há pelo menos 3000 AP (NOELLI, 1999-2000; WESOŁOWSKI et al. 2007; KNEIP, 2009; SCHEEL-YBERT et al. 2009). Oliveira (2010) citando Bittencourt e Krauspenhar (2006)⁵⁵ também observa a contribuição dos povos pertencentes às famílias Jê na expansão das florestas de araucária (*Araucaria angustifolia*).

Outra verificação importante que pode estar associada às populações Jê é a presença de evidências de plantio do milho (*Zea mays*) e da mandioca (*Manihot*) em Botucatu há ± 2900 AP (BEHLING; LICHTÉ; MIKLÓS, 1998). Estas informações, somadas aos resultados de outros trabalhos, trazem o indicativo de que essas espécies já eram largamente utilizadas nas vegetações do sul-sudeste pelas mais diferentes populações, talvez por influência de antigas redes de intercâmbio⁵⁶. As interações e trocas entre essas populações são práticas comuns que podem atravessar longas eras; um exemplo são os resquícios de um antigo intercâmbio de sementes entre os Kaingang (tradição Taquara, Tronco Macro-Jê) e os Guarani (Tronco Tupi) são verificados com a presença de uma variedade de milho kaingang cultivada até hoje entre os Guarani (MONTEIRO, 2001; PREZIA, 2010).

Não se descartando a presença e o significado do conflito entre as etnias e populações ameríndias, o relacionamento entre estes povos, entretanto, manifestam-se em dimensões muito mais complexas do que foi descrito por cronistas coloniais dentro de polarizações fixas, em que a visão europeia de mundo se tornou referência para classificar e determinar o comportamento e relacionamento entre os povos encontrados na América. Estes fundamentos

⁵⁵ BITENCOURT, A. L. V.; KRAUSPENHAR, P. M. Possible prehistoric anthropogenic effect on *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze expansion during the late Holocene. **Revista Brasileira de Paleontologia**, vol. 9, n. 1, p. 109-116, 2006.

⁵⁶ Neste período em que foram datados esses conjuntos polínicos de *Zea Mays* e *Manihot* encontrados em depósitos de cabeceiras ricos em matéria orgânica em Botucatu (± 2900 AP), Behling, Lichte e Miklós (1998) constataram o predomínio da vegetação de campos e cerrado. Tudo indica que nesse período também transitavam nestas regiões populações de origem Jê que possuíam uma forte ligação com o cerrado, entretanto, segundo Feltran-Barbieri (2010) povos identificados como tradição Una (origem Jê, datações desde ± 3500) realizavam o cultivo do milho (*Zea mays*), mas não conheciam o cultivo da mandioca (*Manihot*), esse tubérculo era cultivado entre as populações de origem Tupi da Amazônia; por outro lado, Guimarães (2007) menciona levantamento botânico e etnobotânico realizado na restinga do sudeste (RJ) em sítios sambaquis entre ± 4000 AP e ± 2000 AP e indica a presença de *Manihot*. Podemos observar a dificuldade perante a complexa rede de povos, etnias e culturas em se querer determinar que populações faziam o uso destas plantas nas vegetações do sul-sudeste brasileiro no período datado por Behling, Lichte e Miklós (1998) em Botucatu (SP).

coloniais inspiraram os modelos de historiadores e arqueólogos brasileiros desde meados do século XIX e perdurando por muitas décadas do século XX (MONTEIRO, 1994, 2001). Este pressuposto, porém, vem sendo questionado por novas pesquisas.

Em se tratando da arqueologia brasileira – sua tradição oitocentista – foram considerados modelos para a compreensão das migrações das populações tupi-guarani pressupondo práticas agrícolas extensivas diretamente associadas a uma expansão populacional responsável por conflitos e esgotamento ambiental em solo amazônico (MEGGERS; EVANS, 1973; NEVES, 1999-2000). Pressupostos que influenciaram pontos de vistas equivocados em historiadores e outros cientistas sociais (centrados somente na crítica documental) e cientistas naturais, principalmente das áreas associadas à conservação ambiental, que não possuíam uma vivência ou uma aproximação “mais de dentro” do modo de ser destas populações.

As pesquisas multidisciplinares mencionadas neste texto relativizaram modelos da arqueologia europeia que utilizam nas florestas tropicais os padrões cerâmicos como indicador imediato de práticas agrícolas extensivas (TENÓRIO, 2003; DE BLASIS et al. 2007; WESOŁOWSKI et al. 2007; SCHEEL-YBERT et al. 2009; KNEIP, 2009). As pesquisas desenvolvidas no âmbito das etnociências vêm considerando que os sítios das plantações ameríndias possuem outro padrão de cultivo que, ao contrário de um esgotamento, tendem a possuir os solos mais férteis e nutritivos por escalas de uso geracionais (NEVES, 1999-2000; DESCOLA, 2000; BALÉE, 2008; PEREIRA, 2009; OLIVEIRA, 2010; PARDINI, 2012; VIVEIROS DE CASTRO, 2013; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

[...] foi justamente um trabalho em pedologia (SMITH, 1980) que ofereceu uma das críticas mais poderosas contra o determinismo ambiental: a chamada “ecologia histórica” [...]. Smith (1980) discutiu os processos de formação das chamadas terras pretas de índio, solos com sedimentos bastante escuros e com alta fertilidade encontrados em muitas áreas da Amazônia, normalmente associados a sítios arqueológicos. Previamente caracterizadas como formações naturais (FALESI, 1974)⁵⁷, as terras pretas têm as mesmas características físicas dos latossolos amazônicos mas propriedades químicas bastante diferentes: pHs mais básicos; maiores quantidades de húmus, nitrogênio, fósforo e cátions trocáveis (PABST, 1991)⁵⁸ (NEVES, 1999-2000, p. 94).

⁵⁷ FALESI, N. Soils of the Brazilian Amazon. In: Wagley, C. **Man in the Amazon**. University Press of Florida, Gainesville, p. 201-229, 1974.

⁵⁸ PASBT, E. Critérios de distinção entre terra preta e latossolo na região de Belterra e os seus significados para a discussão pedogênica. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, NS, Antropologia, 7(1), p. 5-19, 1991.

As considerações etnográficas sobre as concepções simbólicas com o meio (a fauna e a flora) e o sentido que atribuem para as migrações que empreendem trazem outras perspectivas e nuances destas práticas, já que rotas migratórias são indicadas em todo continente e em diferentes épocas e estágios climáticos, incluindo as mobilizações geradas pelos movimentos geológicos aos quais suas cosmologias assimilavam e correspondiam (NEVES, 1999-2000; ALBUQUERQUE, 2009; VIVEIROS DE CASTRO, 2013). “A ampla mobilidade em diferentes domínios florestais constitui também uma estratégia para garantir áreas adequadas para a reprodução cultural dessas populações” (PEREIRA, 2009, p. 43). Clastres (2012), por exemplo, também se refere às migrações Guarani associadas a uma organização social que tende à descentralização das famílias extensas nas áreas tradicionais da floresta tendendo a movimentos migratórios constantes. Entretanto, estratégias de continuidade e resistência estão presentes até os dias de hoje nas movimentações Guarani nas florestas do sul-sudeste, principalmente após o processo de opressão colonial.

A longa duração da história das migrações do povo Guarani desde o período pré-colonial até a atualidade é atravessada por práticas coloniais e neocoloniais de cerceamento, repressão e contenção da liberdade de movimento dos indígenas e de predomínio de interpretações reducionistas e ideológicas dos significados dos deslocamentos (CICCARONE, 2011, p. 136).

Os povos Guarani possuem, segundo Noelli (1999-2000), uma intensa “plasticidade cultural” e uma grande capacidade de se adaptar ao meio, adquirindo novidades para a subsistência, medicina e matérias-primas enquanto trocam experiências e aprendem sobre os recursos florísticos em novas áreas que se estabelecem. Nas novas áreas inseriam e adaptavam suas espécies vegetais tradicionais (OLIVEIRA, 2010; MOUZER, 2011).

A dieta era centrada em plantas de agricultura e coleta, boa parte trazida da Amazônia. Ainda não há provas definitivas, mas já é possível dizer que os Guarani estão entre os primeiros a trazer para o sul do Brasil várias espécies de plantas. Seu sistema de manejo agroflorestal certamente contribuiu para a ampliação da biodiversidade das comunidades vegetais das regiões onde se instalavam [...] havia um sistema de troca de mudas e sementes como ocorre entre vários povos com o mesmo tipo de sistema agroflorestal, garantindo a disseminação entre os *tekoa* (NOELLI, 1999-2000, p. 249).

Sobre a variedade de plantas domesticadas e semidomesticadas pelos Guarani, Noelli (1999-2000) descreve que “em um estudo de caso” havia verificado “mais de 300 itens vegetais que podiam compor a dieta Guarani, além das plantas de roça” e que “os Guarani

cultivavam em suas roças uma média de 39 gêneros, subdivididos em pelo menos 159 cultivares” (p. 254).

As práticas de conservação e manejo agroflorestal e a capacidade de adaptação a novos ambientes garantiam alimentos de origem vegetal. Estas práticas também são resultados da observação dos ciclos vegetacionais e do aprendizado das características florísticas locais através da comunicação com outros povos.

A ocupação e conservação de ricos ecossistemas foram responsáveis pelo crescimento demográfico da população Guarani que contribuiu para intensificar as mobilizações para a ocupação das regiões das matas subtropicais do alto [...]. Às vésperas da invasão europeia, os Guarani totalizavam uma população de cerca de 1, 5 milhão ou mais de pessoas articuladas em diferentes grupos e redes de relações de reciprocidade entre numerosas aldeias (tekoa) situadas ao longo de um amplo território” (CLASTRES, 1978⁵⁹, p. 59 apud LADEIRA, 2008, p. 86-87)

Os pesquisadores que refletem sobre a ocupação e manejo das populações que habitaram ou transitaram pela Mata Atlântica afirmam que na maioria dos casos “as formações vegetais representadas pela restinga aberta, pela mata de restinga, pela Floresta Atlântica [...] só começaram a sofrer uma alteração significativa a partir do período colonial” (GUIMARÃES, 2007, p. 98).

⁵⁹ CLASTRES, H. **Terra sem mal**: o profetismo Tupi-Guarani. São Paulo: Brasiliense, 1978.

3. A CONQUISTA COLONIAL EUROPEIA: O USO E O APAGAMENTO DO CONHECIMENTO NATIVO PARA O *DOMINIUM* DAS TERRAS

Com a conquista e expansão colonial muitas *taba* e *tekoa*, moradas das populações nativas, foram sobrepostas por aldeamentos jesuítas e vilas coloniais. O processo colonizador imprimiu e sedimentou, na longa duração em que se construiu uma identidade brasileira, camadas de esquecimento e desenraizamento das terras e natureza local, imersas numa forte rejeição à natividade tropical e às populações ameríndias. Com a expansão do domínio europeu sobre as terras e de uma visão de mundo enraizada na cultura ocidental, a multidiversidade das populações ameríndias foram sendo apagadas das narrativas e percepções acerca da ancestralidade dos nascidos no Brasil.

A construção da identidade nacional teve forte amparo na estruturação da historiografia brasileira em meados do século XIX. Após três séculos de colonização esta construção se fundamentava no contínuo discurso de uma identidade nacional erigida com monumentos representantes da conquista colonial responsáveis por sucumbir inúmeras populações e produzir, nos descendentes mestiços, o apagamento da memória de qualquer ligação com esses parentes nativos.

Neste sentido, para se entender este “Brasil indígena”, é preciso antes rever a tendência seguida por sucessivas gerações de historiadores e antropólogos que buscaram isolar, essencializar e congelar populações em etnias fixas. [Citando Viveiros de Castro] ⁶⁰ “o congelamento e o isolamento das etnias é um fenômeno sociológico e cognitivo pós-colombiano [...] fruto de uma incompreensão total da dinâmica étnica e política do *socius ameríndio*” incompreensão essa fundamentada num conceito “substantivista e nacional-territorialista”, longe da “natureza relativa e relacional das categorias étnicas, políticas e sociais indígenas” (1993, p. 32 apud MONTEIRO, 2001, p. 24, grifo nosso).

Esta incompreensão pautada pelo etnocentrismo ocidental marca profundamente a construção de narrativas e modelos da História do Brasil. João Monteiro, em *Negros da Terra* (1994) e em *Tupi, Tapuias e os Historiadores* (2001), se debruçou sobre o perfil dos intelectuais do império brasileiro durante a construção de uma identidade nacional fortemente identificada com o discurso colonial e etnocêntrico da superioridade da ciência europeia. Os ideais civilizatórios de expansão e *dominium* sobre as “selvas” e sobre os “selvagens” tornavam-se a meta, ou o “futuro” da nova nação. Monteiro (2001) descreve a fundação do

⁶⁰ VIVEIROS DE CASTRO, E. Histórias Ameríndias (resenha de História dos Índios no Brasil, Manuela Carneiro da Cunha, org.), **Novos Estudos Cebrap**, 36, p. 22-33, 1993.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1845 como evento intelectual marcado pela premiação da tese de von Martius [1845] (1982) em *Como se deve escrever a Historia do Brasil*, onde defende pressupostos acerca dos povos nativos americanos com duas únicas opções históricas inevitáveis: a assimilação ou o extermínio. Segundo Monteiro, este binômio extermínio/assimilação enquadrava-se numa concepção de história que marcou o desenvolvimento da historiografia e das ciências sociais brasileiras.

As construções da *inteligenza* brasileira seguiam ideais da supremacia ocidental, para a qual o fim das populações indígenas e suas praticas culturais é frisado como etapa natural do processo civilizador europeu. Varnhagen (1980), entre os historiadores oitocentistas, trouxe uma das expressões máximas desta corrente ao afirmar que “de tais povos na infância não há história: só etnografia” (p. 30). Tão predominante se tornou esta tendência que a produção de muitas gerações de historiadores brasileiros assumia e reproduzia interpretações históricas que consequentemente levavam ao *apagamento* das populações indígenas, as populações da floresta, como resistentes e atuantes no passado e no presente.

No melhor dos casos, as populações indígenas foram consideradas entre os historiadores, e nos meios científicos em geral, como povos primitivos isolados e, portanto, ao domínio de uma área científica delimitada, a antropologia. Tão forte se tornou esta tendência nas gerações subsequentes, que apesar da tônica adquirida na consideração dos esquecidos da história no século XX ⁶¹ “pelo menos até a década de 1980, a história dos índios no Brasil resumia-se basicamente à crônica de sua extinção” (MONTEIRO, 2001, p. 4).

A postura afirmada na fundação das ciências sociais brasileiras no século XIX orientou teses históricas para a construção de uma identidade nacional, ou brasileira, com base nas normas civilizatórias da colonização e de um ideal de mundo centrado em “tornar-se como a Europa” para a qual os “outros”, os não-ocidentais, seriam no melhor dos casos discípulos de sistemas de subordinação, seja economicamente submetidos a mandos e trabalhos forçados, seja culturalmente inferiorizados como selvagens cultuadores de entidades consideradas negativas e incompreensíveis para os padrões de racionalidade e civilidade ocidentais. O *apagamento* ⁶² na memória oficial das populações que vivem nas florestas tropicais e outros domínios naturais foi um discurso conveniente desde o início das empreitadas do século XVI.

⁶¹ Me refiro ao texto seminal de Walter Benjamin (1994) “Sobre o conceito de História” e seus desdobramentos nas ciências humanas em gerações posteriores de teóricos e pesquisadores.

⁶² No Brasil as camadas de silenciamento dos povos e apagamento dos seus saberes foram marcadas pelo choque da forte violência colonial associado às ações políticas de apagamento das identidades indígenas e a postura de “uma historiografia, muitas vezes, conivente” com essas políticas (ALMEIDA, 2013, p. 400).

O processo de construção da identidade nacional durante o século XIX pode nos dar uma das dimensões dos procedimentos percorridos nos séculos anteriores pelos europeus desde quando se depararam com o que suas culturas nomearam de América, os primeiros encontros com as populações que viviam nos locais que iam conhecendo e o gradual adentramento nas rotas interioranas aprendidas com os nativos.

As terras em que viviam as populações indígenas foram desde a primeira investida da conquista europeia consideradas terras “vazias” e sujeitas ao domínio colonial sendo sobreposto o conceito jurídico de *terra nullius*, terras desocupadas ou desabitadas, como base legítima para a postura de conquista adotada pelos estados nacionais europeus.

As novas terras conhecidas pelos europeus depois da viagem de Colombo tornaram-se parte ainda de outro novo conceito, aquele de *terra nullius*, ou dos territórios nominalmente inabitados da Terra (Dannenmaier ⁶³, 2008). Uma vez que as sociedades do Novo Mundo ao momento do contato tinham sistemas de ocupação de terras que pareciam não incluir propriedade alienável [...], esses povos eram vistos como ocupando o território de maneira não efetiva, anulando qualquer direito legalmente reconhecido à sua soberania, pela perspectiva europeia (BALÉE, 2008, p. 12, grifo nosso).

Desde os primeiros contatos, os viajantes europeus se depararam com mundos e percepções da realidade, estranhamente diversos e familiarmente próximos de um “estado de natureza” considerado perdido para a civilização europeia. No relacionamento com os estrangeiros, os nativos buscavam visões e percepções do que desconheciam da vida e intenção destes homens. A famosa fala do *Morubixaba* (“liderança”) Tupinambá ao francês Jean de Lery [1578] (1972) sobre o que compreendia do sentido de acumulação de riquezas perseguido pelos franceses e portugueses que ali chegavam se tornou emblemático da diferença de um modo de ser que não se fundamenta na exploração sem limites da natureza.

-Por que vindes vós outros, maíras e pêros (franceses e portugueses) buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra?
 Respondi que tínhamos muita, mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos, como ele o supunha, mas dela extraíamos tinta para tingir, tal qual o faziam com os seus cordões de algodão e suas plumas.
 Retrucou o velho imediatamente:
 -E porventura precisais de muito?
 -Sim, respondi-lhe – pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados.

⁶³ DANNENMAIER, E. Beyond indigenous property rights: exploring the emergence of a distinctive connection doctrine. *Washington University Law Review*. 86: 53-110, 2008.

-Ah! – retrucou o selvagem – tu me contas maravilhas, acrescentando, depois de bem compreender o que eu lhe dissera:

-Mas esse homem tão rico, de que me falas, não morre?

-Sim – disse eu –, morre como os outros.

Mas os selvagens são grandes discursadores e costumam ir, em qualquer assunto até o fim. Por isso perguntou-me de novo:

-E quando morrem, para quem fica o que deixam?

-Para seus filhos se os têm - respondi; na falta destes, para os irmãos ou parentes mais próximos.

-Na verdade – continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo – agora vejo que vós outros maíras sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que, depois da nossa morte, a terra que nos nutriu também os nutrirá (LERY, 1972, p. 127-128).

Podemos encontrar em autores das mais diversas áreas de humanidades (MONTEIRO, 2001; DEAN, 2004; NAVARRO, 2005; FERNANDES, 2006) esta passagem histórica, retirada do clássico diário do viajante francês que se tornou prisioneiro dos Tupinambá da costa no século XVI. Tornou-se, entre outros registros, sinalizações das diferenças no modo de vida dos Tupinambá frente a necessidade do acúmulo de riquezas dos europeus. Os Tupinambá e outros povos da costa e interior mesmo fornecendo aos estrangeiros o que desejavam das terras, também demonstravam estranhamento diante de uma diferença tão essencial nas maneiras e necessidades “do outro”. Estas contrariedades poderiam, em muitas situações, limitar o atendimento da demanda por produtos exóticos da floresta aos visitantes, ainda mais se tratando de uma exploração sistemática que com o tempo exigiu muito mais do que favores, mas trabalhos contínuos que tendiam a escravização.

Existe muito pouco registro de como foi praticado o comércio de pau Brasil, mas é evidente que a extração desse produto, como de todos os demais com o que os portugueses lidaram, teve origem no conhecimento que os nativos tinham da floresta. Certamente, os portugueses não tinham a menor ideia de onde as árvores se encontravam ou de como identificá-las [...] Em 1588, 4700 toneladas de pau-brasil passaram pela aduana portuguesa, talvez metade do verdadeiro volume. O tráfico francês clandestino de madeiras corantes era tão bem estruturado quanto o dos portugueses [...] um cronista de meados de 1550 relatou ter observado 100 mil pedaços de tronco estocados na colônia francesa do Rio de Janeiro. Havia ainda o contrabando intermitente feito por navios espanhóis e ingleses. Em conjunto, todos esses negociantes podem ter provocado a extração de 12 mil toneladas por ano [...] Calcula-se que essa tonelagem exigiu a derrubada de aproximadamente dois milhões de árvores durante o primeiro século do tráfico. É um número impressionante e provavelmente deve ser corrigido para mais, por conta dos estragos e naufrágios (DEAN, 2004, p. 63-64).

A diferença na concepção de mundo trazida pelos europeus transformou profundamente o relacionamento humano com as florestas e a natividade das terras da América. O princípio do acúmulo de riquezas frente à indiferença, ou ignorância, das consequências futuras mobilizou desde o século XVI a devastação sem limites das florestas costeiras adentrando o interior.

As populações ameríndias durante o avanço colonizador passavam a negar alianças com os estrangeiros conforme compreendiam os princípios e objetivos da Coroa portuguesa e de outras instituições que declaravam novas ordens e condições. “A amizade que tinham com os primeiros portugueses logo se desfez diante da escravização a que foram submetidos” (MONTEIRO, 1994, p. 35).

O contato e os choques impressos no impacto da conquista restringiram de forma drástica as condições de sobrevivência e expressão cultural destas populações. Os conflitos interétnicos ganhavam ênfase com o adentramento dos colonizadores que promoviam alianças com alguns povos para estimular o conflito direto com populações desconhecidas da costa e interior. As migrações das populações, a mudança de hábitos e a adoção de novos etnônimos se tornaram metamorfoses fruto da resistência e da cosmovisão diante das guerras de captura e invasões das terras tradicionais (MONTEIRO, 2001; PREZIA, 2010).

Com a colonização europeia, os conflitos interétnicos foram se acirrando devido às alianças com colonos e missionários, reforçando não apenas as antigas inimizades, como também dividindo famílias e criando novos subgrupos e novos nomes (PREZIA, 2010, p. 155).

Segundo Dean (2004),

As crônicas das descobertas, mais que as de qualquer outro capítulo da história escrita, são de um irrealismo assustador. Incapazes de compreender intelectualmente a magnitude de sua descoberta, os portugueses tropeçaram em um meio ambiente, movidos por cobiça [...] A Mata Atlântica os deixava impassíveis ou atônitos. Por diversas vezes penetraram-na, e traziam apenas relatos delirantes sobre esmeraldas e ouro. Produziram tamanha devastação entre seus irmãos que, no prazo de um século, quase todos aqueles com quem haviam se deparado estavam mortos e suas sociedades em ruínas. Esse foi o começo, a fundação do povoamento, da colonização e do império, de uma civilização transferida e imposta (p. 59).

No século XVI, entretanto, o avanço dos Tamoio ⁶⁴ na Serra do Mar em direção a vila São Paulo de Piratininga, ou o extermínio completo dos Caeté ⁶⁵ no nordeste ao recusarem e reagirem a catequização são exemplos de resistência às imposições da sociedade colonial. Siering (2008) observa que as inúmeras reconfigurações de resistência à invasão colonial influenciaram novas situações entre os povos como, por exemplo,

[...] a criação de alianças entre grupos indígenas tradicionalmente inimigos com o objetivo de se resistir à conquista e dominação dos portugueses. Tais alianças constituíam inovações do processo colonial [...] resultando num processo de etnificação dos grupos indígenas que tanto podiam (re)elaborar as suas identidades dentro das aldeias do sertão, quanto nos aldeamentos do litoral (p. 8).

A capacidade de adaptação e recriação dos seus princípios culturais são os fundamentos matriciais da resistência ameríndia nos últimos séculos. Aquilo que era tabu e ofensivo aos dogmas culturais do ocidente era indiscriminadamente proibido nas colônias da América. Os povos e sociedades que estabeleceram contato com os colonizadores ou que migravam fugindo das capturas tiveram que realizar inúmeras adaptações para manterem vivos seus conhecimentos geracionais sem serem vítimas dos castigos, prisões ou extermínios do colonizador.

[...] entre os Xokleng [...] a desterritorialização influenciou mudanças nos padrões de subsistência, com a perda das áreas de agricultura e de diversas espécies de plantas manejadas, criando uma falsa imagem de que os Xokleng sempre teriam sido caçadores-coletores. A perda e a mudança dos territórios influenciaram no abandono temporário ou definitivo de certos tipos de assentamentos, artefatos e práticas que necessitavam dos padrões tradicionais em equilíbrio [...] como as habitações subterrâneas, a cerâmica e os enterramentos sem cremação [...] Diversas comunidades vegetais situadas nos territórios dos Jê do Sul constituíam florestas antropogênicas, manejadas por eles ao longo de 2000 anos [...] A prática de plantar em locais separados das roças, em clareiras naturais, à beira da mata e nos caminhos, bem como cultivar espécies que produzem por mais de 15, 20 anos, mesmo em áreas de pousio, como o cará e algumas variedades de feijão, levou muitos cronistas

⁶⁴ Em tupi *tamíia*, ‘os avós’; um dos povos da família tupi-guarani “que habitava a Baía da Guanabara e o Vale do Paraíba” (NAVARRO, 2013, p. 461). Os etnônimos de origem tupi não possuem plural. Perrone-Moisés e Sztutman (2010) se referem a este movimento de resistência dos Tamoios de maneira muito diversa à ideia de uma confederação política de aliança com os franceses contra os portugueses; ao contrário, a natureza das alianças e a diversidade das relações sociais ameríndias transcende o plano político compreendido pelos europeus, os documentos coloniais projetam um “ideal de unidade política sobre povos que revelam outras modalidades de segmentação e liderança” (p. 404). As associações ou organizações ameríndias “não se deixa formular pelo nosso vocabulário político” (p. 410) se verificam as mais variadas estratégias de reorganização e resistência.

⁶⁵ Em tupi *ka’aeté*, ‘floresta verdadeira’, povo da família tupi-guarani que habitava a costa (NAVARRO, 2013, p. 208). Os etnônimos de origem tupi não possuem plural.

que desconheciam botânica e técnicas de manejo ambiental a pensarem que isso era uma simples coleta de plantas selvagens (NOELLI, 1999-2000, p. 246)

Os Jê do sul, conhecidos como povos Kaingang e Xokleng sofreram uma intensa depopulação e perseguições que causaram mudanças profundas na cultura material e nos padrões de adaptação e sobrevivência. A presença de populações Jê no interior de São Paulo, algumas regiões do planalto e na região sul do país sofreu inúmeras baixas, especialmente entre os Xokleng ⁶⁶ que estiveram próximos do etnocídio no início do século XX com a formação de milícias brasileiras que travaram contínuas guerras os confinando a ínfimas áreas hoje tuteladas pela FUNAI (NOELLI, 1999-2000, p. 241).

De fato, os relatos sobre o extermínio de populações indígenas percorreram os séculos, dando a qualquer leitor a impressão irrefutável de total perda e desaparecimento. Entretanto, a resistência destas populações atravessou os séculos e mantém fronteira no presente. A presença e resistência das etnias de raiz ancestral são manifestas também nos descendentes que reivindicam seus direitos dentro da nação brasileira reacendendo o movimento indígena nas últimas décadas do século XX. Estas vozes que se levantam reivindicam os seus mortos e o respeito sincero a sua memória e direitos. São vozes, gritos e alaridos que resignificam o passado e inquietam as tradições historiográficas, arqueológicas e antropológicas sobre a presença e resistência contemporânea dos povos indígenas e da antiga ligação com os ancestrais nativos.

Apesar de fundamentada em algumas verdades, a crônica da destruição e do despovoamento já não é mais aceitável para explicar a trajetória dos povos indígenas nestas terras. O que se omite com tal abordagem são as múltiplas experiências de elaboração e reformulação de identidades que se apresentam como respostas criativas às pesadas situações novas de contato, contágio e subordinação (MONTEIRO, 2001, p. 78).

Mesmo nos desastres provocados pelas epidemias e disseminação de pestes que dizimaram milhares de indígenas, a reação em busca da cura trazia, por sucessivas gerações de resistentes, novos conhecimentos e remédios da floresta presentes até os dias de hoje nas tradições orais de muitas das culturas indígenas, caboclas e caipiras. A tradição oral indígena trás a profunda reminiscência da origem de muitas medicinas de origem florística e faunística como “indicações dos seres” para a cura e sobrevivência frente a males como epidemias e

⁶⁶ Os Xokleng, segundo estudos etnográficos e arqueológicos, foram reconhecidos como a antiga tradição Itararé com sítios nos planaltos paulista e meridional e no sul do Brasil (NOELLI, 1999-2000).

guerras. Os pajés, indivíduos visionários e guardiões do conhecimento medicinal geracional sonhavam e canalizavam os meios para a cura das moléstias e reação aos males. A figura dos pajés, fortemente atacada pelos jesuítas, mantinha forte influencia no interior das populações resistentes.

O padre Manoel da Nóbrega se espantou não apenas com a frequência das doenças entre a população batizada pelos jesuítas, mas também e sobretudo com a acusação veiculada pelos ‘feiticeiros’, ou xamãs, de que os missionários infligiam a doença com a água do batismo e causavam a morte com a doutrina. Um pouco mais tarde, de acordo com a descrição do padre Francisco Pires, os índios começaram a tomar atitudes para evitar os missionários de vez: ‘fugiam os gentios [dos padres] como da morte e despejavam as casas e fugiam para os matos; outros queimavam pimenta por lhes não entrar a morte em casa (ALENCASTRO ⁶⁷, 2000, p. 129 apud MONTEIRO, 2001, p. 61-62).

As noções de guerra e conflitos, intercâmbios e alianças, relacionamento com a fauna e a flora, e modo de interagir com o “estrangeiro”, atendem a percepções de mundo, desde o início, incompreensíveis aos europeus. Distanciando-se de qualquer percepção de alteridade, o principal foco dos participantes da conquista era a incorporação de conhecimentos “úteis” das populações nativas para conhecerem e explorarem a terra.

O conhecimento indígena foi de fato fundamental para a permanência e sobrevivência dos europeus nas terras banhadas pelo atlântico sul. Os europeus se tornaram quase que totalmente dependentes do saber nativo. Os caminhos e trilhas que ligavam as serras com o interior e os meios de sobrevivência na mata só foram possíveis com as aproximações estratégicas promovidas com as populações nativas. Aprendiam sobre a flora e a fauna, o que se podia extrair de alimento da mata e dos rios, além dos cuidados nas travessias de ambientes desconhecidos. Estes saberes foram sendo incorporados durante séculos de encontros com os inúmeros povos desde a costa atlântica até o interior.

A distribuição de núcleos povoadores pelos colonizadores no planalto paulista seguiam os procedimentos e indicadores dos indígenas para a ocupação do espaço, padrões de assentamento para a construção de casas e núcleos povoados. O sítio original da região metropolitana de São Paulo antes de abrigar o aldeamento jesuíta ou a vila lusitana foi uma grande morada de populações Guaianá, Guarulho, Mamomirim (das famílias Macro-Jê) e também de populações da família tupi-guarani que se estabeleciam em áreas abrigadas das

⁶⁷ ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

cheias dos grandes rios *Tyeté*, *Jeribatiba* ⁶⁸ (Pinheiros) e *Piratininga* (Tamanduateí) ⁶⁹ responsáveis por transformar em todo verão a região numa verdadeira península transitável apenas por canoas; beneficiando-se da oferta de peixes, fertilizando margens e várzeas, se comunicando com o interior e as serras interligados por estes grandes rios e seus afluentes (PETRONE, 1995; PREZIA, 2010). Segundo Pereira ⁷⁰ (1936) o jesuíta José de Anchieta descrevia as dificuldades em habitar os sítios inundáveis sem o conhecimento nativo como orientação segura para se estabelecer no planalto.

[...] sujeita às inundações periódicas as várzeas de Piratininga não eram indistintamente habitáveis, mesmo por índios pescadores. Havia que escolher os comoros, os ilhotes de terra onde não chegasse o nível d'água, calculo difícil para o europeu mas fácil para o índio, que os escolhe pelos formigueiros de içá, sempre construídos a são e salvo das maiores enchentes. Era nos trechos de terra firme, livre de cheias, que se alojavam os índios (p.36 apud PETRONE, 1995, p. 135).

As inundações e as cheias dos rios do planalto paulista propiciavam as populações indígenas uma abundância de alimentos e davam condições para o cultivo em áreas fertilizadas pelos rios. Esta prática horticultora foi observada em muitas tradições ameríndias, no interior e na costa atlântica e em solo amazônico realizando o manejo das roças nas proximidades dos rios.

As sementeiras ou chagras de mandioca e banana de que se sustentam [...] estão geralmente situadas em ilhas, praias e margens de rio [...] e não há quem os estranhe, porque o seu viver é andar continuamente por rios e lagunas pescando e remando [...] (PORRO ⁷¹, 1993, p. 174 apud PREZIA, 2010, p. 136).

O saber nativo sobre as trilhas e caminhos que se encontram na terra orientaram as linhas e direções costa-interior para os europeus, a experiência com as terras foram sendo utilizadas para as iniciativas europeias de criação dos primeiros núcleos de povoamento.

O fato transparece não apenas na evolução das aldeias indígenas para povoados, vilas e cidades europeias; ele é nítido também, nos casos de

⁶⁸ Tietê do tupi *tyeté* 'rio a valer', 'rio verdadeiro' (NAVARRO, 2013, p. 602). Jeribatiba e Jurubatuba vem do tupi *îara'ybatyba*, 'ajuntamento de Jerivás' (*Syagrus romanzoffiana*) espécie de palmeira muito presente na Mata Atlântica brasileira, planalto, serras e litoral (NAVARRO, 2013, p. 161-162).

⁶⁹ Segundo Prezias (2010) o hidrotopônimo Piratininga, do tupi *pirátininga* 'peixe seco' (NAVARRO, 2013, p. 594), encontrado nas documentações do século XVI e XVII, se localiza na mesma área que o rio Tamanduateí do tupi *tamandúate'y* 'rio dos tamanduás verdadeiros' (NAVARRO, 2013, p. 599).

⁷⁰ PEREIRA, B. A cidade de Anchieta. **Revista do Arquivo Municipal**, ano II, v. 23, São Paulo, 1936.

⁷¹ PORRO, A. **As crônicas do rio Amazonas**. Petrópolis: Vozes, 1993.

criação de núcleos novos, nos quais se aplica a experiências indígenas [...] as primeiras aldeias de Piratininga fundaram-se nos próprios locais das aldeias dos índios, como por exemplo Geribatiba, São Miguel, Carapicuíba, etc. (PETRONE, 1995, p. 119)

Por dois séculos, os aldeamentos jesuítas catequizavam e encaminhavam populações locais e “descidas do sertão”, das mais diversas partes do interior para a produção de alimentos e para formar núcleos povoados como as vilas e aldeamentos coloniais.

As frequentes entradas nos sertões permitiram aos paulistas descenderem uma quantidade respeitável de indígenas [...] eles eram redistribuídos para as mais diferentes áreas, empregados nos mais variados serviços [...] Os aldeamentos paulistas tiveram o papel de ampliar o avanço do povoamento rumo ao interior e São Paulo de mercado de mão-de-obra [...] entre as muitas formas de utilização do indígena destacou-se, pela sua importância, aquela de aproveitá-los para as iniciativas de penetração no interior, para o devassamento do território, para explorar os sertões e sobretudo para a procura de riquezas em metais e pedras preciosas (PETRONE, 1995, p. 161).

As populações Guarani e os povos Tupi eram as mais presentes nas áreas que foram primeiramente atingidas pela conquista colonial. Mas conforme se avançava os sertões pouco a pouco uma imensa multidiversidade linguística e cultural se ampliava e se apresentava como um caleidoscópio em movimento escapável de qualquer definição e fixação (MONTEIRO, 2001).

No processo expansionista paulista rumo aos sertões, populações multidiversas foram capturadas e trazidas para compor os aldeamentos paulistas “[...] os indígenas apresados *pélas* bandeiras são tamoios, carijós, tupiães, temeninós, caiapós, tapuias, bilreiros, patos, tapes, biobebas, miramomins, pés largos ⁷²” (RICARDO ⁷³, 1942, p. 108-109 apud PETRONE, 1995, p. 132). Assim, apesar dos povos da família Tupi-Guarani terem sido os mais numerosos nos aldeamentos jesuítas em São Paulo, também eram visíveis num mesmo aldeamento as mais diversas etnias. “Não há dúvida de que a população dos aldeamentos foi marcada pela heterogeneidade” (PETRONE, 1995, p. 134). Entretanto, mesmo diante desta multidiversidade se ignorava *quase* que completamente as identidades destas populações.

A tendência de tornar “homogêneo” o povoamento colonial induziu uma política linguística que se estabeleceu desde cedo criando a noção de uma língua universal ou “mais falada”, uma “língua geral” que era na verdade baseada na influência do português e de um

⁷² Muitos dos etnônimos encontrados nos documentos de origem colonial são marcados por uma visão etnocêntrica destas populações.

⁷³ RICARDO, C. **Marcha para o Oeste**: a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. 2a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1942. 2v. (Coleção Documentos Brasileiros).

conjunto de línguas da família tupi-guarani, principalmente o tupi e o guarani ⁷⁴, com influência das línguas de povos do tronco macro-jê. A língua geral foi tomando corpo conforme perdia suas inflexões locais e regionais em função da dizimação dos povos falantes e da sistematização (gramatização), adoção e expansão enquanto idioma colonial ⁷⁵ (MONTEIRO, 2001).

A tradução dos catecismos e textos cristãos foi uma das estratégias para a catequização dos indígenas, contribuindo para que se tornasse a língua corrente no interior dos aldeamentos entre etnias de origens e culturas diversas, e de fundamental importância para que os jesuítas e os colonos se comunicassem com a população aldeada.

No interior da Companhia de Jesus, um corpo cada vez mais especializado de línguas atendia a essa demanda de sistematização de uma língua geral que, embora baseada no tupi falado, se mostrava cada vez menos voltada para a comunicação com grupos tupis, que se tornavam mais escassos em função dos efeitos desastrosos do contato. Em quase todas as frentes, foi a língua geral que serviu para estabelecer um campo de mediação entre índios das mais diversas origens étnicas e linguísticas e os missionários (MONTEIRO, 2001, p. 41).

Os bandeirantes, mestiços paulistas que se tornavam sertanistas, aprenderam esta “língua materna” e com ela expandiram os domínios da coroa portuguesa sertão adentro na captura de novos indígenas para a lavoura e mineração surgidas em novas áreas de exploração. As bandeiras e incursões de exploração do sertão dependiam essencialmente das informações e conhecimentos dos indígenas capturados a respeito das terras para a sobrevivência nos ambientes que pretendiam explorar.

Em petição de 26 de outubro de 1725 dos oficiais da Câmara ao governador, declara-se que sem os indígenas não “podem os Fazer desCubrimentos do ouro, porque só os indígenas sabem talar o sertão e navegar os rios, sendo eles que sustentam os sertanistas, pelo largo conhecimento que têm de tudo que possa servir de alimento” (REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL ⁷⁶, 1936, p. 61-63 apud PETRONE, 1995, p. 205-206).

“É necessário frisar que sem o elemento indígena todo o fenômeno de expansão paulista não teria sido possível” (PETRONE, 1995, p. 112). O processo de expansão colonial dos

⁷⁴ A gramática da língua tupi foi sistematizada pelo jesuíta José de Anchieta, como o “tupi da costa” no século XVI. O jesuíta José de Montoya sistematizou uma gramática da língua guarani no século XVII.

⁷⁵ A língua geral paulista é o tupi antigo com influências do português, do guarani e outras línguas indígenas, inclusive, do tronco Macro Jê. Tornou-se a língua mais falada no período colonial no interior dos aldeamentos jesuítas e vilas coloniais, era tanto o meio de comunicação entre o branco e o indígena quanto entre indígenas aldeados de origem sociocultural e linguística diversa (PETRONE, 1995; MONTEIRO, 2001; PREZIA, 2010).

⁷⁶ REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO, ano II, v. XX, fev. 1936.

portugueses e dos aldeamentos jesuítas teve forte influência no desenraizamento com o repúdio e proibição às práticas e comportamentos culturais das populações ameríndias no intuito de se tolher o modo de ser e incorporá-los às normas da colonização.

Os aldeamentos que refletiram em novas situações de povoamento na região do Ribeira, se iniciaram com expedições bandeirantes e de missionários quando se estabeleceu no início do século XVII o aldeamento de Embu (*Mboîa*) e, no final deste mesmo século, o de Itapecerica (*Itapesyryka*)⁷⁷. Estes aldeamentos receberam indígenas dos *Campos de Piratininga* e levaram frequentes de indígenas descidos do sertão itapecericano e outras regiões, Karijó⁷⁸, Kayapó, Tamoio, Temiminó, Tupinambá entre outros povos capturados em conflitos com as Bandeiras (PETRONE, 1995).

Mapa: Os aldeamentos paulistas até o século XVII e o sertão de Itapecerica.

Fonte: PETRONE, 1995, p. 125. Modificado.

No século XVII, segundo Benedito Preziosi (2010), a população mestiça ou mameluca dentro e fora dos aldeamentos superava a população considerada branca, uma situação que se ampliava no decorrer das décadas e dos séculos. “As populações aldeadas passaram a

⁷⁷ Os topônimos de origem tupi *Mboîa* e *Itapesyryka* significam respectivamente ‘cobra’ e ‘pedra-achatada-escorregadia’ (NAVARRO, 2013, p. 560 e 574); provavelmente, na região do Embu poderia haver lugares de abundância deste animal.

⁷⁸ Os documentos coloniais indicam a presença dos *Karijó*. *Karijô* nação indígena, *kariitoka*, ‘casa dos karijós’, “antiga aldeia indígena da Guanabara” (NAVARRO, 2013, p. 555).

compor-se, sempre em proporções maiores, por mestiços de todos os tipos num processo cujas fases não são simples de definir [...]” (PETRONE, 1995, p. 135).

A administração colonial, por outro lado, não conseguia controlar os indígenas que migravam sertão adentro fugindo da coação dos administradores oficiais. Como o ocorrido com os Kaiapó de Goiás, que aprisionados nos aldeamentos comportavam-se como se estivessem cristianizados, mas ao experimentar a falta de alimentos “voltaram para o seu estado primitivo, procurando lugares longínquos, de onde os não pudessem tirar” (RENDON⁷⁹, [1823] 1842, p. 315-316 apud MONTEIRO, 2001, p. 315-316).

As áreas sob o domínio e controle colonial, para além dos aldeamentos organizados pelos jesuítas e outras instituições em acordo com a Coroa portuguesa, não alcançava os sertões. As dificuldades em atravessar densas florestas que formavam imensas barreiras, abrigavam lugares e caminhos desconhecidos pelos “não-nativos”, lugares que atendiam possibilidades de fuga, de refúgio e readaptação das atividades culturais de roça e manejo florestal.

O sertão e os entornos do aldeamento de Itapecerica (Alto Ribeira) passaram a abrigar populações indígenas e mestiças que se deslocavam e que gradativamente iam se sedentarizando nos sertões paulistas.

Apesar do aldeamento de Itapecerica ter surgido no século XVII, tudo faz crer que o povoamento do sertão de Itapecerica se iniciou a partir do século XVIII; os povoadores mestiços se instalavam em meio às clareiras da mata virgem e ali faziam suas roças, que cultivavam utilizando apenas a mão-de-obra familiar. Foram se formando pequenas unidades em torno de capelas: Jucitaba, São Lourenço, Laranjeiras, Palmeiras, que formavam bairros rurais pertencentes a uma unidade maior, o sertão de Itapecerica [...]. Eram independentes entre si, o contato interno era orientado por relações familiares, relações de vizinhança, mutirões e festas religiosas (QUEIRÓZ, 1973, p. 91).

Segundo a análise de Pasquale Petrone (1995), com o fim dos aldeamentos paulistas no século XIX muda-se no Brasil imperial o foco da política com os descendentes destes aldeamentos, “no século XIX a questão indígena transformou-se em uma ‘questão de terras’ quando o Estado deixa de querer o índio para se concentrar em suas terras sobrepondo políticas oficiais de povoamento e determinação do uso do espaço” (p. 120-121). Frente às terras ocupadas por estas populações desde o período colonial,

⁷⁹ RENDON, J. A. T. Memória sobre as Aldeias de Índios da Província de São Paulo, segundo as Observações Feitas no Anno de 1798. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, T. 4, n. 15, p. 295-317, [1823] 1842.

É evidente que há toda uma outra história das aldeias (aldeamentos) de São Paulo que não é explorada aqui, que se manifesta através das inúmeras petições e litígios movidos por índios aldeados ao longo dos séculos XVII e XVIII, tanto por lideranças nativas quanto por grupos que faziam suas reivindicações coletivamente (MONTEIRO, 1994, p. 220).

Entretanto, ao mesmo tempo em que os antigos aldeamentos se tornavam extintos no século XIX, a comunidade étnica indígena já não era reconhecida pelo poder oficial como legítima para possuir direitos, como o pedido e reconhecimento das terras que suas famílias habitavam.

Corrêa (1999) com base em fontes documentais reunidas em *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*⁸⁰ e consultas ao Arquivo do Estado de São Paulo⁸¹ observa que,

[...] em 1820, alguns índios fazem pedidos de sesmarias em Chiqueiro e São Lourenço, localizados no sertão de Itapecerica [...] reivindicam áreas com 1500 por 4500 braças e 3000 por 3000 braças. O governador [...] ordena a demarcação gratuita da sesmaria em 17 fevereiro de 1821. Essa ordem foi enviada à Câmara da cidade de São Paulo em 22 de maio de 1822 [...] os índios transformaram [o aldeamento de Itapecerica] em áreas de preservação da comunidade e buscaram, até as vésperas do estabelecimento dos colonos alemães, em 1828, manter as terras em suas mãos. [...] A comunidade já não era mais reconhecida. Para efeito de lei, eram os indivíduos que particularmente faziam seus pedidos de terras [...] os índios de Itapecerica requerem, individualmente tratos de terra em 1828 [...] o Estado ainda reconhece a sua existência [mostrando sua permanência na região, mas no ano seguinte o estabelecimento de imigrantes alemães] demonstra que o Estado não reconhecia mais os índios como legítimos e únicos senhores das terras [...] Nos mapas demográficos de 1835 [os indígenas e suas famílias] aparecem discriminados nos bairros de Potuverá, São Lourenço, Itararé [...] Provavelmente eram muito mais do que a indicação índio aponta. Muitos foram discriminados como pardos [...] Estava selado o esquecimento histórico (CORRÊA, 1999, p. 62-64 e 75-76).

As populações indígenas foram obrigadas a tomar os nomes dos colonos para serem registrados, batizados ou reconhecidos oficialmente.

Assim, obsevamos que as medidas oficiais, seja da administração colonial, seja do Estado nacional que se estruturou, reforçaram o processo de *apagamento* da presença das populações indígenas na região e dos seus direitos de terras.

⁸⁰ DOCUMENTOS INTERESSANTES... Correspondência oficial, 1820-1822, 1902. v. 37. p. 81 e p. 313.

⁸¹ ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, C 258, O 1053. Juízo de Paz da Capella Curada de Itapecerica segundo districto do Município da Villa Santo Amaro. 1835.

Os indígenas não desapareceram da história, mas foram as autoridades coloniais que na maioria dos seus relatórios, cartas, certidões, adotaram categorias para a caracterização da população não especificando se são ‘índios’ ou ‘descendentes de índios’, batizados nos aldeamentos adquiriram nomes cristãos (PETRONE, 1995, p. 121).

A sedimentação do discurso colonial alinhado ao etnocentrismo europeu se fez nas instituições brasileiras que mantinham os mesmos princípios exploratórios e expansionistas das instituições metropolitanas europeias (SANTIAGO, 2010). No século XIX, momento de consolidação das políticas territoriais do estado brasileiro e da expansão neocolonial dos estados europeus, a cultura ocidental e a autoridade de que é imbuído o cientificismo europeu incentivava e inspirava escalas de diferenciação e inferiorização das populações não-ocidentais, impondo ações que as forçavam distanciar-se do “passado selvagem” ou “não-civilizado” (MONTEIRO, 2001).

Os cientistas brasileiros desenvolviam as “adaptações locais” inspirados nas visões predominantes e aceitas na comunidade intelectual europeia. A presença de populações nativas vivendo fora das normas trazidas com a colonização é, na maioria das vezes, visto como sinal de atraso econômico e cultural de uma ex-colônia aquém dos padrões da civilização.

A negação de qualquer laço com a ancestralidade indígena, e também afrodescendente, seriam os princípios das normas do pensamento racial ocidental que desenvolveu raízes na ciência brasileira no transcorrer dos séculos XIX e XX.

A ciência brasileira se caracterizou por não beber da fonte de conhecimento sobre o mundo natural dos indígenas ou povos mestiços da fronteira. Isso pode parecer uma impressionante e obtusa falta de curiosidade, mas é facilmente compreensível, dado o abismo cultural existente entre eles. [...] Além do mais os cientistas europeus que visitavam o Brasil tendiam a tratar os indígenas que encontravam de modo muito similar ao que usavam com os espécimes de ervas e animais que coletavam – de fato, em pelo menos uma ocasião, os restos de índios massacrados em tocaia foram comprados por um museu e, em outra, um casal botocudo [Xokleng] foi despachado para a Europa como suvenires científicos vivos. Teria sido difícil para eles conceber os povos nativos como guardiões do conhecimento mais elevado ou buscar obter deles informações empíricas. [...] Apenas o conhecimento europeu era válido, não só aos olhos dos europeus autoconfiantes, mas também aos cientistas brasileiros ainda psiquicamente colonizados, empenhados em obter um apoio sólido no seio das classes privilegiadas do império (DEAN, 2004, p. 241-242).

No século XIX, muito da fauna, flora e, inclusive, das populações humanas dos ambientes tropicais da África e da América foram expostos nas Exposições Universais da

Europa como materiais exóticos de mundos selvagens. No Brasil imperial experiências semelhantes foram organizadas pelos intelectuais da nação.

No dia 29 de julho de 1882, com a presença do Imperador D. Pedro II, foi inaugurada a primeira Exposição Antropológica Brasileira, organizada pelo Museu Nacional. Voltada quase exclusivamente para os aspectos históricos, etnográficos e antropológicos da presença indígena no Brasil, chamava a atenção o contraste entre a enorme importância que se dava às origens indígenas do país e o perfil manifestamente negativo que se traçava dos índios da atualidade, representados por um pequeno grupo de Botocudos⁸², exibidos ao vivo no meio de cerâmicas e artefatos arqueológicos. [Encontro inusitado para] os frequentadores do Museu – tão acostumados com os índios da literatura, ou com aqueles que povoavam as páginas das revistas literárias e históricas (MONTEIRO, 2001, p. 170).

A tradição científica predominante que “frequentemente isola a sociedade indígena no tempo e no espaço”, operou pelo *apagamento* das populações ameríndias resistentes e a exclusão das populações mestiças de sua própria identidade histórica.

Tornaram-se comuns “nas percepções marcadas pela perspectiva de aculturação”, que “os índios assimilados ou integrados à sociedade que os envolvem seriam, de alguma maneira, ‘menos’ índios” (MONTEIRO, 2001, p. 4). Na arqueologia brasileira, por exemplo, por muitos anos se exaltava as antigas tradições pré-coloniais “Itararé” ou “Tupi-Guarani” como se fossem “puras” sem considerar as óbvias ligações com as famílias resistentes do presente, assim como entre os arqueólogos brasileiros “se desprezava a cerâmica colonial como algo empobrecido técnica e esteticamente pela mistura” (MORALES⁸³, 2000 apud MONTEIRO, 2001, p. 5). Esta imagem construída a respeito das populações indígenas e seus descendentes “como eternos prisioneiros de formações isoladas e primitivas tem dificultado a compreensão dos múltiplos processos de transformação étnica que ajudariam a explicar uma parte considerável da história social e cultural do país” (MONTEIRO, 2001, p. 5).

A ideologia da superioridade europeia levou à rejeição do saber das populações nativas ameríndias e mestiças, tornando-se para as gerações futuras um amplo desperdício com o *apagamento* e silenciamento de conhecimentos milenares e seculares. Nas palavras de Boaventura dos Santos (2007), “o epistemicídio em massa perpetrado nos últimos séculos, desperdiçou uma imensa riqueza de experiências cognitivas” (p. 86).

Os povos indígenas em inúmeras estratégias de resistência “conseguiram forjar espaços significativos na história colonial, de modo que não é mais admissível omiti-los do registro

⁸² Etnônimo pejorativo, de origem colonial, atribuído às populações Xokleng.

⁸³ MORALES, W. F. **A escravidão esquecida:** a administração indígena em Jundiá durante o século XVIII. 2000. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, 2000.

histórico” (MONTEIRO, 2001, p. 13). As culturas “caboclas” ou “da roça” presentes em todo Brasil tem sua raiz na continuidade geracional dos saberes nativos sobre a terra, as matas e os seres (PETRONE, 1995; CANDIDO, 1979). As populações indígenas e mestiças resistiam e recriavam novos caminhos, novos meios e lugares para a permanência mesmo sobre os fortes avanços dos ideais civilizatórios da nova nação brasileira.

As estratégias de manutenção e recriação cultural entre, por exemplo, os povos Guarani se davam através de migrações e “fugas” para áreas longínquas e desconhecidas ou não avistadas pelos “brancos”. Nas regiões sul-sudeste, poderia ser sintomática, não tanto a sua *inexistência*, mas dos efeitos de formas de resistência, como a *invisibilidade*, refugiando-se nas áreas de Mata Atlântica no litoral, nas serras ou nos vales intermontanos, e a dispersão estratégica do leste para o interior-oeste, recuando para áreas de floresta mais distantes (CICCARONE, 2011). A floresta sempre foi para estas populações uma proteção e ampliá-las uma estratégia de resistência.

Em fins do século XVII o bandeirantismo paulista decaía refletindo nas atividades agrícolas dos aldeamentos jesuítas. Entretanto, as práticas de agricultura foram se mantendo, através dos roceiros mestiços que nas décadas e séculos seguintes iam ocupando as áreas florestadas relativamente próximas aos núcleos coloniais. As populações ou grupos familiares que fugiram dos aldeamentos e das investidas das bandeiras foram gradativamente ocupando os sertões mais distantes da administração colonial.

No sertão paulista “somente entre o fim do século XVIII e início do século XIX, verificou-se uma lenta transformação do modo de vida da gente paulista que se fixa e se sedentariza no cultivo da terra” (QUEIRÓZ, 1973, p. 83). Nos bairros rurais paulistas que foram se formando, nos entornos dos antigos aldeamentos jesuítas, as populações mestiças persistiram até meados do século XX com suas roças e manejos florestais de ascendência indígena onde o avanço das monoculturas e modelos de exploração ocidental não prevaleciam (QUEIRÓZ, 1973; CANDIDO, 1979; PETRONE, 1995).

4. POPULAÇÕES CAIPIRAS E CABOCLAS: MODOS DE VIDA E O CULTIVO DE ALIMENTOS NA MATA ATLÂNTICA

As populações indígenas e mestiças que iam habitando os sertões paulistas, inegavelmente, foram ocupantes de toda região metropolitana de São Paulo e seus arredores durante a maior parte da consolidação colonial. “Vendo-se os mapas estatísticos da Província de São Paulo, encontra-se um grande número de brancos. Mas não é assim; a maior parte é gente mestiça, oriunda do grande número de gentios, que povoou aquela Província” (RENDON⁸⁴, 1823, p. 299 apud MONTEIRO, 2001, p. 117).

Deste modo as raízes da cultura caipira dos sertões estão na origem da população paulista que foi se formando entre os séculos XVI e XVIII e se estabelecendo após as bandeiras e as políticas dos aldeamentos por uma vasta área que ultrapassa o território do Estado (CANDIDO, 1979; SANTIAGO, 2010).

Os contingentes ameríndios foram se tornando gradativamente mais mamelucos, foram caboclizando-se, até adquirirem as características mais típicas de uma população caipira que, ainda na atualidade, marca com sua presença em áreas com mata preservada (PETRONE, 1995, p. 135).

A cultura social *caipira* ou *cabocla* se originou das relações entre as sociedades indígenas, as incursões do colonizador europeu, a presença das populações afrodescendentes e de imigrantes europeus de origem rural que se estabeleceram em regiões sertanejas a partir do século XIX. As populações mestiças se tornaram habitantes de muitas áreas em que a floresta se mantinha conservada, dando origem a formação de bairros rurais. A palavra *caipira* advém da palavra *kopira* em tupi antigo e na língua geral paulista, é a forma nominal do verbo *kopir*, carpir, roçar, lavrar, fazer roça, significa o roceiro, o lavrador (NAVARRO, 2013). Este adjetivo que se popularizou no período colonial paulista até meados do século XX desde a expansão da língua geral, passou a indicar o mestiço de ascendência indígena que se sedentarizou nos interiores florestados de São Paulo como cultivador e lavrador, fazedor de roça e sobrevivente da própria terra.

Estas populações herdaram do saber milenar acumulado pelos indígenas de inúmeras etnias de aldeados, técnicas de adaptação e cultivo em áreas de floresta atlântica. “No decorrer do século XIX, especialmente durante a segunda metade, os aldeamentos perderam suas

⁸⁴ RENDON, J. A. T. Memória sobre as Aldeias de Índios da Província de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 4, p. 295-317, [1823] 1842.

características de núcleos indígenas e passaram a identificar-se com os núcleos caipiras dos arredores da cidade de São Paulo” (PETRONE, 1995, p. 373). Considerando a ascendência nativa destas populações “falta, ainda, avaliar melhor este processo de descaracterização étnica e de *apagamento* dos rastros de um passado indígena a partir de um ponto de vista dos índios aldeados e de seus descendentes” (MONTEIRO, 2001, p. 127, grifo nosso).

Os antigos aldeamentos paulistas foram o berço da cultura caipira (CANDIDO, 1979; SANTIAGO, 2010). Segundo Petrone (1995) o cinturão caipira se configurou sobre as terras que deram origem aos aldeamentos jesuítas e nos sertões, formando núcleos de povoamento cuja sedentarização dos mestiços deu origem ao bairro rural e a cultura caipira.

Para Queiróz (1973), desde o início do processo colonial passaram a existir nos sertões três estratos sociais: os fazendeiros, não muito envolvidos com as atividades agrícolas realizadas pelos escravos, (quando libertos em 1888 as atividades passaram a ser feitas por colonos, inclusive imigrantes, camaradas ou parceiros de terras); os sitiantes independentes, donos das terras que cultivam com mão de obra familiar; e os trabalhadores sem terra e sem autonomia para o trabalho.

A família sitiante caipira com a posse da terra criou condições de autonomia produtiva e sustento. Os sítios destas famílias poderiam possuir extensões variadas, entretanto mesmo em grandes áreas as terras não eram indiscriminadamente exploradas, a atividade de cultivo é pequena e os alimentos e matérias-primas produzidos atendem primeiramente as necessidades da família (QUEIRÓZ, 1973; SANTIAGO, 2010).

Dentro das condições coloniais e pós-coloniais que influenciaram os sertões, do mesmo modo que os aldeamentos receberam diversas etnias indígenas, os ranchos e bairros caipiras que se mantinham conservados se compunham no passar das décadas e séculos de populações mestiças de origens diversas,

[...] o “caipira branco”, o “caipira caboclo”, o “caipira preto”, o “caipira mulato” [...] sugere a incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo – processo que se poderia chamar *acaipiramento*, ou acaipiração, e que os integrou de fato num conjunto bastante homogêneo (CANDIDO, 1979, p. 22-23, grifo nosso).

No Alto e Médio Ribeira a presença de núcleos quilombolas tem origem nas populações escravas utilizadas pelos fazendeiros dos sertões e na mineração de ouro de aluvião desde o século XVII⁸⁵ (PETRONE, 1995; CORRÊA, 1999).

⁸⁵ O bairro dos Pratas no município de São Lourenço foi uma das regiões do Alto Ribeira em que a mineração de ouro de aluvião ocorreu (CORRÊA, 1999; OLIVEIRA, 2004).

Itapecerica foi durante muito tempo uma porta de entrada para o sertão do Juquiá. Há indicação de que em 1852 ainda havia um quilombo no ‘sertão do Juquiá’, na freguesia de Itapecerica [...] sendo entrada para o sertão, Itapecerica era também uma frente de avanço em direção a ele (CORRÊA, 1999, p. 45-46).

A multidiversidade sociocultural da região nos remete ao complexo diálogo intercultural e simbólico que se tecia entre essas culturas com a natureza local. No interior dos quilombos tanto se falava a *cupópia*, língua nativa de matriz africana (CARENO, 1997; VOGT; FRY, 2005) quanto a língua geral paulista de matriz indígena, ambas com influência do português. Esta diversidade possibilitou em toda antiga área da Mata Atlântica, de norte a sul, a presença de saberes que tem também no negro, continuador da memória cultural quilombola, a posição de guardião da memória espacial das natividades brasileiras.

Quase que só o caboclo, o descendente de caboclo, do índio, do nativo, ou então do quilombola, o negro fugido que fez seu refúgio em matas e se fez íntimo da natureza da região, pode nos guiar pelos mistérios dos restos das florestas do Nordeste, dando-nos conhecer pelo nome – o nome indígena, em grande número dos casos – cada árvore que nos chame a atenção; o valor de cada pé de pau para medicina caseira, para a serraria, para os ninhos das aves. Foi certamente com caboclos, os curandeiros descendentes do negro e do índio que se instruíram sobre as raízes, ervas, plantas da região que informaram os naturalistas no século XVIII para que pudessem escrever para a metrópole cartas recorrendo a variedade natural [...] ao mesmo tempo que o escravo africano, vieram para aqui algumas das árvores e plantas da África mais queridas à sua alma e aos seus olhos. E às vezes o negro amou e respeitou nas árvores, nas plantas e nos bichos da terra, para ele estranha, as árvores, as plantas e os animais parecidos aos do seu país de origem [...] em algumas das florestas mais profundas daqui organizou sua policultura, florestas virgens que eram uma proteção contra os capitães-de-mato a serviço dos grandes monocultores [...] viram aqui também espécies de palmeiras para numerosos fins, a começar pela habitação [...] o mocambo de palha do negro se tornou tão ecológico quanto a palhoça indígena [...] com as palmas grandes faziam os mocambos e as camas onde dormiam; das palmas menores, abanos para o fogo, das quengas de cocos pequeno, cachimbos e provavelmente cuias e cocos-de-beber água – ainda tão comum entre nossa gente do povo [...] a vida curiosa estava baseada na policultura” (FREYRE, 2004, p. 82-84).

Os sertões florestados também se tornaram morada de muitas populações afrodescendentes. Desde o início da colonização, o indígena e o negro sobreviviam e resistiam fugindo para as matas mais distantes e inacessíveis à administração colonial. A cultura de roça se mantinha nas clareiras e capoeiras manejadas das diversas famílias indígenas, nos

quilombos e nos ranchos caipiras. A vida do caboclo ou do caipira é a vida do roceiro, dos lavradores de quintais florestados de onde vem o alimento da família e da comunidade.

Todas estas populações, das culturas sociais nativas e as que se adaptaram às vivências possibilitadas na Mata Atlântica, em relação ao uso do espaço, realizam há muitas gerações aquilo que chamamos de “uso comunal da terra”, num contexto simbólico no qual a terra não é compreendida como uma mercadoria ou apenas um meio de produção. A terra é concebida como integrante e coparticipante da vida, seus ciclos vivos são os ciclos para a sobrevivência dos núcleos de povoamento humanos.

No século XIX, mesmo com o avanço das monoculturas de cana e café, incentivadas pelas concepções produtivas da monocultura ocidental de devastação das vegetações nativas se estendendo por todo o período colonial, boa parte dos amplos sertões permanecia inexplorado e habitado por populações indígenas, quilombolas e mestiças. “O ‘sertão’, por sua vez [...] trata-se de um território autônomo, gerido pelos próprios nativos” (SANTIAGO, 2010, p. 110). Nestas áreas se formaram os ranchos dos cultivadores mestiços, enquanto se desenvolvia uma sociabilidade de ajuda mútua e troca de favores, como o mutirão para a feitura e colheita de roçados ou na construção de casas. Para a venda ou troca dos excedentes, entre as famílias sitiantes se formavam tropas – o tropeirismo do sertão – que cruzavam as serras e outros ambientes naturais levando os produtos das roças sertanejas aos mercados da cidade (QUEIRÓZ, 1973, SANTIAGO, 2010).

Antonio Candido (1979) em *Parceiros do Rio Bonito* demonstrou como as populações “rústicas” da chamada “civilização caipira”, presentes nas áreas florestais do Estado de São Paulo participavam das mesmas crenças, costumes, conhecimentos técnicos e labores, como o trabalho coletivo do mutirão ⁸⁶, não se dando entre eles lugar nem mesmo ao aparecimento de uma liderança propriamente dita, muito menos o desenvolvimento de um gérmen de estratificação social. O mutirão era a continuidade nos sertões dos modos de trabalho e produção de víveres dos indígenas entre as populações rurais de São Paulo.

Na sociedade caipira a sua manifestação mais importante é o mutirão [...] Em 1818, encontrou-a D’Alincourt ⁸⁷, arraigada e corrente, entre Jundiá e Campinas, ‘numa casa, em que nesta ocasião havia um grande número de pessoas, d’ambos sexos; por ser costume juntarem-se muitos para o trabalho, a que chamam *muchiron*, na linguagem indiana; e assim passam de umas a

⁸⁶ A palavra mutirão (e suas variedades regionais muxirão, muxirã, puntirão, ponxirão, etc.) vem do tupi *motyrõ*, *potyrõ* (m) ‘trabalho coletivo’ ou ‘trabalho em grupo’, reunião para colheita ou construção “que é o auxílio gratuito que prestam uns aos outros os membros de uma determinada comunidade” (NAVARRO, 2013, p. 405).

⁸⁷ ALINCOURT, L. D’. Memória sobre a viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá, etc. **Anais do Museu Paulista**, Tomo XIV, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, p. 253-381, 1950.

outras casas, à medida que vão findando as tarefas: o trabalho consiste em prepararem e fiarem algodão, e fazerem roçados para as plantações. Desta sorte se empregam a gente pobre, nos meses de setembro, outubro e novembro; e as noites passam-nas alegremente com seus toques e folias (CANDIDO, 1979, p. 67, grifo nosso).

O mutirão, conforme esclarece Woortmann (1990), “trata-se de uma troca que não é pensada como trabalho, mas sim como ajuda entre iguais e que será retribuída [...] possui também um significado simbólico” (p. 142). O mutirão contribui para a formação de vínculos comunitários de solidariedade que possibilitam a permanência do modo de vida das populações caipiras.

A condição de “caipira”, segundo Candido (1979) passou a vincular-se com a formação de uma cultura tradicional do homem do campo nas áreas de influencia histórica paulista, de presença étnica multidiversa, cujos traços principais se definem pela satisfação das necessidades mínimas de existência da família e pela constituição de unidades dispersas de convívio, denominadas como bairros (CANDIDO, 1979; SANTIAGO, 2010). Estas populações sertanejas apresentam particularidades culturais e não étnicas no viver e relacionar-se. O *caipira* poderíamos dizer que não se refere a um tipo étnico, mas populações mestiças que receberam a influência de um tipo de vida “no mato”, conectado aos ciclos naturais que regem a disposição e os ritmos dos policultivos familiares. “A bagagem cultural típica dessa população, quer relativa à vida social, quer relativa às atividades materiais ou praticas espirituais, ficaria não pouco da presença indígena” (PETRONE, 1995, p. 374).

Maria Isaura P. Queiróz (1973) em *Bairros rurais paulistas* pesquisou o “sertão itapecericano”, região do Alto Ribeira⁸⁸, entre as áreas que ainda mantinham-se com florestas e uma vida rural considerada mais pobre pelos índices oficiais do poder público, como *locus* remanescente do modo de vida *caboclo* ou *caipira* no Estado de São Paulo em meados do século XX.

Essa região, que dificultava o desenvolvimento de extensas monoculturas, manteve-se quase totalmente florestada mesmo com o avançar da economia agrícola moderna.

Ao contrario do que ocorreu em outras regiões do Estado afetadas pela expansão agrícola, urbana e industrial, estas terras de relevo íngreme e solos propícios a erosão acabaram, durante muitos anos, por dificultar e retardar o

⁸⁸ O sertão de Itapecerica região onde se instalaram as famílias mestiças pertence à área serrana do Vale do Ribeira, Serra do Paranapiacaba, região do Alto Ribeira. No século XX, de 1964 em diante, o sertão itapecericano foi desmembrado em diversos municípios com Itapecerica, Embu, São Lourenço da Serra e Juquitiba passando a fazer parte das delimitações da Região Metropolitana de São Paulo e não deixando de pertencer aos municípios serranos da região do Ribeira.

processo de desestruturação da vida caipira, o que, em outros locais, já ocorria de forma marcante (SANTIAGO, 2010).

As condições de relevo íngreme e solo de ambientes florestais não são favoráveis para a continuidade de monoculturas, pois necessitam da manutenção da mata nativa com os cultivos de espécies diversificadas interagindo na regeneração da vegetação e dos solos.

Pasquale Petrone (1995) já indicava com base em seus estudos nas décadas de 1950 e 1960 que a presença das florestas no sertão de Itapecerica e a manutenção de padrões socioculturais de origem indígena na região do Vale do Ribeira ainda se fazia sentir devido ao não desenvolvimento das monoculturas de cana e café que tombaram florestas e expulsaram populações nativas, situação verificada em quase todo o território do Estado de São Paulo. O freio do desenvolvimento econômico na região foi um fato que manteve as florestas conservadas e as culturas locais autônomas dos núcleos urbanos por um longo período.

A base da produção agrícola destas famílias caipiras sempre foi a mão de obra familiar, vivendo em ranchos, consumindo os produtos que plantavam, vestindo as roupas fiadas e tecidas por eles mesmos, empregando utensílios fabricados em casa (até pólvora e balas poderiam ter fabricação caseira), indo vender em cidades próximas galinhas e leitões, assim como as sobras da produção e trazendo de volta alguns presentes para a família (QUEIRÓZ, 1973). Maria Isaura P. Queiróz (1973) quando se refere à cultura caipira dos bairros rurais do sertão de Itapecerica revela um mundo em que o produtor consome o que produz, não visando o lucro com o cultivo da terra, mantendo técnicas de origem indígenas para o cultivo local e manutenção dos solos, praticas transmitidas de geração a geração que contribuíram para a conservação da Mata Atlântica local.

As atividades de manejo e cultivo de populações caipiras no antigo sertão de Itapecerica, como o que é relatado pelos descendentes caipiras de Ibiúna com os quais trabalhou Cristina Santiago (2010), revelam que havia uma intensa atividade de manejo e cultivo de diversos alimentos nativos das matas para o sustento e manutenção das necessidades da família, reproduzidos por muitas gerações adaptando técnicas criadas ou desenvolvidas pela sensibilidade e experiência do agricultor nativo com os ciclos reprodutivos das florestas.

O manejo do solo agrícola, assim como o manejo da diversidade de espécies nativas, exigia a manutenção da floresta em seus diferentes estágios de sucessão. Além de repor as propriedades do solo no velho campo de cultivo, a capoeira disponibilizava um grande número de espécies frequentemente utilizadas (SANTIAGO, 2010, p. 130).

Buscar compreender ou conceber as muitas dimensões do que poderíamos chamar de “território caipira” não poderia se dissociar do universo simbólico destes lavradores da floresta. Para estas populações, a ligação com os antepassados, raiz familiar que inspirou o cuidado com os filhos, representa a continuidade do valor de um *modo de vida* que se dá na mata manejando espécies e fazendo roça.

Trata-se de um território formado por herança dos antepassados que se constitui pelo patrimônio material e imaterial: a terra, a natureza nela contida que oferece a fartura o alimento e tudo o que é mais necessário para o sobreviver e também o saber necessário para que se mantenha as condições de vida (dos filhos e dos filhos dos filhos) oferecidas por esta natureza, as técnicas, as regras de convívio social: a reciprocidade, a ajuda mutua e, ao mesmo tempo, o respeito a autonomia de cada família [...] “Antigamente vivia de tudo que era da natureza”. “Tirava tudo do mato”. “Ninguém comprava nada, tudo vivia da terra” (SANTIAGO, 2010, p. 109).

Santiago (2010) traz o depoimento das populações caipiras do Alto Ribeira, do município de Ibiúna que tiveram suas terras sobrepostas pelo Parque Estadual Jurupará na década de 1980. A pesquisadora descreve com detalhamento em *Lavradores da Floresta* o modo de vida e o relacionamento destas famílias com a floresta e os cultivos familiares em que se carregava a continuidade do manejo e trato indígena com roças e florestas secundárias, o mesmo uso de ceras, resinas, matérias-primas para cestarias e cordas, ervas medicinais, cultivos de milho tradicionais e outros grãos, tubérculos, hortaliças, frutíferas e variedades de palmeiras nas roças em pousio, além do manejo de muitas espécies nativas.

A floresta, em seus diferentes estágios de sucessão, era a fonte de vida, era todo o recurso que dispunha o lavrador. A ele disponibilizava a caça, as frutas, a lenha, as fibras, as raízes, as resinas, a cera, as madeiras, o mel, as ervas e as essências medicinais, os temperos, enfim toda a matéria-prima necessária [...] A floresta não se dissociava da agricultura, fazia sim parte de uma de suas etapas (SANTIAGO, 2010, p. 121-122).

A “natureza” era o quintal e o espaço doméstico do dia a dia. A floresta, o rio, a chuva, o sol, os animais, a roça e a casa estavam integrados à dinâmica familiar e faziam parte das atividades da vida caipira nos sítios. O cotidiano e o trabalho familiar na roça estavam conectados aos ritmos da natureza gerando e desenvolvendo ritos de interação e diálogo.

[...] o processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, um processo ritual. Além de produzir cultivos, o trabalho produz cultura [...] Não há distanciamento entre humano e natureza, em outros termos não existe uma

natureza em si [...] O mato, a terra, a chuva e o sol são elementos sagrados que estão ao lado do agricultor no processo de produção de alimentos. O camponês trabalha com a ‘natureza’ e por isso dá a ela descanso e agradecimento (BIASE, 2010, p. 112).

Estas populações rurais não concebem os ambientes naturais como fonte indiscriminada de “recursos” para a exploração humana. As atividades de cultivo dos sitiantes caipiras ou “lavradores da floresta” não se dissociavam da mata (SANTIAGO, 2010). As técnicas de cultivo de alimento e a produção de matérias-primas a partir de espécies manejadas se renovavam e se desenvolviam com valores simbólicos que inspiravam práticas e crenças de conservação das espécies florestais.

[...] os lavradores tradicionais tinham a exata noção da importância da conservação e praticavam o manejo dos recursos naturais [...] Eles também exploram, por séculos, terras “impróprias” à agricultura, sem sinais de esgotamento do solo, erosão e assoreamento dos rios. Não utilizam fertilizantes químicos e tão pouco defensivos agrícolas para manter a lavoura; selecionaram e conservaram durante centenas de anos diversas variedades de espécies agrícolas (SANTIAGO, 2010, p. 127).

Segundo alguns autores da ecologia histórica, a presença de espécies frutíferas, melíferas e de uma maior fonte de alimentos nativos em florestas secundárias originárias de roças, as capoeiras ⁸⁹, conduz consequentemente a uma maior ocorrência de espécies animais que contribuem para a polinização das espécies vegetais e dispersão das sementes influenciando na regeneração das florestas e na ampliação da biodiversidade (POSEY, 1999; DESCOLA, 2000; BALÉE, 1998, 2000, 2006). Por muito tempo nas áreas florestais do Vale do Ribeira, a manutenção dos “quintais agroflorestais” das famílias de sitiantes garantiam o sustento da família e a conservação das espécies nativas, pois o cultivo e manejo de plantas contribuía para a diversificação de espécies e melhoramento das sementes.

As plantas antigas e as suas variedades eram conservadas pelas suas diferentes características, fossem relativas a aspectos culinários ou de resistência a pragas, doenças e determinadas condições climáticas. Os grãos ou ramas (clones) utilizados para o plantio eram obtidos a partir da seleção das melhores plantas da colheita anterior (SANTIAGO, 2010, p. 138).

⁸⁹ Do tupi *ka'apûera*, de *ka'a* ‘mata’ e *pûera*, adjetivo que indica o tempo passado (em tupi e em outras línguas indígenas o tempo é nominal), significa ‘aonde era mata’ (madura) (NAVARRO, 2005, p. 108-109), ou seja, sucessão secundária de recuperação em áreas que eram mata se tornaram roça e estando em pousio, ocorrem espécies da sucessão secundária.

O manejo e plantio de espécies como araucárias, palmeiras (juçara, pupunha), os diversos usos do jerivá e espécies frutíferas nativas complementavam a alimentação da família e da criação animal no ritmo de cada ciclo sazonal. “Tendo conseguido elaborar formas de equilíbrio ecológico e social, o caipira se apegou a elas como expressão da sua própria razão de ser, enquanto tipo de cultura e sociabilidade” (CANDIDO, 1979, p. 82). Estas atividades antropogênicas dos caipiras nas áreas florestais do Estado de São Paulo são a continuidade e desenvolvimento de um relacionamento de longuíssima duração ⁹⁰ entre as populações humanas e as florestas que hoje são remanescentes.

Podemos ainda encontrar nas áreas mais conservadas de municípios como Jquitiba e São Lourenço antigos moradores que rememoram a diversidade faunística deste tempo e a abundância de alimentos. Esta abundância correspondia a procedimentos de respeito e interação com os ciclos dos seres vivos da floresta.

[...] O não desperdício está relacionado a princípios éticos em relação a natureza: caçar só para alimento; nunca matar um animal com cria; matar só o que se pode carregar, cortar da floresta só o que for usar, sempre na mingunte pra num carunchá, e queimar apenas o trecho que vai ser utilizado na lavoura eram condutas exigidas de um homem de bem” (SANTIAGO, 2010, p. 136).

Esta organização da produção era suficiente para alimentar cada família e para deixar uma sobra mais que razoável, que era trocada na cidade por produtos que não eram produzidos. Os bairros do sertão se organizavam por laços coletivos, relações socioculturais que davam forma ao que Antonio Candido (1979) chamou de “civilização caipira” que povoou os arredores e interiores do Estado de São Paulo.

O povoamento característico do caipira foi sempre o bairro rural, “estrutura fundamental da sociabilidade caipira” (CANDIDO, 1979, p. 81), o bairro rural tornou-se o “agrupamento básico, a unidade por excelência da sociabilidade caipira” (CANDIDO, 1979, p. 98). Enquanto estrutura fundamental foi por meio do bairro rural que o caipira elaborou formas de equilíbrio ecológico e social, às quais se apegou “como expressão da sua própria razão de ser enquanto tipo de cultura e sociabilidade” (CANDIDO, 1979, p. 107). O bairro rural é uma unidade social de pequenos proprietários sitiantes, onde se encontram traços de solidariedade e laços de parentesco e vizinhança. Para Candido (1979) constitui-se uma base territorial que

⁹⁰ Aqui nesta expressão buscamos reforçar que muitas das atividades de cultivos das populações caipiras já eram praticadas na região desde a pré-história por populações das mais diversas origens, que viveram ou transitaram nas serras e vales da região do Ribeira num transcurso de milênios.

pelo sentimento de localidade se fundamenta não apenas pela posição geográfica mas também pelo intercambio entre as famílias e as pessoas.

Os bairros se originavam muitas vezes da multiplicação de uma família nuclear, ou da justaposição de parentes [...] com efeito. O ‘bloco familiar’ era um prolongamento da família nuclear, isto é, a vizinhança imediata de membros da mesma família, formando dentro do grupo, um subgrupo coeso e mais disposto à solidariedade vicinal, mergulhando ambos no sistema mais incisivo do bairro, que determinava as relações básicas (CANDIDO, 1979, p. 204).

Queiróz (1973) considera o bairro rural uma reunião de famílias que desenvolvem uns com os outros relações expressas de ajuda mútua. Apesar da figura do fazendeiro estar presente no bairro rural e representar uma separação do sitiante, os bairros se organizam mais por relações sociais comunitárias. As populações dos bairros rurais do sertão de Itapecerica até meados da década de 1970 mantiveram padrões de vida autônomos nas regiões que hoje formam o Vale do Ribeira. “Tratava-se de pequenas famílias produtoras autônomas e independentes em seu trabalho que marcaram na região do sertão itapecericano a resistência de um modo de vida caipira com um alto grau de autossuficiência econômica e pequena utilização do sistema monetário vigente” (QUEIRÓZ, 1973, p. 98). A autonomia do sistema urbano mantinha as famílias e a vizinhança dos sítios nas dinâmicas cotidianas e culturais de ajuda mútua para lavrar a terra e produzir para as necessidades básicas. As condições que possibilitavam a manutenção das populações caipiras com um “nível de vida satisfatório utilizando técnicas tradicionais de cultivo e produção freou a introdução de inovações técnicas em desenvolvimento com a expansão das monoculturas no Estado de São Paulo” (QUEIRÓZ, 1973, p. 99). “Esta maneira de viver das sociedades tradicionais mestiças integra-os na agricultura de subsistência familiar que sempre existiu no Brasil, onde surgira acompanhando a grande lavoura de exportação, da qual sempre fora complementar” (CANDIDO, 1979, p. 79).

Em se tratando da produção policultora dos sitiantes, autores como Candido (1979) e Queiróz (1973) pontuam a autonomia de seus sistemas de produção que complementam tanto a economia dos monocultores quanto a economia urbana se desenvolvendo e se mantendo paralelamente a ambas. Deste modo, o caipira sitiante circulava e tinha autonomia ao se relacionar com a cidade. A cidade para o sitiante caipira possibilitava a complementaridade e a troca, fornecendo alimentos e trazendo alguns produtos não produzidos pela família. O tropeirismo era responsável pelo intercambio dos produtos do sertão com a cidade.

Nos primeiros quartos do século XX [...] no sertão de Itapecerica, aquela época Juquiá, Laranjeiras, São Lourenço, Capela Nova, atual Juquitiba, MBoy-Guassu e Boy ou MBoy, atual Embu, produziam-se principalmente os seguintes gêneros: milho, arroz, batata, feijão, mandioca (farinha), frangos, ovos, carne suína, toucinho salgado e palmito [...] Para que essa produção chegasse a Itapecerica e aos mercados de Santo Amaro e de Pinheiros, necessária era a existência de animais de carga (muare), pois o transporte em carros de boi naquele período era impraticável, tendo-se em vista quase a inexistência de estradas. Poucas permitiam o tráfego de carros de bois, pois eram simples caminhos e trilhas. [...] O trajeto de ida para Itapecerica levava de sete a oito dias [...] Essa mesma tropa voltava pra o ‘sertão’ transportando açúcar, sal, café, pólvora e fazendas. Essas tropas arreadas eram compostas em media por oito a dez animais carregados. Às vezes, o seu proprietário as conduzia a pé para os mercados consumidores e outras vezes montado a cavalo. [...] Os tropeiros itapecericanos contavam com uma rede de ‘pousadas’ ou ‘ranchos’, para o descanso da tropa e tropeiros [...] em sítios de famílias que residiam à margem daquelas trilhas [...] sendo cobrados somente o aluguel das pastagens e o pouso, a alimentação era preparada por eles mesmos (OLIVEIRA, 2004, p. 22-23).

Já na primeira metade do século XX, entretanto, o interior paulista se encontrava cada vez engolfado pela “agricultura moderna” onde amplas áreas cobertas por florestas iam dando lugar a monoculturas. Desde o final do século XIX, “os elementos discursivos [eram] em torno da modernização, do progresso, da superação do atraso, da civilização, da integração dos sertões [...]. Construir o país é levar civilização aos sertões, ocupar o solo é subtrair os lugares da barbárie” (SANTIAGO, 2010, p. 69).

As monoculturas de café levaram à quase total devastação dos mosaicos florestais do interior paulista e das culturas rurais que haviam se estabelecido no sertão (CANDIDO, 1979). Nesse contexto de derrubada das florestas interioranas e predomínio de monoculturas por amplas áreas, as populações Jê que se mantinham ocupando o interior de São Paulo foram sendo expulsas e no caso de resistência sofriam o extermínio. Segundo Monteiro (2001), ocorria amplamente “a destruição dos Kaingang nos sertões que se transformavam rapidamente em cafezais e nas terras ‘desocupadas’ que valorizavam da noite para o dia com a implantação das estradas de ferro” (p. 10). Com o aval dos governos se expandiam as áreas devastadas por companhias e grandes latifundiários, responsáveis por manter milícias policiais privadas para a “limpeza” dos sertões de qualquer resistência ao domínio privado.

A usurpação de terras públicas nos limites mais distantes da Mata Atlântica foi, até o final, uma atividade assassina. ‘A terra encharcada de sangue é terra boa’, observou um bem sucedido negociante de fazendas. Os cadáveres eram principalmente de homens pobres – pistoleiros contratados e pequenos produtores. Os sobreviventes nativos das últimas e brutais emboscadas eram arrebanhados pelo Serviço de Proteção ao Índio, sucessor secularizado dos

missionários capuchinhos do império, e colocados em algumas reservas minúsculas, pontos de passagem para a ‘aculturação’ e a extinção. [...] O Estado brasileiro prosseguia assim, na região da Mata Atlântica, sua abominável tradição de abdicar da responsabilidade e recompensar a vilania” (DEAN, 2004, p. 255).

Para as populações indígenas e tradicionais resistentes restaram apenas a fuga para as áreas mais afastadas, que se tornavam mais raras, regiões de difícil acesso e impossibilitadas para o estabelecimento de monoculturas. Assim, ocorriam migrações silenciosas para regiões ainda conservadas com a esperança de que a “chegada da civilização” ainda tardaria.

5. A “EROSÃO” DOS AMBIENTES NATURAIS E DAS CULTURAS LOCAIS: A AGRICULTURA MODERNA E AS RESTRIÇÕES À AGRICULTURA NATIVA

Muitos empresários do campo no mundo vieram praticando modelos de produção e comercialização fundamentados na agricultura moderna que aboliu o saber camponês tradicional para incorporar um pacote tecnológico de produção das corporações do setor agroquímico. Dentro do campo, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, este pacote foi adotado como solução para todos os problemas da agricultura. Tratava-se de convencer os agricultores com capital para investir em suas propriedades, que as crises mundiais como a fome e a ampliação da demanda por alimentos, no ritmo vertiginoso do crescimento populacional nas cidades, só seriam resolvidos com a adoção destas novas tecnologias que garantiam aumento da produção e retorno econômico rápido. Deste modo, o modelo de crescimento vigente fundamentado na distribuição desigual de renda ocultava-se e o campo era legitimado como extensão da cidade. Em pouco tempo, os elevados custos para a manutenção de monoculturas, insumos e pesticidas contribuíram para a devastação cada vez maior de ambientes naturais com a “abertura” de novas áreas de produção que pressionaram o deslocamento de milhões de camponeses e comunidades tradicionais de suas terras, promovendo o inchaço urbano nas últimas décadas.

Esta tendência de predomínio das monoculturas de exportação sobre as áreas naturais fazendo ruir o modo de vida das populações rurais se alastrou na Europa e em muitas partes do mundo. Max Weber (1984) em *Capitalismo e sociedades rurais* já alertava no início do século XX que,

[...] não devemos esquecer que a fermentação da cultura capitalista moderna está ligada ao consumo incessante dos recursos naturais, para os quais não há substitutos. O conflito entre o capitalismo e a tradição tem agora conotações políticas, pois se o poder econômico e político passam definitivamente para as mãos do capitalista urbano surge a questão de se os pequenos centros rurais, com sua cultura social peculiar, entrarão em decadência, e as cidades, como as únicas depositárias da cultura política, social e estética, ocuparão todo o campo de batalha. *Os milhares de anos do passado representados por um modo de vida lutam contra a invasão capitalista presente* (WEBER, 1984, p. 22, grifo nosso).

No Brasil, o modelo desenvolvimentista alicerçado a partir das décadas de 1950 e 1960 gerou projetos de ampliação do sistema viário interligando o campo e a cidade, atravessando vastos territórios e trazendo consigo a expansão da urbanização acelerada e sem planejamento que integrou as famílias originárias do campo no novo padrão de ocupação do território.

Desde o início do século, a expansão do modelo de monoculturas de exportação no Estado de São Paulo produziu um abalo sério entre a diversidade de culturas rurais com o desaparecimento de povoados antigos das populações sertanejas em muitas regiões do interior paulista (CANDIDO, 1979).

Com o avançar do século XX, todo o amplo quadro da devastação natural e de sociedades humanas é o resultado imediato do modelo de desenvolvimento vigente que excluiu de suas atividades racionalizadas de acumulo e produção o respeito à vida. Nas ambiciosas previsões de crescimento econômico sem limites é comum não se levar em consideração o custo real dos impactos sociais e ambientais. O poder social e a ideologia que o sustenta impedem de entrever as muitas lições que já foram tiradas da experiência por se confundir rentabilidade privada com o avanço da sociedade (DEAN, 2004).

O caráter exploratório, expansivo, atendendo a interesses exógenos, essencialmente comerciais e o trabalho escravo, bases da formação do Brasil, imprimem, em um processo histórico, características próprias na relação sociedade-natureza, e que são intrínsecas à forma de atuação do Estado. Assim, a devastação, o desrespeito aos modos de vida que se diferenciem da racionalidade europeia, o atendimento aos interesses hegemônicos e o autoritarismo tornaram-se marcas das políticas territoriais do Estado (SANTIAGO, 2010, p.49).

As instituições do Estado brasileiro, desde o início, se fundamentavam nos ideais de modernização e progresso contribuindo para a construção de um imaginário negativo a respeito da natureza e das populações que habitavam os ambientes naturais conservados. Os objetivos destas instituições eram executar os projetos do governo de “(re)ocupar o sertão, civilizar o sertão” (SANTIAGO, 2010, p. 73) e se redefinir os largos espaços devastados anexando-os como territórios da civilização.

A grande velocidade com que as matas paulistas eram derrubadas transformando-se em combustível para as locomotivas e os problemas da devastação e exploração predatória dos recursos naturais [...] visava imprimir uma modernização racionalizadora ao Estado, o que contemplava a tendência crescente de especialização das ciências que acompanhavam o processo de modernização. *É sob essa base científica e histórica que foram instituídas as diretrizes governamentais de exploração e proteção da natureza no Estado de São Paulo [...]* A ‘remota preocupação’ com as matas do Estado não impediu a devastação dos seus biomas originais. O Cerrado e a Mata Atlântica, que originalmente cobriam respectivamente cerca de 20%

e 80% do território estadual, reduziram-se a aproximadamente 1% e 17% ⁹¹ do território estadual (SANTIAGO, 2010 p. 73-74, grifo nosso).

Por muito tempo a forte presença do etnocentrismo europeu, como herança colonial nas instituições do Estado brasileiro, se manifesta no tratamento dado às vegetações nativas e aos diferentes meios de vida das populações que nelas habitam, partindo sempre do pressuposto de que as economias indígenas e caipiras são pobres ou atrasadas por não praticarem o princípio do acúmulo através do cultivo sem limites das terras que ocupam. Nos procedimentos e trato com as populações sertanejas “o caipira era qualificado como vadio, sem pressa, sem preocupação com o trabalho e com a acumulação” (SANTIAGO, 2010, p. 72).

No imaginário nacional citadino e entre os empresários do campo se construiu uma concepção de agricultura legitimada pela exploração sem limites da terra, esta se tornou inclusive a prerrogativa declarada em se tratando do que ideologicamente se considera para o direito a terra de populações tradicionais ou povos nativos. Amplas áreas de floresta conservadas por populações nativas são geralmente vistas como “desperdício” ou “atraso”, enquanto a produção extensiva e intensiva se tornou no imaginário colonizado sinônimo de progresso. Dentro das dimensões burocráticas e ideológicas das instituições,

[...] o que era classificado como ‘sertão caipira’ e território indígena [...] o primeiro ligado à ideia de interior de fraco desenvolvimento, contrário à modernidade, argumentando que a cultura caipira precisava ser erradicada para que o desenvolvimento pudesse se concretizar. O segundo, território ainda desconhecido, precisava ser mapeado e seus ocupantes catequizados e eliminados [...] ser do interior, ser caipira, significava ser o símbolo do ‘atraso’ da indolência, da falta de pressa; aos indígenas, restaria a memória de que eram ‘ferozes’, ‘traíçoeiros’ e inimigos do avanço da moderna civilização [...] legitimou-se a devastação florestal no Estado de São Paulo, bem como a quase extinção das culturas tradicionais (SANTIAGO, 2010, p. 72-73).

Esta ideologia e comportamento etnocêntrico se tornaram comuns entre os técnicos e outros especialistas, formados nos padrões e normas de vida da cidade, que vinham registrar as condições e potencialidades do sertão. Não era raro, porém, que muitos técnicos, desconhecendo as áreas que iam percorrer, necessitassem constantemente do auxílio e orientações dos nativos, conhecimentos locais que longe de serem reconhecidos eram

⁹¹ Santiago (2010) trás dados de 2010, “último inventário florestal realizado para o estado de São Paulo concluído em 2010” (p. 74), sendo que a FUNDAÇÃO SOSMA; INPE (2018) atualizaram os dados das áreas remanescentes da floresta atlântica no Estado de São Paulo para 8,5%. Ver notas 43 e 97.

desconsiderados completamente (SANTIAGO, 2010). Os técnicos e funcionários de instituições privadas e públicas comumente agiam com arrogância no contato com estas famílias roceiras. As atitudes correspondiam a um tratamento e procedimento rotineiro que oficializava discursos de não reconhecimento dos direitos destas populações (CANDIDO, 1979).

A tradição colonial que se sedimentou na história e memória nacional contribuiu para inferiorizar e anular as raízes locais, “o que é da terra” e seus saberes. Por muito tempo se ignoraram as práticas de cultivo e manejo das florestas e de outros ambientes realizado por estas populações, parte de um saber tradicional que junto com as matas veio sendo expurgado e esquecido.

[o caipira] quando não se fez cidadão, foi progressivamente marginalizado, sem renunciar os fundamentos da sua vida econômica e social. Expulso de sua posse, nunca legalizada; despojado de sua propriedade, cujos títulos não existiam, por grileiros e capangas – persistia como agregado, ou buscava sertão novo, onde tudo recomençaria. Apenas recentemente se tornou apreciável a sua incorporação à vida das cidades, sobretudo como operário (CANDIDO, 1979, p. 82).

A expansão progressiva do domínio da civilização moderna coincidia com a situação histórica de não reconhecimento do direito à terra, forçando em muitos casos o deslocamento das populações nativas dos territórios integrados ao sistema de produção predominante. Com o fortalecimento da organização e controle dos territórios “públicos” e privatizados se impunha com a força das armas e da escrita oficial, o *apagamento* das identidades regionais inferiorizando-as e anulando-as da memória das gerações seguintes.

A rusticidade dos caboclos talvez fosse a melhor prova de sua força: abandonados e oprimidos por um governo que se recusava a reconhecer o seu direito à terra, não obstante sobreviviam, multiplicavam-se e enfrentavam a floresta que aterrorizava imigrantes e o povo da cidade. O caboclo teimoso era o herói do ensaísta Alberto Torres, que argumentava em favor do conservacionismo a partir de perspectivas muito diferente da de cientistas como Alberto Loefgren e Hermann Von Ihering. Torres [...] foi um crítico do impulso à exportação que exaltava valores e atitudes estrangeiros. Considerava-o imprudente e oportunista, garantir ganhos imediatos às custas das futuras gerações [como a] especulação que acompanhava a difusão do café. [...] “Nossas florestas”, queixava-se, são “tão levemente devastadas nesse afã de ir estendendo populações aventureiras e empresas capitalistas, que lastram, como pragas devastadoras, por todo o território – sem amor pela

terra nem interesse pelo futuro humano” (TORRES ⁹², 1938, p. 213, apud DEAN, 2004, p. 259).

Em discursos e textos oficiais de história local é muito comum se demarcar o “início da história” dos “novos” territórios à data comemorativa de fundação do município ou da construção de algum monumento da civilização sobre as terras “desbravadas”. Podemos observar que se deu continuidade no Estado brasileiro aos mesmos fundamentos da dominação colonial, com os sertões sendo tendenciosamente mapeados como áreas “desocupadas”, *terra nullius* ⁹³. O Estado brasileiro, desde sua fundação, não legitimou o direito destas populações às terras que habitavam, ao contrário, seguindo os mesmos procedimentos da política colonial (SANTIAGO, 2010; BALÉE, 1998, 2008), as fortes investidas rumo ao interior marcaram a continuidade da violência da conquista pelo domínio, massacre e expulsão das populações nativas.

Desde as primeiras décadas do século XX mudanças significativas estavam em curso com o avanço da urbanização, particularmente na metrópole paulista primeiramente com a riqueza derivada da produção cafeeira e ao processo de industrialização que se seguiu. O grande crescimento populacional nas décadas seguintes fez com que dobrasse a área urbanizada da cidade de São Paulo. No meio do século o crescimento da mancha urbana e o desenvolvimento industrial começavam a atingir os mananciais e a pressionar os limites da cidade com as áreas rurais (SANTORO et al. 2008).

O avanço dos empreendimentos rumo às áreas com “recursos” forma, dentro deste contexto, mudanças significativas ao por em curso projetos que aproximavam os sertões da cidade. O sertão de Itapequerica começa a receber projetos de exploração de recursos destinados ao abastecimento do intenso crescimento em curso. Empreendimentos da CBA (Companhia Brasileira de Alumínio) se estabelecem entre as décadas de 1950 e 1960 nos municípios de Miracatu, Juquitiba e Ibiúna, enquanto o Grupo Votorantim passou a se interessar e investir nos abundantes recursos hídricos para a geração de energia elétrica em suas indústrias de alumínio e tecido (SANTIAGO, 2010).

Estas grandes companhias promoveram a abertura de estradas entre os limites de Ibiúna, Miracatu e Juquitiba com a implantação da Usina Hidrelétrica do França na década de 1950 e da Usina Hidrelétrica da Fumaça em 1960. Estas usinas tinham o objetivo de sustentar a

⁹² TORRES, A. **As fontes da vida no Brasil**. Rio de Janeiro, p. 10-14, 1915. In: _____. **O problema nacional brasileiro**. 3a. ed., São Paulo, [1914] 1938.

⁹³ Refiro-me ao conceito de *terra nullius*, ‘terras desabitadas’ ou ‘terras vazias’, que William Balée (2008) evoca como tratamento dado as terras das populações nativas pelos colonizadores europeus e que se manteve na formação do Estado brasileiro.

produção das companhias, sendo que o acesso a energia elétrica pelas populações do sertão só ocorreu muitas décadas depois quando puderam contar com programas governamentais. No centro mais urbanizado de Itapecerica da Serra, entretanto, a energia elétrica foi instalada nos últimos anos da década de 1950 (SANTORO et al. 2008).

As estradas construídas no sertão de Itapecerica pelas companhias facilitavam o fluxo de caminhões e a circulação interna. No cotidiano das populações que viviam próximas a essas novas rotas trafegáveis, os antigos caminhos dos tropeiros passavam a ser substituídos (SANTIAGO, 2010), enquanto o novo acesso contribuía para transformar significativamente o relacionamento dos moradores com a cidade.

Este processo também mobilizou, entre 1958 e 1961, a concretização do projeto desenvolvido pelo governo federal de abertura e pavimentação da Rodovia Regis Bittencourt – BR-116 ligando São Paulo a Curitiba, atravessando e interligando os sertões para o acesso ao Vale do Ribeira.

Durante o banquete oferecido ao Senhor vice-governador [...] em regozijo pela conclusão do asfaltamento do ‘Circuito de Itapecerica da Serra’, o Senhor Doutor Renato Nogueira, Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no uso da palavra, fez uma sensacional revelação que causou o maior entusiasmo no seio da população local. Revelou o ilustre engenheiro, que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, liberou a enorme importância de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) sobre a qual, o governo do Estado, colocará mais Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) para a construção da Estrada São Paulo – Curitiba, via litoral, passando por Itapecerica, Jucituba e Miracatu. Essa estrada teve seus estudos já concluídos e terá início em princípios do ano vindouro. Fácil é de se avaliar a importância dessa obra e o desenvolvimento que a mesma trará a nossa região, e a zona do litoral do Estado (ARQUIVO MUSEU DA MEMÓRIA, out. 1956).

No mesmo ano já tinha sido noticiado pelo mesmo jornal “o espírito bandeirante” que avançava promovendo a urbanização e o desenvolvimento com a expansão da energia elétrica para os bairros e distritos de Itapecerica e a pavimentação das ruas que interligam o centro de Itapecerica a São Paulo.

Um dos acontecimentos mais marcantes do presente governo paulista [governador Jânio Quadros] foi sem dúvida a concessão do empréstimo pela Caixa Econômica, com o fim de possibilitar meios para a pavimentação das *estradas de rodagem, que são as veias por onde circula o sangue da produção do grande Estado bandeirante* [...] os itapecericanos darão adeus aos atoleiros que são as chamadas estradas, ninguém sentirá saudades (ARQUIVO MUSEU DA MEMÓRIA, set. 1956, grifo nosso).

Por muitas áreas do Estado de São Paulo, a repercussão do desenvolvimento de estradas e de indústrias ampliando a influencia do ritmo produtivo das cidades acelerava o desaparecimento de inúmeros ambientes e paisagens florestais. A expansão do modo de vida e das relações de poder econômico urbano iam se compondo conforme também ocorria a multiplicação dos municípios, como novos centros administrativos de governo. Estes centros iam se constituindo com a oficialização da ocupação dos territórios através de uma progressiva organização do Estado e do país (SANTIAGO, 2010).

A “emancipação” de muitos municípios “rurais” tem origem na política de multiplicação de sedes administrativas para ampliar o controle da zona rural segundo uma perspectiva moderna. Organizados de fora e dotados de uma aparelhagem estranha ao mundo rural, funcionam segundo normas que são muitas vezes opostas às maneiras de ser tradicionais da região (QUEIRÓZ, 1973). As unidades administrativas avançaram e proliferaram “trazendo aos sitiantes práticas e comportamentos oriundos de um universo social e de uma concepção da existência completamente diversa daquele que espontaneamente se construía no interior dos bairros rurais” (SANTIAGO, 2010, p. 84).

A fundação do município de Juquitiba em 1964, desmembrando-se de Itapecerica da Serra, se sobrepôs oficialmente à antiga vila da Capela Nova da Bela Vista do Juquiá como um fator externo resultado do desenvolvimento da capital paulista e da região que a circunda no contexto da pavimentação da BR-116. A criação de Juquitiba aproxima a administração publica dos habitantes das terras do novo município, “retirando uma série de sitiantes da jurisdição de Itapecerica (município demasiadamente vasto)” (QUEIRÓZ, 1973, p. 125) e possibilitando maiores condições de controle para o gerenciamento do território e da vida local.

Em todo o Estado de São Paulo com o transcorrer de poucas décadas cresceu de forma espantosa o predomínio do modo de vida organizado segundo a lógica urbana atingindo, inclusive, áreas que eram inacessíveis. Dentro dos sertões do interior paulista áreas recentemente devastadas para atender a crescente necessidade de carvão vegetal eram quase que contiguamente sobrepostas pela grande propriedade agroexportadora. Processavam-se drásticas transformações das paisagens para a transformação de vilas e bairros rurais em subúrbios de novas cidades (QUEIRÓZ, 1973). O Estado, visando medidas de controle, aprova em 1967 “a primeira lei regulando o uso do solo na zona considerada rural, quando a metrópole já havia alcançado uma mancha de aproximadamente 745 Km²” (SANTORO et al. 2008, p. 40-41).

O desaparecimento das florestas ia se concretizando no novo espaço civilizado, as florestas foram se restringindo às áreas menos propícias à atividade agroexportadora de monoculturas como as áreas serranas do Vale do Ribeira e a Serra do Mar. Porém, mesmo não sendo atingido pelas monoculturas de cana e café, o Vale do Ribeira integrava-se progressivamente aos modelos dominantes de organização e gestão dos territórios. A abertura de estradas pavimentadas entre as décadas de 1950 e 1960 cortando os sertões aproximou as cidades das fontes sertanejas de recurso. A supervalorização da extração do carvão vegetal após a Segunda Guerra Mundial vinculada às políticas desenvolvimentistas que projetaram a BR-116 (São Paulo – Curitiba) trouxe alterações consideráveis a este antigo modo de vida dos bairros caipiras em regiões como o Alto Ribeira.

Dentro das necessidades urbanas de recursos, as florestas do sertão de Itapecerica representavam fontes abundantes de carvão. A exploração da mata para a produção de carvão, entre as décadas de 1950 e 1970, desviou muitas famílias sitiantes da lavoura e provocou a queda da produção de alimentos e o empobrecimento do solo graças à derrubada da mata pelos carvoeiros. Muitos sitiantes independentes, diante do esgotamento de suas terras, sem possibilidades de arrendamento para plantar alimentos, não tiveram alternativa senão se empregar como carvoeiros tornando-se empregados assalariados. O carvão criou na região a categoria do trabalhador miserável do campo e sua família de carvoeiros totalmente dependentes das condições de vida impostas pelo patrão, que paga o que quer pelo carvão e impõe o preço dos mantimentos em seus armazéns. O carvão trouxe a miséria, ao mesmo tempo em que decaía a produção de alimentos e quebravam-se as relações de solidariedade para o cultivo da lavoura (QUEIRÓZ, 1973). Deste modo, a expansão da prática do carvão trouxe sérias consequências ao modo de vida dos sitiantes do sertão de Itapecerica,

Com a produção de carvão, o negociante de carvão passa a ser a primeira força de dominação econômica urbana que surge no sertão de Itapecerica, sua atuação faz o sitiante passar de autônomo para uma situação de subordinação, é nesta fase que a vida do sitiante se degrada. [...] o ponto extremo, a existência de famílias de carvoeiros dentro da floresta em que a subordinação ao regime econômico urbano é total (QUEIRÓZ, 1973, p. 114).

As experiências de miséria e dependência destas famílias durante a economia exploratória dos carvoeiros chegavam a situações drásticas de penúria. O valor e a importância da roça de subsistência tornavam-na, entretanto, claramente garantia de autonomia para o sustento da família. Queiróz (1973) identificava, no transcorrer da década

de 1960 nos bairros rurais do município de Juquitiba, que a roça era o elo da sobrevivência e da resistência de um modo de vida que buscava por todos os meios se manter autônomo.

O exemplo vivido pelo carvão fez com que muitos sitiantes deixassem de se dedicar exclusivamente a esta prática para manter os policultivos que garantiam a subsistência da família, a roça é assim a garantia da retaguarda: seus produtos dão ao sitiante a certeza de que não morrerá de fome. A famosa inércia de que sempre foram acusados os caipiras, que se agarravam ao antigo modo de vida que suas roças possibilitavam e, ainda hoje, a persistência dos valores básicos de trabalho autônomo e de sua situação econômica independente possibilitava a resistência de um modo de vida da população do sertão, que foi se adaptando às mudanças sócio-econômicas da capital e da região utilizando as possibilidades do meio para resguardar seu gênero de vida. [...] Estamos desmentindo a interpretação de “isolamento” e de “marginalidade” da população caipira que produzia seus excedentes e supria a capital de alimentos [...]. À medida que a cidade se alargava e impunha aos seus arredores periféricos seu ritmo, a atividade comercial do sitiante foi passando de independente para subordinado. Não é mais ele que comanda o preço do produto com suas tropas mensalmente abastecendo a cidade, mas o negociante proprietário de caminhão que vem até ele subordinando-o à economia urbana. [...] mesmo diante de abalos constatamos também nos bairros rurais que os sitiantes procuram por todos os meios se contrapor ou se adaptar a seu modo às transformações porque passa a região. *Até a década de 1970 o sertão de Itapecerica pôde ser definido como uma região com predominância de sitiantes tipo tradicional* (QUEIRÓZ, 1973, p. 112-113, grifo nosso).

Mesmo resistindo com suas roças familiares, as condições de autonomia anteriores foram se diluindo com as novas condições de relacionamento com as cidades. As cidades por um bom tempo dependeram da produção dos roceiros do sertão e não podiam, de maneira alguma, dispensá-los.

Entretanto, novas relações se configuravam nos sistemas urbanos ganhando autonomia das roças dos sitiantes “sendo alimentada por produtos vindos até de outros países” numa fase “em que a policultura cede o passo a uma monocultura mecanizada e efetuada em grandes conjuntos” (QUEIRÓZ, 1973, p. 131). Através de novos intermediários, ou “atravessadores”, a cidade estende suas condições e ritmos às famílias sitiantes.

Os moradores “vendeiros” do sertão de Itapecerica, descritos por Queiróz (1973), se tornaram os intermediários das roças e do carvão nas transações entre o sertão e a cidade, compuseram um novo quadro social em que o sitiante deixava de possuir autonomia na troca ou venda da sua produção. Os “vendeiros” foram em geral aqueles que não apenas sobrenadaram na crise que avassalou a região, com isso puderam tirar proveito da situação para se elevar na escala social.

[...] o sitiante não precisa mais ir a nenhuma das cidades dentro ou fora do sertão para as suas trocas: o intermediário vem até ele [...] o sertão ia à cidade e então era dela independente; atualmente, a cidade vem ao sertão, por meio dos intermediários, das novas estradas, dos padrões no regime de trabalho assalariado, dos caminhões que vem diretamente abastecer as vendas, mas o sitiante então não é mais independente, está subordinado à economia urbana e regional (QUEIROZ, 1973, p. 113).

No interior paulista e paulatinamente nas áreas mais conservadas em que as monoculturas não se desenvolveram, o bairro rural foi se fragmentando em níveis de vida diferentes com o distanciamento da vida comunitária.

As relações sociais dentro do bairro e entre bairros alteraram-se, tendo como primeiro indicador *a extinção dos mutirões, representando uma significativa desestruturação da organização social anterior*. Pois, era por meio dele que se estabeleciam, em grande parte as relações de terra, trabalho e família numa escala que ultrapassava o núcleo familiar, era através dele, principalmente, que se davam as relações de reciprocidade (SANTIAGO, 2010, p. 189, grifo nosso).

Assim, vários elementos da vida tradicional vão se desfazendo conforme os bairros com o passar dos anos se transformam e se adaptam a formas de ocupação suburbana. Amplia-se entre as populações do sertão o alcance das novidades da cidade, que em São Paulo se ligou ao progresso industrial (CANDIDO, 1979), multiplicando bens de consumo próprios do modo de vida urbano ocidental.

Surgem assim para o caipira necessidades novas, que contribuem para criar ou intensificar os vínculos com a vida das cidades, destruindo a sua autonomia e ligando-o estritamente ao ritmo da economia geral, isto é, da região, do Estado e do País, em contraste com a economia particular, centralizada pela vida de bairro e baseada na subsistência. Doravante, ele compra cada vez mais, desde a roupa e os utensílios até alimentos e bugigangas de vários tipos; em consequência precisa vender mais. Estabelece-se desse modo, uma balança onde avultam receita e despesa (embora virtuais) – elementos que inexistiam na sua vida passada. Por outras palavras, surgem relações compatíveis com a economia moderna, que o vai incorporando à sua esfera (CANDIDO, 1979, p. 165).

A vida familiar nos sertões do estado paulista é reorganizada conforme se configuram as novas formas trazidas pela organização urbana. Alteram-se profundamente as relações de trabalho sazonal que passam a atender os ritmos das demandas exigidas pela organização moderna da produção, começam a se definir formas de produção mais especializadas com o objetivo exclusivo da venda e não como alimento da família (BIASE, 2010). Assim, começa a

predominar em muitas áreas rurais a situação em que o sitiante, o caipira, passa a abandonar a antiga policultura para se especializar em um único produto, “que merece todos os seus cuidados e que ocupa a quase totalidade de suas terras completado por uma rocinha de subsistência, subsidiária do produto principal” (BIASE, 2010, p. 126). Esta condição de especialização no campo transforma gradativamente o sitiante autônomo em agricultor especializado (QUEIRÓZ, 1973; BIASE, 2010), o policultivo familiar não é mais o centro das atividades, mas sim o produto para a venda.

Nas regiões em que as monoculturas predominam, a roça desaparece e o espaço produtivo especializado ocupa todos os espaços com um único item, todos os víveres que a família produzia agora se compram abdicando-se do “alimento da terra” e adquirindo o hábito de consumir o “alimento mercadoria” (BIASE, 2010) comprado com dinheiro ganho na venda da produção especializada.

Os bens de consumo são agora na maior parte obtidos por compra: os que se produziam no âmbito doméstico cedem lugar a substitutos proporcionados pelo comércio. Surge daí uma situação inédita: a construção necessária de um orçamento [...]. A uma fase em que o dinheiro é quase ausente desta, sucede outra, em que ele assume vulto cada vez mais poderoso, pelo incremento da compra e venda (CANDIDO, 1979, p. 168).

O predomínio do modelo ocidental de agricultura, produção e consumo, ganhavam cada vez mais os espaços produtivos dos sitiantes. Os alimentos básicos que antes eram produzidos pelos sítios passam a ser comprados e o dinheiro passou a ser na grande maioria dos casos pré-requisito para qualquer tipo de consumo (BIASE, 2010).

O alimento-mercadoria foi colocado em condições de superioridade ao alimento da terra [...] os entrevistados relataram que antigamente não era preciso comprar quase nada [...] as pessoas não ficavam doentes como ficam hoje [...] “É que a gente comia comida boa da terra [...] num tinha isso de ficar doente, e quando tinha alguma coisa tomava algum chá do mato” [...] as famílias em situação de dependência da “obtenção de renda” [...] enfraqueceu os princípios da auto-realização [...] a necessidade de consumo coloca em crise a autonomia (BIASE, 2010, p. 128).

A racionalização dos espaços dos sítios para a produção de produtos que atendam as exigências do mercado retira dos agricultores a autonomia alimentar desintegrando os antigos laços com os ciclos da terra e com as formas de reciprocidade entre as famílias sitiantes, se desligando das referências e conhecimentos das gerações anteriores.

Ora a sua vida anterior comportava ritmo diverso, que não era estritamente determinado, como agora, pelas necessidades econômicas mais elementares, de que depende a própria sobrevivência. A par do trabalho agrícola, ocupava-se também com a vida comemorativa, a vida mágico-religiosa, a caça, a pesca, a coleta, as práticas de solidariedade vicinal (CANDIDO, 1979, 169).

A descaracterização do modo de vida das populações rurais se conectava ao predomínio do modo de vida urbano que acarretava em severas consequências aos ambientes ocupados. Em São Paulo o quadro de poluição dos recursos hídricos se tornava cada vez mais grave com o forte desenvolvimento industrial e aumento populacional.

Os fortes impactos nos ambientes vieram se tornando o foco dentro do crescente movimento ambientalista brasileiro, questionando o pressuposto quase que consumado “de que o Brasil era um país com recursos ilimitados” (SANTORO et al. 2008, p. 47).

A grave situação de poluição e contaminação em que se encontravam os territórios paulistas incentivava o aumento das discussões ambientais, enquanto no Estado se passou a adotar políticas de implantação de “Reservas”, com o tombamento das áreas e a sobreposição de Unidades de Conservação (UCs)⁹⁴, que podiam ser tanto de proteção integral (onde apenas o uso indireto é permitido para o uso de pesquisa científica e de atividades de turismo), quanto o de uso sustentável que são mais recentes nas políticas de áreas protegidas no Brasil (SNUC, 2000).

No processo da criação destas áreas, entretanto, as medidas proibitivas do governo se concentravam nas práticas das populações locais, proibindo a derrubada da mata para a produção do carvão e estendendo a proibição às práticas das roças familiares, sem se discriminar as diferenças entre atividades radicalmente opostas no tocante à conservação da mata (ARRUDA, 1999). A prática da coivara sempre foi mal compreendida e repudiada pelos órgãos paulistas e nacionais de proteção ao meio ambiente. Na Mata Atlântica, porém, e em florestas tropicais o surgimento e a adição dos diferentes tamanhos de clareiras, naturais ou pelo manejo do fogo, foram responsáveis pelo surgimento da organização da comunidade florestal e das muitas diferenças e coexistência de plantas como já afirmamos anteriormente.

Muito da fisionomia da Mata Atlântica se deve a coivara e as roças de subsistência em pousio ou abandonadas. Trata-se de formações vegetacionais influenciadas pelo “fogo antropogênico” (BALÉE, 1998). Esses sistemas possuem efeitos ecológicos de longo prazo

⁹⁴ Trata-se do “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (SNUC, 2000, grifo nosso).

sofisticados nas suas adaptações e estratégias ecológicas. A utilização do fogo – através da coivara – transmite ao solo fósforo e outros nutrientes (DEAN, 2004). As florestas secundárias que predominam atualmente são os *paleoterritórios* daí formados e constituem o principal legado ecológico formador de sua fisionomia e morfologia nos processos sucessionais da vegetação (OLIVEIRA, 2007). As populações humanas desenvolveram sistemas agrícola-florestais de roça itinerante baseados em um entendimento profundo das dinâmicas florestais para o manejo por longos períodos especialmente em regiões de relevo declivoso (ROUÉ, 2000; MARTINS, 2005; MICHON, 2005; VICENTE, 2014), relevo predominante na Serra do Mar e na Serra do Paranapiacaba.

Hoje, porém, na contramão dos pressupostos preservacionistas que se instauraram nas políticas de Parques brasileiros, em áreas protegidas da Austrália, por exemplo, as qualidades do “fogo antropogênico” desenvolvidas há muitas gerações por populações nativas tornaram-se estratégicas para a conservação das vegetações no interior de parques administrados pelos governos locais.

Em tardio reconhecimento dos efeitos ambientalmente enriquecedores de certas práticas indígenas, como a estratégia de manejo do fogo dos aborígenes australianos (assim interpretados pelos planejadores governamentais), estão sendo empregadas pelos funcionários do National Park da Austrália para controlar a incidência de incêndios espontâneos. Essas estratégias reduzem a possibilidade de grandes incêndios florestais (PYNE ⁹⁵, 1982, p. 101-102 apud BALÉE, 1998, p. 19-20, tradução nossa).

Deste modo, ao contrário de um estudo comprometido com a compreensão do relacionamento entre seres humanos e natureza, as áreas de proteção integral surgidas e regulamentadas nos códigos e normas do Estado brasileiro trataram de não considerar as perspectivas a partir da experiência dos povos locais com as natividades que interagem e se reproduzem na dinâmica dos cultivos. Ao contrário do que se concebia a feitura da roça contribui para a conservação da variedade de espécies de alimentos tradicionais e na diversificação de alimentos silvestres (MARTINS, 2005). Entretanto, se desconsiderou completamente os modos de cultivo secular naquelas terras realizado pelas populações nativas. E partindo do ponto de vista de um único modelo de agricultura, ignorando a história nativa concluíam que as terras,

⁹⁵ PYNE, S. J. **Fire in America**: a cultural history of wildland and rural fire. Princeton: Princeton University Press, 1982.

[...] eram impróprias para *qualquer exploração agrícola*, como perigo de erosão [...] Sob a perspectiva da legislação, o enquadramento as disposições dos artigos 2º e 3º do Código Florestal foi mais um argumento pelo qual concluiu-se, enfaticamente, pelo [...] impedimento legal para qualquer tipo de exploração da cobertura vegetal lá existente, de maneira clara, irrefutável e exauriente (INSTITUTO FLORESTAL ⁹⁶, 1973a, p. 28 apud SANTIAGO, 2010, p. 194, grifo nosso).

Observa-se, porém, que apesar da Mata Atlântica ser um dos biomas com o maior número de UCs na América do Sul há grande fragilidade perante o aporte de recursos humanos que executam a sua gestão sendo, inclusive um dos *hotspts* ou áreas de refúgio da biodiversidade mais degradados do planeta (MYERS et al. 2000; VICENTE, 2014). As áreas remanescentes de Mata Atlântica são de 8,5% em relação à floresta original ⁹⁷ e, em regiões remanescentes como o Vale do Ribeira, por exemplo, estão presentes treze *tekoa* Guarani e nove quilombos ⁹⁸ que estão distribuídos, inclusive em UCs de proteção integral. Além da questão fundiária, o impedimento da manutenção do modo de vida com a floresta contribui, no cotidiano destas comunidades, para a desestruturação das atividades de reciprocidade nos manejos das roças com os estágios de sucessão da floresta. Fator também preocupante para modelos de UCs que excluem a presença de populações tradicionais é a fragilidade destas instituições para a resistência às pressões econômicas de exploração de áreas florestais remanescentes que estão forçadamente desabitadas.

Uma segunda situação gerada pela proibição da pratica de roças é a “erosão”, quebra ou “ruptura”, no processo evolutivo da diversidade genética dessas roças, a agrobiodiversidade local (SHIVA, 2001; CARVALHO, 2003), em interação com a biodiversidade dos gradientes florestais (MARTINS, 2005). As medidas políticas dos órgãos públicos responsáveis pela conservação não podem prescindir do “conhecimento local”, principalmente em se tratando da Mata Atlântica que possui uma ampla biodiversidade, justamente pela não uniformidade de padrões regionais, climáticos, de solos, altitudes, manejos e interações locais de curta e longa duração com o ser humano. Por essa multiplicidade de fatores naturais e humanos, a Mata Atlântica possui altos índices de diversidade endógena, isto é, formas de vida específicas de

⁹⁶ INSTITUTO FLORESTAL (São Paulo). Processo IF no. 76.905 de 1973a. Procuradoria Geral do estado encaminha planta pedindo providências do IF, por estar em fase final processo visando legitimação de posses no 2o. Perímetro de São Roque, fls. 26-33. Dossiê da Reserva Estadual do 2o. Perímetro de São Roque. Instituto Florestal.

⁹⁷ Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/14622/divulgados-novos-dados-sobre-a-situacao-da-mata-atlantica/>>. Acessado em: 16 jun. 2018.

⁹⁸ Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/vale-do-ribeira>>. Acessado em: 16 jun. 2018.

cada área de floresta. A roça, os cultivos humanos, possuem uma antiquíssima história de interação com as florestas nativas.

A presença de “roças de caboclos” ou de “roça de nativos” nas áreas florestais paulistas, e em particular nas florestas remanescentes do Alto Ribeira não é um fenômeno particular. “A ocorrência desse tipo de roça repete-se em todas as áreas do Brasil, com uma uniformidade extremamente grande de estrutura, de tamanho, de composição, indicando uma raiz comum” (MARTINS, 2005, p. 209). A roça é uma associação de diferentes espécies, e cada uma delas tem sua história, parte chegou antes dos colonizadores e enquanto outras por eles foram trazidas, e também pelas populações humanas capturadas na África.

Usando um conjunto heterogêneo de espécies, os padrões de composição das roças são determinados pelo que se pode chamar de habilidade de combinação ecológica [...] as espécies associadas, em boa parte perenes, apresentam uma série de características básicas em comum, que criam uma coerência ou uniformidade agroecológica nesse sistema agrícola (MARTINS, 2005, p. 210).

Nas roças tradicionais brasileiras, a propagação vegetativa dos tubérculos, como a mandioca, é o método de plantio usado e, em se tratando da colheita, estas raízes podem ser armazenadas na natureza (no solo) onde o ritmo da colheita é controlado pelos humanos. O grande número de variedades de espécies de mandioca registrado entre os povos indígenas e populações caboclas indica um processo coevolutivo de interação homem-plantas. O pesquisador Paulo Sodero Martins do Departamento de Genética da ESALQ – USP, em pesquisa nas roças caiçaras e caboclas da região de Iguape e Eldorado no Vale do Ribeira, e também em roças indígenas na Amazônia, fez um levantamento dos bancos de sementes presentes nos solos dessas roças.

A abertura de clareira na mata primária ou secundária estimula a invasão de outras espécies associadas ou não à vegetação cultivada. Muitas das plantas cultivadas são clones, devido a prática de propagação vegetativa, e os cruzamentos entre essas plantas têm o mesmo efeito de autopolinizações. [...] esse tipo de cruzamento sofre a influência do arranjo espacial das plantas adotado pelo agricultor, que segue critérios outros que não a estratégia da polinização. [...] A mandioca expõe a semente a distâncias médias de seis metros [...] a dispersão das sementes está completamente fora do controle dos agricultores, que não as usam nem colhem e isso possibilita a formação de bancos de sementes no solo. [...] Nas roças estudadas em Ivaporanduva, um antigo quilombo no Vale do Ribeira, foi retirada a camada superficial do solo, até dez centímetros de profundidade, e foram encontradas até dez sementes de mandioca por metro quadrado, além de sementes de batata doce e inhame [...] depois de dez, quinze ou vinte anos quando os agricultores

voltam a antiga área e queimam a vegetação para reinstalar a roça, quando as sementes de mandioca germinam, identifica-se a ampliação da variabilidade genética [...] os caboclos têm uma grande sensibilidade para identificar as variedades e denominá-las (MARTINS, 2005, p. 216-217).

Há também muitos casos de espécies vegetais que no processo de sucessão secundária se instalam nas áreas de roça, após as atividades de coivara. Um exemplo significativo é o caso do jacatirão (*Miconia cinnamomifolia*) espécie arbórea encontrada essencialmente em antigas roças caiçaras e não em clareiras naturais. Sua presença pode durar até cem anos ocorrendo exclusivamente em roças em pousio a ponto desta espécie na floresta ser indicadora de áreas de antigos cultivos humanos (OLIVEIRA, 2007). No litoral de Santa Catarina também as florestas de bragatingais (*Mimosa scabrella*) suprimem de lenha os engenhos de farinha de mandioca dos agricultores locais; após o corte e a queima há o cultivo de mandioca que quando colhida já está emergindo novas bragatingas de sementes que estavam depositadas no solo e que tiveram a quebra da dormência com o uso do fogo (EMBRAPA, 1988). Nas renovações deste ciclo quando reduz as brotações nos tocos já ocorre a incidência maior de espécies estabelecidas por sementes dispersas (por animais ou pelo vento) que contribuem com o sombreamento e melhoria do solo facilitando a ocorrência de espécies arbóreas climáticas ⁹⁹ que se consolidam com a estruturação da floresta madura. Assim observamos que os sistemas agrícolas das populações indígenas e tradicionais possuem grande complexidade tendo na natureza seus ritmos e ciclos, o agente que conduz as atividades de manejo e cultivo possibilitando usos diversos da floresta ao longo do processo sucessional.

Diferentes estratégias de manejo da paisagem promovem influências sobre as comunidades e populações vegetais e geram com o tempo pressão de seleção sobre as espécies desejadas e promovidas, acarretando no acúmulo de alelos que acabam modificando o genótipo e o fenótipo das plantas, acarretando também no seu processo de domesticação [...] A existência de processos de domesticação simultânea entre as espécies do mesmo gênero – silvestres ou não – podem ser potencializadas dependendo das estratégias de manejo local. [...] A agricultura itinerante, ou roça de corte e queima, ou roça-de-toco, praticadas secularmente por populações tradicionais é uma das principais práticas que promovem o processo de domesticação e adaptação das comunidades vegetais tanto para cultivos anuais quanto para florestas (VICENTE, 2014, p. 38-39).

Os críticos dos sistemas itinerantes de roça têm feito grandes esforços em eliminá-lo como método de manutenção das florestas tropicais, atuações fruto de uma visão que ignora e

⁹⁹ Clímax é o último estágio alcançado por comunidades ecológicas ao longo da sucessão vegetacional.

desconsidera o longo percurso das dinâmicas florestais em interação com os cultivos de espécies úteis para os povos nativos. Porém, é notável que entre as linhas de pesquisa que mantêm uma interpretação predominante dos efeitos predatórios das atividades antrópicas em áreas florestais (entre elas o manejo agrícola), constata-se, todavia, nuances nas conectividades entre plantas e animais no processo de regeneração florestal em antigas áreas de roça. Estes resultados não são associados aos efeitos das atividades de manejo agrícola realizadas no passado nas áreas de floresta secundária. Mas os resultados não deixam de indicar o que se verifica em levantamento florístico, que a abundância de alimentos para a fauna conflui com um maior número de plântulas e de árvores nas florestas secundárias em comparação a áreas de floresta madura, antiga ou não perturbada diretamente por seres humanos.

Segundo os pesquisadores Alves e Metzger (2006), na Reserva Florestal do Morro Grande, localizada entre as imediações do planalto paulista e em partes da região serrana do Alto Ribeira foi realizado levantamento florístico dos trechos florestais da reserva considerados não perturbados pela ação antrópica, isto é, “manchas mais preservadas, em estágios avançados (...) provavelmente não submetidas ao corte raso no passado” (p. 4), apresentam, entretanto, “menor riqueza de plântulas observadas” do que em áreas florestais da reserva que haviam sido roças no passado, soma-se que “o mesmo padrão de riqueza encontrado para as plântulas foi observado para a comunidade de árvores” (p.7). Os autores também consideram que,

Nas áreas secundárias da RFMG, Pardini & Umetsu (2006) observaram uma maior abundância de pequenos mamíferos do que nas áreas mais antigas e preservadas, provavelmente associada ao aumento de produtividade e disponibilidade de recursos alimentares para espécies não dependentes de recursos restritos ou específicos (p. 9).

Estes resultados nas áreas de floresta mais antiga na Reserva Florestal do Morro Grande são considerados pelos autores produto da defaunação de mamíferos de grande e médio porte associados às florestas maduras ¹⁰⁰. Os resultados da defaunação, todavia, consideram somente às atividades de caça sem diferenciar ou especificar os efeitos da caça comercial, esportiva e da caça realizada por populações tradicionais. Os autores também não mencionam os efeitos para a fauna do desmatamento com a ampliação da mancha urbana na Região Metropolitana de São Paulo limítrofe à RFMG. Estes remanescentes foram se tornando “ilhas

¹⁰⁰ Curva de dispersão de sementes realizadas pela fauna, zoocoria, e a estruturação da cadeia alimentar, uma maior diversidade, para animais não-frugívoros.

de florestas”, fator que impede diretamente a permanência de mamíferos de grande porte que necessitam de grandes áreas com rotas de acesso a alimentos. A maior abundância de pequenos mamíferos e da avifauna nas florestas secundárias da RFMG, que tiveram práticas de manejo agrícola no passado, se deve não somente a ausência de predadores de grande porte, mas à maior abundância de recursos alimentares nestas áreas com uma maior diversidade de plântulas e árvores fontes de frutos e sementes (zoocoria), possibilitando a permanência destes animais (ALVES; METZGER, 2006).

Entretanto, dentro deste contexto podemos também considerar que o aumento da mancha urbana que pressiona gradativamente a redução de áreas florestais remanescentes também está associado à migração de populações humanas de origem sertaneja (de florestas e outros domínios naturais) perante a impossibilidade de permanecerem em suas terras tradicionais e de cultivarem e manejarem suas roças. O que se verifica, quando essas populações são obrigadas a interromper todo o processo de interação envolvido na diversificação das roças que cultivavam, por problemas das mais variadas naturezas, desde expansão urbana, empreendimentos industriais, agropecuários ou conflitos fundiários, ocorre não só uma perda da variabilidade de espécies vegetais como também uma cessação no processo coevolutivo (ser-humano-planta) que a gera.

Esses modos de cultivo dos povos indígenas e das populações sertanejas inspiraram a concepção moderna de “modelos” ou Sistemas Agroflorestais. As chamadas comunidades tradicionais de matrizes culturais enraizadas no relacionamento com a vegetação nativa são consideradas além de mantenedoras da diversidade genética, contribuidoras na amplificação desta variabilidade num processo contínuo (MARTINS, 2005; VICENTE, 2014). E que “mesmo transformando de maneira durável seu meio ambiente natural, não alteravam os princípios de funcionamento, nem punham em risco as condições de reprodução desse meio” (DESCOLA, 2000, p. 150).

Fica evidente o legado ambiental destas populações quando observamos que as áreas verdes que se encontravam conservadas no Estado de São Paulo originárias do antigo “cinturão caipira” se tornaram o “cinturão verde” tombado como Reserva da Biosfera em 1982.

É assim que, não por acaso, muitas dessas áreas serão constituídas sobre territórios tradicionais, cujos modos de vida e saberes, de diferentes povos em todo mundo, permitiram a conservação por séculos. O entendimento de que todo homem destrói a natureza e que, portanto, a única forma de conservá-la é reservar áreas silvestres, onde ele permaneça apenas como visitante, solidificou posicionamentos radicais sobre a prática da

conservação, que se tornaram cada vez mais inadequados frente à complexidade dos problemas ambientais (SANTIAGO, 2010, p. 40).

Assim, prevaleceu a imposição de um modelo de reserva ecológica que contribuiu diretamente para a erradicação da memória local acerca dos moradores que conservaram as áreas florestais, mas que passaram a ser regulamentadas pelas instituições do governo. Com a criação de Parques ou Reservas para se isolar a natureza da convivência humana, se estabelece no Brasil o conceito de conservação da natureza associado à ideia de ilhas de grande beleza de valor estético e contemplativo, ambientes naturais vistos como intocados (DIEGUES, 2000, 2001). Dentro das dimensões de consolidação do capitalismo, tais áreas só poderiam ser destinadas ao turismo, satisfazendo o lazer das populações urbanas para que visitas monitoradas à natureza fossem consumidas nas férias. Representam, antes de tudo, “crenças e aspirações urbanas: áreas naturais são aquelas sem habitantes, onde o homem é apenas um visitante” (SANTIAGO, 2010, p. 39).

Na medida em que as áreas das populações tradicionais eram anexadas a áreas de “Reserva”, como é o caso do Parque Estadual do Jurupará que se sobrepôs aos sertões de Ibiúna, Miracatu e Juquitiba, se proibia o cultivo a partir da prática de coivara e manejo da mata pelas populações locais afastando-as do relacionamento com a terra e a mata, promovendo quebras socioculturais que promoviam no cotidiano da família roceira o deslocamento para as relações modernas vinculadas a cidade. As proibições fundamentadas no mito moderno “da natureza intocada” (DIEGUES, 2000, 2001) contribuíram diretamente para ampliar a dissociação entre os seres humanos e a natureza. O espaço natural deixa de ser espaço cotidiano de vivência. Ao desvincular-se da vida cotidiana a interação com a natureza, se promove o *desenraizamento* e o esquecimento deste relacionamento nas gerações seguintes. A “quebra” da agrobiodiversidade se manifesta com a perda das sementes de diversas espécies e suas variedades com o *apagamento* das práticas de cultivo no cotidiano. *As áreas naturais “desabitadas” se consolidam no imaginário colonizado apagando a antiga presença das populações nativas.*

Assim, a sobreposição de Unidades de Conservação de proteção integral contribuiu para agravar a questão fundiária nestes territórios. No tocante às comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e camponesas, o não reconhecimento de seus espaços culturais e a forte violação de seus direitos sobre as terras que ocupam atingiram condições dramáticas de violência nas últimas décadas e anos.

Deste modo, *temos um país que, no decorrer da história, não se identifica com a sua sociedade*; um país concebido como uma porção do espaço terrestre, como um âmbito espacial e não uma comunidade de indivíduos. As populações tradicionais se incluem neste contexto histórico da majoritária massa da população marginalizada do país. A simplicidade no seu modo de vida e a sua origem étnica são elementos que a racionalidade eurocêntrica – enraizada na sociedade brasileira dominante – enquadrava como não civilizadas, atrasadas e incapazes. *O sentido exploratório irá, portanto, persistir na história, influenciando na atuação do Estado sobre o território e, consequentemente, na forma como serão tratadas as questões socioespaciais* (SANTIAGO, 2010, p. 48, grifo nosso).

Os projetos de civilização e racionalização do território no Estado de São Paulo que vieram avançando desde a segunda metade do século XX, pretendiam dar continuidade à supressão das populações humanas nativas de áreas naturais; proibindo seu modo de vida, ignorando a importância dos seus cultivos para a manutenção das variedades e conservação das florestas, não reconhecendo as suas terras, forçando o deslocamento e profundas “quebras culturais” (WILLENS, 2009) no modo de vida destas populações. Um conflito que vem de uma longa duração, desde a invasão colonial.

A desestruturação dos bairros rurais no sertão de Itapecerica e as medidas de proibição das roças tradicionais aceleraram as quebras socioculturais de reciprocidade e, consequentemente uma profunda “ruptura” no relacionamento humano com as áreas florestais. Na região veio também se tornando presente o estabelecimento de novas relações nos bairros que ganhavam com o passar dos anos características de subúrbio (QUEIRÓZ, 1973).

Com a instauração das proibições ambientais e a demarcação das áreas em que o “desenvolvimento sustentável” é permitido pela legislação vigente, novas formas de ocupação se configuraram nos municípios do Alto Ribeira, atraindo empresas e especuladores de terras conforme se ampliava a presença de chácaras para passeio e moradia sem os antigos laços de reciprocidade entre a vizinhança e o cultivador nativo. O descendente nativo agora com a desestruturação do bairro “caipira” passou a empregar-se como caseiro ou em outras atividades e prestações de serviços enquanto reduzia drasticamente as atividades da roça sem meios de produzir o alimento da família.

Na contramão deste processo, os novos estudos que indicavam o valor do manejo geracional das populações tradicionais para a conservação das áreas naturais trouxe o reconhecimento nos organismos internacionais que possibilitou a valorização destas populações nas políticas de conservação ambiental. No Brasil a resistência ao reconhecimento dos direitos da sua própria população ainda se fixa na visão de “natureza desabitada”

assimilando o discurso colonial de anexação de territórios (para serem explorados ou preservados) com a expulsão das populações nativas.

[...] a polêmica em torno da sua presença se acirra. São Paulo passa a se deparar com uma realidade complexa sobre a perspectiva da definição de políticas públicas de conservação que contemplem os direitos tradicionais nas poucas áreas remanescentes de vegetação legalmente protegidas (SANTIAGO, 2010, p. 74).

Esta valorização emergente das populações tradicionais entre os organismos e instituições internacionais e pesquisadores de diversas áreas no mundo e na América Latina vieram demonstrando os equívocos que se cometeram ao expurgar o saber e a prática de cultivo e manejo destas populações em áreas fortemente impactadas. O fato das políticas governamentais no tocante a questões ambientais ignorar as sinergias entre as áreas florestais nativas e as populações que nelas reproduzem a sua cultura gerou situações sociais e culturais que contribuíram sensivelmente para a degradação ambiental. “Não se pode deixar de levar isso em conta ao se discutir políticas de conservação *in situ* de diversidade genética” (MARTINS, 2005, p. 218).

Os Sistemas Agroflorestais de roças e plantações desenvolvidos milenarmente pelos povos da floresta também integrada na cultura cabocla de matriz brasileira (pós-colonial) nos últimos séculos podem ser aliados preciosos para estratégias coletivas de conservação da diversidade natural e cultural em florestas remanescentes (GAIFAMI; CORDEIRO, 1994). “A lei deve favorecer as sinergias entre as ciências modernas e os conhecimentos locais para elaborar estratégias de conservação” (SANTIAGO, 2010, p. 63).

6. Considerações Finais

A Mata Atlântica, seus remanescentes florestais, são uns dos poucos refúgios da biodiversidade que se encontram no Estado de São Paulo. As áreas florestais da região do Alto Ribeira (Serra do Paranapiacaba) e Vale do Ribeira são, nesse contexto, “elos” de persistência e “resistência” dos seres vivos perante o rápido processo de degradação da Mata Atlântica brasileira e no Estado de São Paulo em menos de um século.

Florestas que a origem nos remete a milhões de anos, dentro de um longínquo processo de interação entre os seres vivos, os eventos tectônicos e climáticos. Na dinâmica destas florestas, observamos um “sistema” sofisticado em que ficam evidentes a coevolução de plantas e animais manifesta em ciclos reprodutivos que tendem a uma simbiose contínua e perene de manutenção e desenvolvimento de formas de vida “tecidas em rede”.

Nesse lento processo a presença dos seres humanos em ambientes como as florestas da América do Sul, se manifestou como um fenômeno que atravessou pelo menos os últimos milhares de anos dentro de uma dimensão de relacionamento com a natureza que se diferencia essencialmente dos fenômenos culturais e espirituais predominantes em nossa época. Observamos a longuíssima duração de interações e contribuições dos seres humanos para a diversificação da vida vegetal que nos evoca também uma dimensão promissora da imensa capacidade humana de transformar a realidade.

Nesse contexto, em se tratando da Floresta Atlântica, observamos a *longa duração* de espécies vegetais na paisagem florestal que num passado muitíssimo longo e no presente são manejadas e “reassociadas” na floresta por seres humanos. Cultivos que alimentam seres humanos e animais “de caça” ou seres vivos diversos. Compreendemos a presença de um processo milenar de interação entre populações humanas e as florestas do atlântico sul, em que a fisionomia e distribuição das espécies nos ambientes florestais são também referências e “marcas” desta longa história.

Procuramos referenciar alguns dos trabalhos realizados por pesquisadores brasileiros da arqueologia e outras áreas afins dentro de perspectivas multidisciplinares nos últimos anos que tratam de aspectos desta interação. Estes trabalhos evidenciam dimensões muito diferentes do que tradicionalmente se considerava a respeito dos inúmeros povos que viviam nas florestas do sul-sudeste (brasileiro) muito tempo antes da chegada dos europeus. Observou-se evidências de trocas de saberes vinculados a sementes, ervas medicinais, entre outros intercâmbios.

Ao contrário de culturas “puras” que produziam cultura material especializada observam-se sinais de “mistura” nas produções desenvolvidas nas vivências entre os povos, e também de miscigenação. Essa “mistura” migrou e se “espalhou” também nas atividades agrícolas associadas a conhecimentos geracionais que possibilitavam a domesticação de espécies silvestres (alimentos, medicinas, lenha, construção de habitações, etc.) e sua diversificação no interior das florestas. Na Mata Atlântica foram incorporadas espécies diversas de biomas, lugares e tempos distintos.

O Vale do Ribeira como área de transição tornou-se rota frequente de inúmeras populações que migravam, transitavam ou se estabeleciam em áreas florestais e de transição do planalto com as florestas de restinga da costa. As sazonalidades que regiam as migrações humanas e a recorrência de espécies também se associam ao uso ampliado e seus significados religiosos (ou de “conexão com os cosmos”) concebidos dentro de um modo de ser com as florestas revivido, por sucessivas gerações, nas mais diversas populações indígenas.

Hoje, as roças presentes em áreas florestais remanescentes onde vivem esses povos das florestas, inclusive as populações quilombolas e ribeirinhas, dão continuidade no relacionamento com os ciclos de plantas e animais, ao introduzir, selecionar e diversificar as melhores sementes das plantas de roça fruto da interação com as espécies silvestres contribuindo em novas variedades no interior das florestas. Mesmo após a invasão colonial as populações indígenas e as culturas mestiças que viviam da roça vieram sendo a continuidade de um modo de vida que se reproduzia na interação com a floresta, dando continuidade a um processo milenar de manejo das vegetações florestais. As populações caipiras que persistiram até meados da década de 1970 mantinham uma “interação com a natureza” em que as atividades entendidas como “trabalho com a floresta” eram o cerne de um modo de vida que dialogava e respeitava os ritmos e ciclos dos seres vivos da mata para intervir, introduzir e extrair o necessário.

Muitos dos trabalhos referenciados nesta pesquisa observam que entre os povos da floresta a natureza não é tradicionalmente compreendida como fonte indiscriminada de recursos. Observa-se que o cultivo das áreas que vieram habitando inúmeras populações indígenas, desde milhares de anos e também nos últimos séculos por caboclos, caiçaras e ribeirinhos não possuem sinais de esgotamento dos solos ou assoreamento dos rios ou qualquer impacto à floresta, mas a ampliação da diversidade vegetal no interior das florestas.

As populações tradicionais descendentes das famílias caipiras, apesar de todas mudanças no modo de vida, vieram carregando o conhecimento do manejo agrícola na

floresta através de uma continuidade geracional transmitida de pais para filhos e para os filhos dos filhos.

As roças são um fenômeno que ocorre em todo Brasil mostrando sua origem ou raiz comum (MARTINS, 2005). A heterogeneidade das roças se deve a uma associação de diferentes espécies originárias de diversas culturas que vieram de mundos diversos que se compuseram numa profícua habilidade ecológica de combinação de espécies variadas. As plantas presentes nas clareiras florestais (manejadas ou não) interagem com as novas clareiras abertas por ação humana.

Nos cultivos humanos a abertura de novas clareiras na floresta semelhantes às clareiras naturais, que também vieram sendo utilizadas como áreas de cultivo, verifica-se o papel das coivaras. A variedade fruto do cruzamento das espécies de roça e silvestres ressurgem após as colheitas, regeneração, derrubada e queima, germinando nos novos ciclos de cultivo (e ciclos futuros) novas variedades domesticadas. Isto também ocorre com espécies consideradas silvestres que hoje observamos na composição dos diferentes estágios da sucessão florestal que surgiram da diversificação no interior das florestas com as roças humanas.

Perante esse legado ambiental, entretanto, a forte rejeição ao modo de ser indígena e às natividades da terra construiu e sedimentou um discurso histórico que ignora desde os inúmeros povos que tradicionalmente vieram habitando estas áreas até as natividades vegetais e animais com as quais vieram interagindo milenarmente e secularmente. Na longa duração (secular) que construiu a identidade brasileira podemos observar que devido à forte investida e opressão colonial, se sedimentou nas mentalidades dos nascidos no Brasil camadas de desenraizamento e apagamento do relacionamento ancestral com as terras e a natureza local.

O apagamento na história e memória oficial da existência de populações que viviam e se mantêm nas florestas tropicais e outros domínios naturais foi um discurso conveniente desde o início da colonização. Forjou-se uma “Escrita da História do Brasil” que oficializou o silenciamento e apagamento das populações indígenas na memória histórica dos brasileiros.

Na sociedade brasileira e nas atitudes das instituições se tornou manifesto a construção de um imaginário negativo a respeito da natureza e das populações nativas como manifestações de atraso e empecilho a modernização e ao progresso. A ideologia do “atraso” das populações tradicionais e de suas terras com florestas conservadas serem consideradas improdutivas para a nação se tornou, apesar de contraditório, um discurso persistente. Assim as amplas áreas de florestas conservadas por povos indígenas e populações caboclas e ribeirinhas foram sendo vistas no imaginário colonizado como desperdício.

No imaginário nacional com a rejeição das raízes culturais locais, múltiplas camadas de memória foram sendo *apagadas*. O predomínio deste discurso colonial, nas mentalidades de uma parte considerável dos brasileiros, marchou de mãos dadas com a expulsão e não reconhecimento do direito à terra dos povos da floresta.

O rápido processo de urbanização e devastação ambiental em São Paulo com o avanço de empreendimentos rumo às áreas com recursos e a ampliação da mancha urbana se operava, enquanto o Estado atuava com medidas punitivas e coercitivas de tentativa de controle da devastação ambiental.

A postura das Unidades de Conservação integral presentes no Brasil reproduz a tradição colonial de não reconhecimento dos direitos das populações e do desconhecimento ou apagamento da história local. As medidas restritivas não contribuíram para conservação destas áreas, ao contrário, a expulsão das populações ou a proibição das atividades de roça promoveram e promovem a “quebra nos laços” com a natureza ampliando desenraizamentos e conflitos sociais que repercutem na degradação da floresta. Estas proibições contribuíram em “quebras” ou “rupturas” nos processos envolvidos na diversificação de variedades das roças tradicionais nestas áreas e consequentes perdas das variedades alimentares, processo associado à chamada *erosão genética* da diversidade de espécies agrícolas e perda das variedades silvestres associadas às espécies de roça.

Dentro deste contexto, outro fator preocupante é a fragilidade institucional das UCs perante pressões econômicas de grandes corporações que obtêm livre acesso às fontes de “recursos naturais” por governos que não garantem o respeito aos direitos de sua própria população e natividades.

Entretanto, os sistemas de conservação das populações da floresta ficam evidentes quando não por acaso muitas das áreas protegidas pelo Estado são na verdade antigas áreas manejadas por populações indígenas e outras populações tradicionais (SANTIAGO, 2010).

Diante das proibições, do desenraizamento e apagamento da presença e do legado dos povos nativos, observa-se a efetivação de um modelo de reserva ou de área protegida que não somente desconhece, mas erradica a memória local acerca de suas origens e manutenção histórica pelos povos da floresta presentes nos ambientes naturais brasileiros. Temos um Estado que não se identifica com o seu povo, como expressão da resistência em reconhecer os direitos de sua própria população e da raiz daquilo que seria a nação que representa.

Este é um conflito que vem de longa duração devido a uma ampla e drástica mudança no relacionamento humano com estas florestas que entrou em marcha desde o processo de invasão e conquista colonial. A sedimentação do discurso colonial alinhado ao etnocentrismo

européu manteve nas instituições brasileiras, os mesmos princípios exploratórios dos territórios e no trato com o povo, manifestando “camadas”, mesmo que inconscientes, de uma longa tradição e histórica mentalidade escravocrata.

As populações indígenas foram tratadas historicamente do mesmo modo que a “natureza” pela visão de mundo predominante: explorada e ignorada. A ideologia da superioridade europeia levou à rejeição do saber das populações nativas ameríndias e mestiças, sendo para as atuais e futuras gerações uma ampla perda de saberes milenares e seculares que vieram se tornando desconhecidos.

Neste caso, podemos afirmar que também se promoveu o *apagamento* da longevidade das culturas ameríndias resistentes no presente devido a manutenção quase que inconsciente dos discursos produzidos entre os intelectuais oitocentistas brasileiros, que evocavam nas considerações históricas e arqueológicas de seus escritos, ideais de “pureza racial” que destoavam essencialmente do modo de ser das populações ameríndias. Discursos de um predomínio científico que buscava “codificar” as populações da América isolando-as e “congelando-as no passado” e rompendo qualquer ligação com os povos indígenas do presente. Assim veio se promovendo imensas rupturas na compreensão da *milénar presença das populações indígenas* e o valor destas populações em relação à conservação das áreas naturais. Ficam evidentes os efeitos negativos do histórico não reconhecimento deste legado associados aos complexos processos sociais e econômicos de degradação ambiental.

Reiteramos neste trabalho a importância da conservação do acervo milénar e secular de espécies cultiváveis pelas populações humanas buscando meios de garanti-lo às gerações futuras. Refletir sobre o percurso humano no interior das florestas nos conduz ao reconhecimento de populações com um saber ancestral de raiz milénar e secular fundamental para o conhecimento e conservação da biodiversidade das florestas locais.

Buscando um sentido oposto a visão que se tornou predominante acerca do legado dos povos da floresta, podemos, então, reverenciar as dimensões envolvidas no “olhar” destas populações, em se tratando dos povos indígenas, para com o fenómeno que chamamos de “natureza”. Este fenómeno se conecta a uma compreensão da existência em que os seres humanos não são vistos como “superiores” ou privilegiados em relação aos outros seres vivos. Todos os seres (animais, plantas, etc.) são portadores de *consciência* já que “humanidade” é a condição de toda existência e não uma prerrogativa somente de homens e mulheres (VIVEIROS DE CASTRO, 2013).

Kopenawa (2015), xamã yanomami, assim descreveu sobre a compreensão que o seu povo tem das roças no interior da floresta,

Mas nós não abrimos nossas roças em qualquer lugar na floresta. Sempre escolhemos um lugar onde mora a imagem da fertilidade *në rope*, onde a terra é bela, onde o solo é seco e um pouco elevado, a salvo de inundações. Evitamos os locais demasiado baixos e úmidos, invadidos por cipós ou palmeiras, onde as plantas que nos alimentam tem dificuldade para crescer. *Escolhemos os locais onde vemos que há uma roça posta no solo da floresta.* Assim, preferimos os lugares onde crescem cacauzeiros *poroa unahi* e *himara amohi*, sumaúmas *wari mahi*, arbustos *mahekoma hi*, árvores *krepu uhi* e *mani hi*, e também grandes folhas *ruru asi* e *trokoma si* [...] O valor da fertilidade da floresta está na parte do solo que fica na superfície. Sai dela um sopro de vida úmido que chamamos *wahari*. [...] É a imagem do ancestral saúva *Koyori* que coloca as roças no solo da floresta. Elas pegam a fecundidade dessa umidade e as plantas que comemos crescem fortes. Assim é. Os alimentos que plantamos só crescem bem onde dança a imagem da fertilidade; onde os espíritos saúva *koyo*, os espíritos morcego e os espíritos tatu-canastra brincam [...] A pele da floresta é bela e cheirosa, mas se suas árvores forem queimadas ela resseca. Então, a terra se desfaz aos pedaços e as minhocas desaparecem. Os brancos sabem disso? Os espíritos das grandes minhocas são os donos do chão da floresta. Se forem destruídos, ele fica árido (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 471-472, grifo nosso).

Referências¹⁰¹

- AB'SABER, A. N. Espaços ocupados pela expansão dos climas secos na América do Sul, por ocasião dos períodos glaciais quaternários. **Paleoclimas**, São Paulo, (3), p. 1-19, 1977.
- ADES, C. Uma perspectiva psicoetológica para o estudo do comportamento animal. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. 36, n. 85, p. 20-30, 1986.
- _____. Notas para uma análise psicoetológica da aprendizagem. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. 37, n. 86, p. 24-35, 1987.
- ALBUQUERQUE, M. B. B. Uma Heresia epistemológica: as plantas como sujeito do saber. Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra, set. 2009. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/>>. Acessado em: 14 ago. 2014.
- ALMEIDA, M. R. C. John Manuel Monteiro (1956 – 2013): um legado inestimável para a historiografia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 309-403, 2013.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable**. Montevideo: Editorial Nordan–Comunidad, 1999.
- _____. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 5a. ed., 2004.
- ALVES, L. C.; METZGER, J. P. A regeneração florestal em áreas de floresta secundária na Reserva Florestal do Morro Grande, Cotia, SP. **Biota Neotropica**, may/aug, v. 6, n. 2, 2006.
- ANDROSINO, M. **Etnografía y observación participante em Investigación Cualitativa**. Madrid: Ediciones Morata, 2012. 144 p. (Colección Investigación Cualitativa).
- ARQUIVO MUSEU DA MEMÓRIA. **Jornal de Itapecerica da Serra**, ano 1, n. 2, p. 5, Itapecerica da Serra, set. 1956.
- _____. **Jornal de Itapecerica da Serra**, ano 1, n. 3, p. 6, Itapecerica da Serra, out. 1956.
- ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, SP, ano 2, n. 5, p. 79-92, 2o. sem. de 1999.
- BACON, C. D. et al. Biological evidence supports an early and complex emergence of the Isthmus of Panama. **PNAS**, v. 12, n. 19, p. 6110–6115, 12 mai. 2015.
- BALÉE, W. (ed.) **Advances in Historical Ecology**. New York: Oikos, Columbia University Press, 1998. 448 p.
- _____. La amazonía: diversidad biológica. **Mundo Científico (La Recherche)**, Barcelona, Espanha, n. 216, p. 12-17, out. 2000.

¹⁰¹ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR: 6023 (2002).

_____. The research program of Historical ecology. **Annual Review of Anthropology**, New Orleans, Louisiana, 35, p. 75-98, 2006.

_____. Sobre a indigeneidade das paisagens. **Revista de Arqueologia USP**, São Paulo, 21, n. 2, p. 9-23, 2008.

BATALHA FILHO, H. et al. Connections between the Atlanthic and the Amazon Forest avifaunas represent distinct historical events. **J. Ornitol**, 154, p. 41-50, 2013.

BEHLING; LICHTER; MIKLÓS. Evidence of a Forest free landscape under dry and cold climatic conditions during the last glacial maximum in the Botucatú region (São Paulo State), Southeastern Brazil. **Quaternary of South America and Antarctic Peninsula**. Centro Austral de Investigaciones Científicas and Universidad Nacional de la Patagonia, Ushuaia, Tierra del Fuego. A. A. Balkema/Rotterdam/Brookfield, p. 99-110, 1998.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

BIASE, L. **Agroecologia, campesinidade e os espaços femininos na unidade familiar de produção**. 2010. 190 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – ESALQ, Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, 2010.

BOHR, N. **Física atômica e conhecimento humano: ensaios 1932-1957**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra-ponto, 1995, 140 p.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CANDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito**. 5a. ed. São Paulo: Editora Ouro Azul, 1979. 284 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Matriz disciplinar ou novo paradigma rural sustentável**. Brasília: UNB, 2010.

CARENO, M. F. **Vale do Ribeira: a voz e a vez das comunidades negras**. São Paulo: Editora Arte e Ciência, 1997.

CARVALHO, H. M. (Org.). **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003. 352 p.

CICCARONE, C. Um povo que caminha: notas sobre movimentações territoriais guarani em tempos históricos e neocoloniais. **Dimensões**, vol. 26, p. 136-151, 2011.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac Naif, 2012.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no séc. XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

CONDILLAC, É. **Tratado das sensações**. São Paulo: Editora da UNICAMP, [1754] 1993.

CORDEIRO, A. A. **Gestão de bancos de sementes comunitários**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1993.

CORDEIRO, A. F. **Semente da Paixão**: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido. 2a. ed. Esperança, PB: AS-PTA, 2002.

CORRÊA, D. S. **O aldeamento de Itapecerica do século XVII a 1828**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história da devastação da mata atlântica brasileira. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 484 p.

DE BLASIS, P. A. D. **Ocupação pré-colonial do Vale do Ribeira de Iguape, SP**: os sítios líticos do médio curso. 1988. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social, subárea de Arqueologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

DE BLASIS, P. A. D. et al. Sambaquis e Paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral sul de São Paulo. **Arqueología Suramericana/Arqueologia Sul-americana**, 3 (1), 29-61, enero/jan. 2007.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. Tradução Maria Ermantina Galvão. 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1637] 2001. (Série Clássicos).

DESCOLA, P. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. **MANA**, 4(1): 23-45, 1998.

_____. Ecologia e cosmologia. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2000, p. 149-163.

DIAS, T. A. B. et al. Etnobiologia e conservação de recursos genéticos, o caso do povo Craô, Brasil. In: NASS, L. L. (Ed.) **Recursos Genéticos Vegetais**, Brasília, DF: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2007, p. 651-681.

DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2000. 290 p.

_____. A construção da etnoconservação no Brasil: o desafio de novos conhecimentos e novas práticas para a conservação. NUPAUB – USP, p. 1-7, 2001. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/manausetnocon.pdf>. Acessado em: 14 abr. 2015.

_____. O vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população. Texto originalmente preparado para o CENPEC, 2007. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cenpec.pdf>. Acessado em: 14 abr. 2015.

EMBRAPA. **Manual técnico da bracatinga**. PDFI/CNPF/FAO/EMBRAPA, 1988, 170 p.

FELFILI, J. et al. (Org.), **Fitossociologia no Brasil: métodos e estudos de caso**. COMISSÃO DE ESPECIALISTAS EM FITOSSOCIOLOGIA/SOCIEDADE BOTÂNICA DO BRASIL. Viçosa, MG: Editora UFV, 2011, v. 1.

FELTRAN-BARBIERI, R. Outro lado da fronteira: Breve história sobre a origem e declínio da agricultura autóctone no cerrado. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, SP, vol. 13, n. 2, jul./dez., 2010.

FERNANDES, F. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. Prefácio Roque de Barros Laraia. 3a. ed., São Paulo: Globo, 2006.

FIGUTTI, L. **Investigações arqueológicas e geofísicas dos sambaquis fluviais do vale do rio Ribeira de Iguape**. Relatório de pesquisa. São Paulo: Estado de São Paulo/ FAPESP-1999/12684-2, 2004.

FILIPPINI, J.; EGGERS, S. Distância biológica entre sambaquis fluviais (Moraes – Vale do Ribeira – SP) e construtores de sítios litorâneos (Piaçaguera e Tenório –SP e Jabuticabeira II – SC). **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 15-16, p. 165-180, 2005-2006.

FREYRE, G. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. 7a. ed. São Paulo: Global, 2004. 255 p.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica, período 2016-2017**: relatório técnico. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://sosma.org.br>> e <www.inpe.br>. Acessado em: 14 jun. 2018.

FUNTOWICZ, S. O; RAVETZ, J. **La ciencia posnormal**. Icaria, Antrazy, 2000. (Ciencia com la gente).

GAIFAMI, A.; CORDEIRO, A. (Orgs.). **Cultivando a diversidade**: recursos genéticos e segurança alimentar local. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.

GAVAZZI, R. A. **Agrofloresta e Cartografia Indígena**: a gestão territorial e ambiental nas mãos dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. 2012, 297 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – FFLCH, Universidade de São Paulo, SP, 2012.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora Universidade, 2001.

GUIMARÃES, M. B. C. **A ocupação pré-colonial da região dos Lagos, RJ**: sistema de assentamento e relações intersociais entre grupos sambaquianos e grupos ceramistas Tupinambá e da Tradição Una. 2007. 382 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – MAE, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. v. 1.

GUSSOLI, F. K. **A natureza como sujeito de direito na Constituição do Equador**: considerações a partir do caso Vilacamba. JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DE DIREITO DA UFPR, 16, p. 1-28, 2014. Disponível em: <<http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-Felipe-Gussoli-classificado-em-1%C2%BA-lugar-.pdf>>. Acessado em: 16 jun. 2018.

HAFFER, J. Ciclos de tempo e indicadores de tempos na história da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, 6 (15), p. 7-39, 1992.

HAFFER, J; PRANCE, T. Impulsos climáticos da evolução na Amazônia durante o Cenozóico: sobre a teoria dos refúgios da diferenciação biótica. **Estudos Avançados**, São Paulo, 16 (46), p. 175-206, 2002.

HECKENBERGER, M. J. De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. **Rev. Antropologia Museu Nacional**, UFRJ, v. 41, n. 1, Rio de Janeiro, 1998.

JORDANO, P. et al. Ligando frugivoria e dispersão de sementes à Biologia da Conservação. In: _____. **Essências em Biologia da Conservação**, cap. 18, 2000.

KNEIP, L. M. A utilização de plantas pelos pescadores, coletores e caçadores pré-históricos da restinga de Saquarema, Rio de Janeiro, Brasil. **Rodriguesia**, 60 (1), p. 203-210, 2009.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. Prefácio Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 730 p.

LADEIRA, M. I. **Espaço geográfico Guarani-Mbya**: significado, constituição e uso. São Paulo: Edusp, 2008, 228 p.

LATHRAP, D. **The Upper Amazon**: ancient people and places. London: Thames and Hudson, 1970.

LÉON, I. Mulher, vida e sementes. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **Sementes**: patrimônio do povo a serviço da humanidade. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003. cap. 4, p. 209-227.

LERY, J. **Viagem à terra do Brasil**. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Martins Fontes, 1972. 258 p.

LONDRES, F. et al. **Sementes tradicionais Krahô**: uma experiência de integração das estratégias *on farm* e *ex situ* de conservação de recursos genéticos. Rio de Janeiro: ASPTA, 2014. 47 p. (Sementes Locais: experiências agroecológicas de conservação e uso).

MACHADO, A. T. et al. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico**: implicações conceituais e jurídicas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. (Texto para Discussão. Embrapa Secretaria de Gestão e Estratégia, 34).

MANTOVANI, M. et. al. Fenologia reprodutiva de espécies arbóreas em uma formação secundária da floresta atlântica. **Sociedade de Investigações Florestais**, v.27, n.4, p.451-458, 2003.

MARTINS, P. S. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. **Estudos Avançados**, São Paulo, 19 (53), p. 209-220, 2005.

MARTIUS, C. F. P. von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: **O Estado do Direito entre os autóctones do Brasil**. Tradução Alberto Löfgren, São Paulo e Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, n.s., 58, [1845] 1982. p. 85-107. (Série Reconquista do Brasil).

MCALISTER, A. L. **História geológica da vida**. Tradução de Sérgio Estanislau do Amaral. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1988. (Série de textos básicos de Geociência).

MEGGERS, B; EVANS, C. Reconstrução da Pré-História Amazônica. **Museu Goeldi. Publicações Avulsas**, 20, p. 51-69, 1973.

MICHON, G. **Domesticating forest**: how farmers manage forest resources. Indonésia: Center for International Forestry Research – The world Agroforestry Centre, 2005.

MIKLÓS, A. A. W. Biogênese do solo. **Revista do Departamento de Geografia**. Universidade de São Paulo, p. 190-229, 2012. (Volume especial 30 anos).

MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB**. Brasília: MMA/SBF, 2000. 32p. (Série Biodiversidade n. 1).

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra**: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

_____. **Tupis, Tapuias e os historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. 2001. 233 f. Tese (Livre Docência em Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo) – IFCH, Unicamp, Campinas, SP, 2001.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.

MOUZER, M. V. S. **Cartilha agroflorestal Mbyá Guarani**: saberes yva'a. 2011, 91 f. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) – Instituto de Biociências, UFRS, Rio Grande do Sul, 2011.

MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, suas transformações, suas perspectivas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965, vol.1.

MYERS, N. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, 403: 853-858, 2000.

NAVARRO, E. A. **Método moderno de tupi antigo**: a língua do Brasil dos primeiros séculos. 3a. ed. São Paulo: Global, 2005. 463 p.

_____. **Dicionário de tupi antigo**: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013. 620 p.

NEVES, E. G. O velho e o novo na arqueologia amazônica. **Revista USP**. São Paulo, 44, p. 86-111, dez./jan., 1999-2000.

NEVES, W. A.; OKAMURA, M. M. Afinidades biológicas de grupos pré-históricos do vale do rio Ribeira de Iguape (SP): uma análise preliminar. **Revista de Antropologia**, Universidade de São Paulo, SP, v. 48, no. 2, 2005.

NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. Triom: São Paulo, 1999.

NOELLI, F. S. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debate e perspectivas 1872-2000. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 218-269, dez./fev. 1999-2000.

O'DEA, A. et al. Formation of the Isthmus of Panamá. **Sciences Advances**, 2: e1600883, 17 aug. 2016.

OLIVEIRA, D. Os movimentos migratórios dos guarani e a antropogenia da Mata Atlântica: apontamentos sobre etnobotânica guarani e flora do litoral catarinense. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL E MIGRAÇÕES, 1., 2010, Florianópolis, Santa Catarina. **Anais...** Florianópolis: UFSC, p. 537-560, 2010.

OLIVEIRA, R. R. Mata Atlântica, Paleoterritórios e História Ambiental. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, SP, v. X, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 2007.

OLIVEIRA, S. P. **São Lourenço da Serra: fatos e retratos da cidade natureza**. Prefeitura Municipal de São Lourenço da Serra. São Paulo: CTE, 2004.

PALERMO NETO, J; ALVES, G. J.. A comunicação dos animais. **Revista CFMV**. Brasília, v. 16, n. 49, p. 24-34, 2010.

PARDINI, P. Natureza e cultura na paisagem amazônica: uma experiência fotográfica com ressonâncias na cosmologia ameríndia e na ecologia histórica. **Boletim Museu Goeldi**. Belém, PA, v.7, n. 2, p. 589-603, 2012.

PEREIRA, D. L. T. Expansão dos tupi-guarani pelo território brasileiro: correlação entre família lingüística e a tradição cerâmica. 2009. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br>>. Acessado em: 15 jun. 2015.

PERRONE-MOISÉS, B.; SZTUTMAN, R. Notícias de uma certa confederação dos Tamoio. **MANA**, 16 (2), p. 401-433, 2010.

PETRONE, P. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. 396 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2006.

POSEY, D. A. (Comp.). **Cultural and spiritual values of biodiversity**. Oxford Centre for the Environment, Ethics and Society Mansfield College, University of Oxford, UK: Intermediate Technology Publications, 1999. 732 p.

PRADO Jr. C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 4a. ed., 1956. 348 p.

QUEIRÓZ, M. I. P. de. **Bairros Rurais Paulistas**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973. 157 p.

RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia “Saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2000, p. 67-79.

SANTIAGO, C. M. **Os lavradores da floresta**: um estudo sobre as contradições das políticas públicas de conservação na proteção do modo de vida tradicional. 2010. 273 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTORO, P. F. et al. (Org.) **Mananciais**: Diagnóstico e Políticas Habitacionais. São Paulo, Instituto Socioambiental (ISA), 2008. 127 p.

SANTOS, B. S. **Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002. v. 1.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos Estudos**, CEBRAP, 79, p. 71-94, nov. 2007.

SARAVALLE, C. Y. **Banco de Sementes**: estratégia de resistência camponesa na (re)produção e manutenção da vida e da agrobiodiversidade. 2010. 76 f. TGI (Graduação em Geografia) – FFLH, Universidade de São Paulo, 2010.

SCHELL-YBERT, R. Relações de habitantes de sambaquis com o meio ambiente: evidências de manejo de vegetais na costa sul-sudeste do Brasil durante o holoceno superior. In: IX CONGRESSO DE ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO. [ca. 2002]. Disponível em: <http://www.abequa.org.br/trabalhos/projeto_16.pdf>. Acessado em: 20 mai. 2016.

SCHELL-YBERT, R. et al. Novas perspectivas na reconstituição do modo de vida dos sambaquieiros: uma abordagem multidisciplinar. **Revista de Arqueologia**, 16, p. 109-137, 2003.

_____. Considerações sobre o papel dos sambaquis como indicadores do nível do mar. On the role of Shell mounds as paleo-sea-level indicators. **Quaternary and Environmental Geosciences**, 01 (1), p. 03-09, 2009.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Tradução Francisco Roberto Caporal. Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, jan./mar., 2001.

_____. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. Tradução de Francisco Roberto Caporal. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 1 jan./mar., 2002.

SHIVA, V. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução de Daniela de Abreu Nascimento. São Paulo: Gaia, 2003. 239 p.

SIERING, F. C. **Conquista e dominação dos povos indígenas: resistência no sertão dos Maracás (1650-1701)**. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2008.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Lei no. 9.985, de 18 de julho de 2000.

SMITH, N. Anthrosols and Human carrying Capacity in Amazonia. **Annals of the Association of American Geographers**, 70(4), p. 553-566, 1980.

TEIXEIRA, W. G. et al. Caracterização de um perfil de solo desenvolvido no sambaqui fluvial Moraes, município de Miracatu – SP. **Revista do Museu Arqueologia. Etnologia**, São Paulo, n. 22, p. 181-194, 2012.

TENÓRIO, M. C. **A importância da coleta de vegetais no advento da agricultura**. 1991. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

_____. **O lugar dos aventureiros: identidade, dinâmica de ocupação e sistema de trocas no litoral do Rio de Janeiro há 3500 anos antes do presente**. 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUC – RS, Rio Grande do Sul, 2003. v. 1.

_____. Identidade cultural e origem dos sambaquis. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 14: 169-178, 2004.

TÓFOLI, C. F. **Frugivoria e dispersão de sementes por *Tapirus terrestris* (Linnaeus 1758) na paisagem fragmentada do Pontal do Paranapanema, SP**. 2006. vii + 89 p. Dissertação (Mestrado em Biociências, área de Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, 2006.

TOLEDO, V.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, PR: Editora UFPR, n. 20, p. 31-45, jul./dez., 2009.

_____. **A memória biocultural: a importância ecológica dos saberes tradicionais**. Tradução de Rosa L. Peralta. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 272 p.

TONHASCA Jr., A. **Ecologia e história natural da Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005. 198 p.

VARNHAGEN, F. A. **História Geral do Brasil**. 7ª ed., São Paulo e Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, [1854-57] 1980. 5 v.

VICENTE, N. R. **O manejo tradicional de roça itinerante em florestas secundárias: um sistema que conserva a biodiversidade?** 2014. 198 p. Tese (Doutorado em Recursos Genéticos Vegetais) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. 5a. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013. 552 p.

VOGT, C.; FRY, P. As formas de expressão na ‘língua’ africana do Cafundó. **Ciência e Cultura**, SBPC, v. 57, n. 2, p. 39-42, 2005.

WEBER, M. Capitalismo e Sociedade Rural. In: **Textos selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção: Os Pensadores).

WESOLOWSKI, V. **A prática da horticultura entre os construtores de sambaquis e acampamentos litorâneos da região da Baía de São Francisco, Santa Catarina: uma abordagem bio-antropológica**. 2000. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – MAE, Universidade de São Paulo, 2000.

WESOLOWSKI, V. et al. Grânulos de amido e fitólitos em cálculos dentários humanos: contribuição ao estudo do modo de vida e subsistência de grupos sambaquianos do litoral sul do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 17, p. 191-210, 2007.

WILLENS, E. O problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12618>>. Acessado em: 18 dez. 2014.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

ZANETTINI Arqueologia. **Programa de prospecção arqueológica sistema produtor São Lourenço**: municípios de Juquitiba, Ibiúna, Vargem Grande Paulista, Cotia, Jandira, Barueri, Carapicuíba, Itapevi e Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo. SP: S. C. E. Relatório técnico, 2011.